



Gilberto Aguiar Maraslis Passos

**Abordagem Chinesa da Economia Política
Internacional: Por uma Disciplina Globalizada**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre (Opção profissional) pelo Programa de Pós-Graduação em Análise e Gestão de Políticas Internacionais da PUC-Rio.

Orientadora: Prof. Ana Elisa Saggiaro Garcia

Rio de Janeiro
Março de 2024



Gilberto Aguiar Maraslis Passos

**Abordagem Chinesa da Economia Política
Internacional: Por uma Disciplina Globalizada**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Análise e Gestão de Políticas Internacionais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Prof. Ana Elisa Saggioro Garcia

Orientadora

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof. Marta Regina Fernández Y Garcia

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof. Fabiano Escher

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Rio de Janeiro, 14 de março de 2024

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, do autor e da orientadora.

Gilberto Aguiar Maraslis Passos

Graduou-se em Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 2019. Tem interesse em Economia Política Internacional, China, Desenvolvimento e Relações Sul-Sul Global.

Ficha Catalográfica

Passos, Gilberto Aguiar Maraslis

Abordagem chinesa da economia política internacional : por uma disciplina globalizada / Gilberto Aguiar Maraslis Passos ; orientadora: Ana Elisa Saggiaro Garcia. – 2024.

123 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2024.

Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais – Teses. 2. EPI. 3. China. 4. Desenvolvimento. I. Muller, Ana Elisa Saggiaro Garcia. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD: 327

*A minha mãe e ao meu pai, pelo apoio decisivo nesse objetivo
A Prof.^a Ana Garcia, pela atenção e orientação fantástica
Pelo avanço da ciência crítica na Economia Política Internacional
Dedico minha dissertação, por fim, a todos que trabalham em prol do
desenvolvimento no Sul Global*

Agradecimentos

Esta oportunidade de fazer o mestrado na mesma instituição no qual me formei na graduação me fez repensar tudo. Como o tempo passa rápido, quanta bagagem adquirimos sem ver, seja de conteúdos, amigos ou aprendizados. Estar ali, seja no IRI, nos pilotis ou na biblioteca mais uma vez só me mostrou que quero estar no ambiente acadêmico para o resto da vida. Estou feliz de me qualificar para começar outra etapa que sonhei para minha vida: professor universitário e pesquisador.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer minha querida mãe, principal pessoa a me apoiar nesse sonho. Trabalho com comércio internacional, mas sentia que precisava de uma bagagem maior nos temas de RI e EPI, para a vida e para o sonho de lecionar na área. Enquanto muitos me desincentivaram, pois teria que conciliar trabalho e estudo, ela estava ali para me lembrar do meu potencial.

Gostaria de agradecer também ao meu querido pai, por me financiar a ida à Universidade de Renmin, em Pequim, mesmo em meio a nossa viagem de negócios. Foi uma experiência fantástica, tanto por conhecer aquele campus quanto pela conversa esclarecedora com Prof. Cui, que mudou minha perspectiva quanto ao desenvolvimento da China e da EPI Chinesa. Meu pai é meu principal apoiador e financiador, sou grato demais por ter você na minha vida.

Agradeço à melhor avó do mundo, melhor professora que já vi, por me inspirar na carreira a vida inteira e me apoiar desde sempre nos meus estudos. Agradeço aos meus primos Vitor Hugo e Luiz Henrique, meus orgulhos, pelo apoio, carinho e conversas sobre a experiência do mestrado. Sou grato também aos meus amigos Suellen, Nádia e Léo, pela amizade e apoio constante. Nossos momentos de diversão, alegria e conversas são fundamentais.

Por fim, um agradecimento muito especial à minha orientadora Ana Garcia, que foi fantástica desde o início, quando fiz sua matéria sobre EPI no segundo período, que me motivou para escrever essa dissertação. Agradeço também a todos os professores e funcionários do IRI, todos altamente qualificados e simpáticos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Passos, Gilberto Aguiar Maraslis, Garcia, Ana Elisa Saggioro (orientadora). **Abordagem Chinesa da Economia Política Internacional: Por uma Disciplina Globalizada**. Rio de Janeiro, 2024. 123 p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O campo da Economia Política Internacional (EPI) é tradicionalmente composto por acadêmicos ocidentais e concentra-se na literatura clássica europeia, com três abordagens clássicas, que são o liberalismo, o nacionalismo e o marxismo. Tendo em mente que o termo “internacional” pressupõe um alcance global da disciplina, é relevante compreender os esforços de teorização do campo por parte de acadêmicos do Sul Global, que entendem temas como mercado, Estado e desenvolvimento a partir da perspectiva de fora da Europa, influenciados inclusive pelas suas próprias filosofias autóctones e milenares. Sendo a China um poder hegemônico em ascensão e dispendo de uma bagagem filosófica e científica antiga, é importante compreender como os acadêmicos chineses da área entendem a EPI, de forma que o pensamento chinês possa ser definido seja em aspectos ocidentais clássicos ou mesmo compondo novos aspectos específicos para a China, o que potencialmente pode transformar a disciplina como um todo. Esta dissertação tem como objetivo analisar temas da Economia Política Internacional, como desenvolvimento, promoção da indústria, protecionismo, mais-valia, relações entre Estado e mercado à luz do pensamento moderno e antigo dos próprios chineses, em diálogo com a EPI tradicional (majoritariamente anglo-saxã, mas não apenas), especialmente o Nacionalismo Suniano, Confucionismo, Taoísmo e do sistema *Tiangxia* de ordem mundial. Essa análise nos permite concluir que o pensamento autóctone da China é muito mais do que uma mistura de abordagens ocidentais: ele compõe a sua própria abordagem única que pode mudar a disciplina em direção a novas formas de compreensão da Economia Política Internacional.

Palavras-Chave

Economia Política Internacional; Desenvolvimento; China e Sul Global.

Abstract

Passos, Gilberto Aguiar Maraslis, Garcia, Ana Elisa Saggiaro (advisor). **International Political Economy Chinese Approach: For a Globalized Discipline**. Rio de Janeiro, 2024. 123p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The field of International Political Economy (IPE) is traditionally comprised of Western scholars and focuses on classical European literature, composed of three classical approaches, which are liberalism, nationalism and Marxism. Bearing in mind that the term “international” presupposes a global reach of the discipline, it is relevant to understand the efforts to theorize the field by academics from the Global South, who understand themes such as market, State and development from the perspective of outside Europe, even influenced by their own indigenous and ancient philosophies. As China is a rising hegemonic power and has ancient philosophical and scientific background, it is important to understand how Chinese academics in the field understand IPE, so that Chinese thought can be defined either in classical Western aspects or even composing new aspects specific to China, which could potentially transform the discipline. This dissertation aims to analyse themes of International Political Economy, such as development, promotion of industry, protectionism, surplus value, relations between State and market in the light of the modern and ancient thought of the Chinese themselves, in dialogue with traditional IPE (mostly Anglo-Saxon, but not only), especially Sunian Nationalism, Confucianism, Taoism and the *Tiangxia* system of world order. This analysis allows us to conclude that China's indigenous thought is much more than a mixture of Western approaches: it composes its own unique approach that can shift the discipline towards new ways of understanding International Political Economy.

Keywords

International Political Economy; Development; China and Global South.

Sumário

1. Introdução	9
1.1. Arcabouço Conceitual, pergunta de pesquisa e metodologia	11
1.2. Estrutura dos Capítulos.....	13
2. As Vertentes Clássicas de Economia Política Internacional.....	15
2.1. O liberalismo econômico clássico e neoclássico.....	18
2.2. O nacionalismo econômico clássico e o intervencionismo de Keynes	30
2.3. Marx, o imperialismo e a dependência.....	43
2.4. Conclusão	54
3. Acadêmicos chineses de Economia Política Internacional.....	56
3.1. Principais expoentes do liberalismo econômico na China	59
3.2. Principais expoentes do nacionalismo econômico na China.....	66
3.3. Principais expoentes do marxismo econômico na China	78
4. Pensamento autóctone chinês de Economia Política Internacional	87
4.1. Debate entre confucionistas e taoístas: o Estado e o Mercado sob perspectiva chinesa.....	88
4.2. O Pensamento nacionalista chinês Suniano	105
4.3. O Modelo internacional sinocêntrico clássico de tingxia e uma proposta para nova ordem pós westfaliana	110
5. Conclusão	117
6. Referências bibliográficas	121

1. Introdução

A China é uma grande economia, cujo desenvolvimento depende de uma interação complexa entre os setores privado e estatal. Segundo Hung (2018), a economia chinesa é impulsionada por três motores principais: consumo interno, investimento em ativos fixos e exportação. As interligações e os pesos relativos destes setores são mediados pelos legados e caminhos da longa busca da China pela modernidade desde que a dinastia Qing foi derrotada pelas canhoneiras europeias em meados do século XIX. Como tal, qualquer explicação que careça de perspectivas holísticas e históricas é inadequada para uma compreensão completa do desenvolvimento capitalista na China, que pode variar entre uma hermenêutica liberal, nacionalista ou marxista, e cada vez mais, autóctone.

Por sua vez, o debate geral da disciplina de Economia Política Internacional é composto na sua maioria por autores da Europa e EUA, ainda que a questão seja referente a uma região de fora do ocidente. Ao pensar o desenvolvimento da América Latina, por exemplo, a CEPAL se baseou em nacionalistas como List e marxistas como Lenin. A China, no entanto, vem se consolidando como potência hegemônica e tendo uma maior relevância política, econômica e científica. Dispõe de uma ampla gama de referências filosóficas e históricas milenares que podem, na medida em que a China toma protagonismo na ordem internacional, transformar o debate acadêmico e até talvez sugerir vertentes autóctones da China, como aquelas baseadas no Confucionismo e no Taoísmo.

A China vem passando nas últimas décadas por um desenvolvimento fantástico, sendo que este desempenho de diversas maneiras foge ao Consenso de Washington. Enquanto, na ciência ortodoxa liberal, Ricardo (1996) sugere uma divisão internacional do trabalho baseada em vantagens comparativas, a China foge do pensamento tradicional ao transformar-se de uma produção altamente intensiva em trabalho para, cada vez mais, intensiva em capital.

Sendo o capitalismo global, segundo Gunder Frank (1976), dividido entre países centrais e periféricos, numa divisão baseada em termos de troca desiguais, a China está conseguindo reverter este quadro, num modelo que introduziu uma economia de mercado com forte apelo estatal, com um caráter socialista, o que hoje é descrito como socialismo de mercado com características chinesas. A natureza

desse modelo econômico e da ciência econômica por trás dele está trazendo à tona novos debates sobre desenvolvimento, o que sugere também que este é mais que um misto das vertentes ocidentais, na medida em que bebe do próprio pensamento clássico chinês.

Para Hung (2018), o boom capitalista contemporâneo na China baseia-se nas bases industriais estabelecidas no período Mao e depois dependente das exportações e do investimento forte na China, de maneira que se assemelha ao padrão de desenvolvimento nacionalista dos Tigres Asiáticos. Por outro lado, a força e a resiliência do Estado autoritário chinês, as redes intactas de empresas públicas da China que tiveram origem na era Mao e a profunda reserva de mão-de-obra excedentária do país no campo contribuíram para a sua divergência em relação aos seus vizinhos asiáticos, caracterizando um modelo nacionalista com traços marxistas. O boom capitalista da China equivale a uma explosão desencadeada pela mistura dos legados maoistas e do capitalismo do Leste Asiático, cada um desenvolvido separadamente em lados opostos da Guerra Fria na Ásia.

Hung (2018) relata que o caminho de desenvolvimento maoista promoveu uma elevada taxa de crescimento do PIB durante a maior parte do período até meados da década de 1970, quando o impulso de crescimento gerado pelo sistema de planejamento central se esgotou, a economia parou e a China então passa por reformas de mercado. A China desenvolveu um Estado forte e menos sobrecarregado por dívidas externas em comparação com outros países em desenvolvimento e socialistas.

Estes resultados de desenvolvimento, segundo Hung (2018), lançaram uma base sólida para a reforma do mercado, lançada pelos líderes pós-Mao no final da década de 1970 como uma solução para superar a estagnação econômica. Durante a década de 1990, o governo central tentou revigorar o poder do centro na área da regulação administrativa, da regulação financeira e da gestão de mercadorias. Sendo assim, esse caminho de desenvolvimento chinês desde Mao apresentou sucesso muito por um misto de marxismo, liberalismo e nacionalismo.

Por fim, a disciplina de EPI, que se propõe naturalmente global, necessita avançar no quesito de valorizar a produção acadêmica do Sul Global. Observamos não apenas a ascensão chinesa, mas também de diversos países emergentes, que

com o BRICS tem a possibilidade de engajar-se na política internacional possivelmente de maneira mais proveitosa do que nas instituições protagonizadas pelos países centrais, como sistema ONU e Bretton Woods. Sendo assim, academia chinesa vem pensando até mesmo a superação das instituições básicas do sistema internacional: a ordem de Estados soberanos.

1.1. Arcabouço Conceitual, pergunta de pesquisa e metodologia

Tendo em vista o objetivo desse trabalho de analisar a pluralidade de abordagens chinesas na Economia Política Internacional, inclusive de maneira a se aproximar o pensamento clássico chinês, entendo que existem três discussões conceituais envolvidas que guiarão a pesquisa. Primeiramente, é necessário compreender o que quero dizer com economia política clássica ocidental, apresentando suas três vertentes. Uso o teórico da Economia Política Internacional (EPI) Robert Gilpin para delimitar as vertentes, e promovo um debate entre os principais expoentes e desdobramentos do liberalismo, nacionalismo e marxismo econômico. Segundo, devo entender de que maneira o pensamento econômico europeu é apropriada pelo resto do mundo, sendo necessária uma globalização da disciplina que leve em conta as especificidades do pensamento econômico extra europeu, usarei a Helleiner. Por fim, analisando o caso chinês específico, buscarei explicar de que maneira acadêmicos chineses da área da economia política inovam ao pensar nos termos das vertentes ocidentais assim como nos termos do pensamento autóctone chinês de economia política internacional.

Segundo Helleiner (2015) é necessária uma “globalização” do estudo da EPI, de maneira a analisar também o pensamento econômico extra-europeu. Tendo em vista que o campo aspira a construir uma conversa mais global da disciplina, esse foco geográfico estreito é problemático. Além disso, muitos desses pensadores clássicos foram infundidos com metanarrativas eurocêntricas que assumiam a Europa como um padrão de civilização para o resto do mundo, enquanto a China e outras regiões já dispunha de sua civilização e de seu modelo próprio com certo sucesso antes da chegada dos europeus.

A disciplina de EPI e RI em geral, assim como outras áreas da ciência social, tradicionalmente foi composta por pensadores europeus e americanos, e logo

pressupondo que os modelos político-econômicos e culturais ocidentais são superiores e devem ser expandidos ao resto do mundo. Nesse sentido, um estudo dentro da área de economia política internacional que busque desconstruir esse pressuposto eurocêntrico contribui para uma análise mais globalista da área, assim como revela os impactos políticos e econômicos importantes de políticas *sui generis* do sul global, muitas vezes ignorados.

Conceitualmente, o liberalismo ocidental defende a separação da política e da economia. Ricardo propõe uma divisão internacional do trabalho baseada nas vantagens comparativas dos países, argumentando maior eficiência do capital e defendendo a autorregulação do mercado. O nacionalismo, por sua vez, defende que a economia deve seguir fins políticos. List argumenta que o liberalismo apenas serve à potência manufatureira, defendendo a intervenção estatal, protecionismo e promoção da indústria nascente, assim como defende que se instale uma outra ordem internacional liberal quando o país se tornar potência. Marxismo, por sua vez, é crítico do capitalismo, seja liberal ou nacionalista, que seria um sistema altamente desigual devido a acumulação da mais valia pelo capitalista. Estaria destinado a falhar pela luta de classes que o torna inviável, eventualmente.

Nesta dissertação, buscarei entender se e como o pensamento de economia política chinês, levando em conta suas influências autóctones, se enquadra nas três abordagens clássicas ocidentais (liberalismo, marxismo e nacionalismo), ou, em que medida apresenta uma abordagem *sui generis*?

Com o objetivo de mapear, analisar e verificar as informações e os indícios necessários para a comprovação da hipótese - de que existe uma abordagem de pensamento de economia política internacional chinês além da tradição do pensamento ocidental que bebe das filosofias milenares autóctones - a pesquisa se baseará em uma metodologia qualitativa, de caráter descritivo e analítico. A pesquisa usará de revisão da literatura e de um método qualitativo visando entender os pensadores chineses de economia política internacional por meio de uma análise comparativa às abordagens ocidentais, assim como entender os elementos próprios de influências de outras filosofias autóctones.

Serão analisados certos clássicos do Ocidente na área, assim como analisarei artigos e livros de famosos economistas chineses. Realizarei este trabalho mediante

uma revisão de literatura destes clássicos, assim como de autores contemporâneos chineses. Adicionalmente, realizei uma entrevista semiestruturada in loco na China com o professor Cui, chefe do departamento de estudos da América Latina da Renmin University, e da professora May, da Zhejiang University, afim de obter mais literatura e orientação no sentido de responder minha pergunta de pesquisa, além de entender a visão própria do professor sobre o pensamento econômico chinês do ponto de vista de um acadêmico local, de maneira a contribuir com uma compreensão da ciência da EPI chinesa formulada na China e em termos locais.

1.2. Estrutura dos Capítulos

O primeiro capítulo promoverá um diálogo entre os principais autores das três vertentes clássicas da Economia Política Internacional, de maneira a entender seus conceitos e argumentos, além de entendê-los em contraposição um do outro, tenho em vista que são modelos divergentes no que se refere aos temas como Estado, Mercado, Política e Desenvolvimento. Sendo assim, o objetivo é que o primeiro capítulo me embase para entender o pensamento acadêmico chinês em EPI.

O segundo capítulo, por sua vez, apresenta grandes nomes da academia chinesa que podem ser incluídos nas vertentes ocidentais. Irei analisar de que maneira o conteúdo diverge, inova ou se assemelha bastante. Irei perceber que, em geral, pode-se entender o modelo chinês como um misto.

O terceiro capítulo, por fim, traz para discussão autores chineses que articulam como o pensamento milenar chinês tem cada vez mais relevância no contexto acadêmico e político chinês. De certa maneira, existem alguns pontos de contato com o pensamento ocidental, ao entender o confucionismo como um nacionalismo clássico chinês não listiano ou o taoísmo como um modelo clássico oriental de *laissez-faire*. Até mesmo um modelo de bem-estar confuciano é apresentado pelos autores. Além disso, demonstrarei diversos pontos do pensamento filosófico milenar chinês que influencia a China de maneira única, como questões religiosas que regem a harmonia da sociedade e hierarquias de renda.

Por fim, o avanço econômico chinês e seu protagonismo nas relações internacionais vem trazendo visibilidade à produção científica de um país que historicamente foi um dos mais avançados, de maneira a promover uma discussão mais profunda dos temas da disciplina de Relações Internacionais. Até nos temas mais basilares, como a ordem interestatal, acadêmicos chineses vem questionando a estabilidade da política entre Estados soberanos e propondo um modelo sinocêntrico (*tingxia*).

2. As Vertentes Clássicas de Economia Política Internacional

A economia política é uma disciplina que conduz debates acalorados sobre temas como livre comércio, divisão internacional do trabalho, desenvolvimento, Estado e mercado no mundo inteiro. Ainda assim, as suas abordagens limitam-se a três vertentes localizadas na Europa e EUA (liberalismo, nacionalismo e marxismo), sendo o pensamento econômico do mundo extra europeu comumente inspirado nessa versão clássica ocidental. Sendo assim, o objetivo deste capítulo é promover uma revisão de literatura visando expondo os debates que cada uma das três principais expoentes de cada vertente promove, além de estabelecer um diálogo entre os diferentes autores.

Para entendermos o lugar do pensamento chinês da economia política internacional, de forma a entender se se trata de uma vertente própria ou não, faz-se necessário uma definição das chamadas vertentes ocidentais clássicas. Gilpin (2002) nos diz que as vertentes econômicas clássicas ocidentais diferem sobre perguntas como o significado do mercado para o crescimento econômico, para a distribuição de riquezas, na organização da sociedade nacional e internacional e nos temas relacionados à guerra e paz - essas três visões ideológicas diferem sobre as relações entre sociedade, estado e mercado.

Gilpin (2002, p. 44) elabora que existem três vias teóricas que buscam explicar a relação entre economia e política que se tornaram profundamente influentes tanto na pesquisa quanto na política global. O nacionalismo econômico advoga o primado da política sobre a economia, de maneira a privilegiar o Estado e afirma que o mercado deve estar sujeito aos interesses estatais, argumentando serem os fatores políticos os determinantes das atividades econômicas. Quanto ao liberalismo, emergente na época do Iluminismo e incorporado pela economia ortodoxa, presume que economia e política devem ocupar esferas separadas. Em prol da eficiência, do desenvolvimento e da soberania do consumidor, os mercados devem funcionar livres da influência política. Por sua vez, o marxismo sustenta ser a economia a condutora da política. Os conflitos políticos nascem da luta de classes sociais pela distribuição desigual da riqueza, situação que só terá fim quando o mercado e a sociedade de classes forem eliminados pela via revolucionária.

Segundo Gilpin (2002, p. 45-46) a teoria econômica liberal está comprometida com o livre mercado e com um mínimo de intervenção estatal. O liberalismo, portanto, pode ser definido como uma doutrina que busca organizar e administrar uma economia de mercado, visando maximizar a eficiência, o crescimento econômico e o bem-estar individual. O mercado promoveria o bem-estar humano na medida em que aumenta a eficiência econômica e assim maximiza o crescimento da economia, o que afetaria o bem-estar geral. Em seus desdobramentos, o liberalismo assume uma forma radical e influente nas políticas públicas de muitos países.

Por sua vez, segundo Gilpin (2002, p. 50-51) a ideia central do nacionalismo econômico é que a economia deve ser subordinada à meta de construção e fortalecimento do estado. Os nacionalistas econômicos destacam o papel dos fatores econômicos nas relações internacionais e consideram a disputa entre os estados (sejam eles capitalistas ou socialistas) por recursos econômicos inerentes à natureza do sistema internacional. Seu principal objetivo é a industrialização da nação, entendendo que a indústria tem influência positiva em toda economia, promovendo o desenvolvimento, além de associarem a industrialização com a autossuficiência econômica e política. A indústria é também a base do poder militar e, portanto, da segurança nacional, assim como a segurança permite o florescimento da indústria.

O marxismo caracteriza o capitalismo como a propriedade privada dos meios de produção e a existência de trabalhadores assalariados, sendo um sistema promovido pelos capitalistas visando maximizar lucros, seguindo a acumulação de capital em meio a uma economia de mercado competitiva (GILPIN, 2002, p.54). Na emergência de tal sistema ocorre a mercantilização do trabalho, agora sujeito ao mecanismo de preços. Logo, para Marx estas duas características principais do capitalismo são responsáveis por sua natureza dinâmica, sendo então o mecanismo econômico mais produtivo. Ainda que tenha sucesso em sua empreitada globalizadora, o próprio sucesso criaria as condições de seu extermínio.

É necessário um entendimento de pontos centrais de grandes nomes do liberalismo, nacionalismo e marxismo ocidental para entender os acadêmicos chineses que partem de tais princípios, buscando assim compreender se tal

pensamento chinês bebe deste ou é *sui generis*. Hung (2018) demonstra de que maneira o modelo chinês pode ser lido a partir da tradição ocidental.

Segundo Hung (2018), a primeira concepção é que, dado o peso do setor estatal na economia chinesa, a China está a desafiar a ideologia do mercado livre e a ordem global de mercado livre ou neoliberal que os Estados Unidos têm promovido desde a década de 1980, o que pode indicar que o modelo chinês se aproxima do nacionalismo.

A segunda concepção trazida é que a China está a inverter a tendência de longo prazo de polarização do rendimento entre o Ocidente industrializado e o resto industrializado, ao aumentar o nível de rendimento da vasta população pobre da China, o que se assemelha à hermenêutica nacionalistas/marxistas da teoria da dependência que defendem a necessidade de se industrializar a periferia global, indo contra as suas vantagens comparativas. Considera-se também que a China constitui um novo modelo e uma oportunidade para os países em desenvolvimento nos seus esforços para alcançarem os países desenvolvidos.

A terceira concepção de Hung (2018) é que a China está a desafiar ou mesmo a substituir o domínio político do Ocidente em geral e dos Estados Unidos em particular, mudando assim radicalmente a ordem mundial existente – cabendo uma crítica marxista, sob a qual a China estaria se tornando um novo país central com as mesmas implicações sociais que os outras potências liberais. A quarta concepção é que, no meio da crise global que teve origem e afetou principalmente os Estados Unidos e a Europa, a China está a resgatar a economia global, tornando-se o mais poderoso motor de crescimento.

Os principais expoentes do liberalismo clássico que abordarei são Adam Smith e David Ricardo, sendo Léon Walras um expoente neoclássico dessa vertente. Tal vertente defende o livre comércio, a autorregulação do mercado e uma divisão internacional liberal do trabalho. O pensamento econômico nacionalista, que fundamenta o modelo de desenvolvimento de países que se tornaram potências manufatureiras, de maneira a ir contra suas vantagens naturais em serem agrário exportadores, tem sido estudado para explicar o desenvolvimento recente de países asiáticos, como a China. Dentre os clássicos estão List e Hamilton, na Alemanha e EUA, e como desdobramento, Keynes.

A abordagem marxista teve sucesso ao inspirar regimes políticos ao redor do mundo, estando presente na China desde a Revolução pós 2ª Guerra que teve êxito em expulsar as elites capitalistas aliadas do ocidente. Os pensadores marxistas chineses até hoje bebem dos clássicos ocidentais marxistas. Seu principal expoente é Karl Marx, economista alemão. É importante ainda compreender através de Lenin a teoria do imperialismo assim como o teórico da dependência Gunder Frank, importante desdobramento do marxismo, que ilustram bem os principais argumentos da vertente crítica.

2.1. O liberalismo econômico clássico e neoclássico

Adam Smith (1723-1790) nasceu na Escócia, onde viveu quase toda a sua vida. De acordo com Hunt e Lautzenheiser (2013, cap 3), Smith revoluciona a disciplina e funda o pensamento clássico, se distinguindo de todos os economistas que o antecederam por ser o primeiro a elaborar um modelo abstrato completo e relativamente coerente da natureza, da estrutura e do funcionamento do sistema capitalista. Em sua obra, destacou as ligações entre as principais classes sociais, os variados setores de produção, a distribuição da riqueza e da renda nacional, o comércio, a circulação da moeda, os processos de formação dos preços e o processo de crescimento econômico. Tais modelos sistemáticos do capitalismo caracterizaram as obras da maioria dos economistas clássicos e neoclássicos importantes, a partir de Smith, sendo ele o primeiro a exercer influência no moderno pensamento econômico.

O clássico por Adam Smith (1983) é célebre por sua síntese do liberalismo clássico, numa crítica ao modelo mercantilista e estatal de enriquecimento nacional por acumulação de metais e pela sua defesa do livre comércio, que será desenvolvida por David Ricardo.

Sendo principal expoente do liberalismo clássico, Smith (1983) critica a lógica do Mercantilismo do século XIX, com uma forte influência de ideias iluministas de liberdade. Segundo Smith (1983, cap 1) a ideia de que as riquezas das nações são medidas pela sua acumulação de metais é o motivo pelo qual as nações europeias buscaram acumular ouro e prata, inicialmente proibindo a exportação destes metais, e depois zelando pelo superávit comercial. Na análise do

autor, não haveria necessidade de se acumular ouro e prata, sendo as guerras e despesas dos países pagas pelo comércio: exportando-se ouro, prata, manufaturas ou produtos brutos. Sendo assim, o maior benefício do livre comércio internacional não seria a importação de metais preciosos, mas na verdade a exportação de produtos excedentes sem demanda no país exportador, e importação de produtos que tem demanda interna. Nesse sentido, a Inglaterra, que inicialmente não obtinha colônias com ouro, pode entesourar metais com uma prática comercial que a transformou na potência manufatureira.

Logo, a descoberta da América beneficiou o velho continente não por baratear ouro e prata, mas porque este novo mercado para a produção europeia permitiu o aperfeiçoamento da mão de obra. Segundo Smith (1983, p.373-375) a criação de rotas comerciais com o oriente traria vantagens ainda maiores se houvesse livre comércio, porém, supondo que a riqueza constituída no acúmulo de metais, a economia política europeia procurou por meio de restrições reduzir as importações e estimular as exportações. Novamente, Adam Smith inova na ciência econômica de sua época, numa crítica ao modelo mercantilista e protagonizando uma virada pelo livre comércio.

Ainda que protecionismos sejam práticas comuns, assegurando monopólio das indústrias nacionais, segundo Smith (1983, p. 377-381) essas práticas estimulam a indústria específica, mas não aumentam a atividade geral nem asseguram a orientação adequada - tarifas alfandegárias e restrições à importação levam as pessoas a empregarem seu capital a produzir em um país aquilo que seria encontrado mais barato no exterior. Não faria sentido produzir aquilo que se encontra mais barato no exterior, o que indica que para os liberais a abolição da proteção tarifária seria positiva para o capitalismo global como um todo, o que para nacionalistas na verdade apenas garantiria a supremacia da potência industrial e para o marxismo seria uma maneira de buscar a mais valia, sendo o comércio uma expressão da luta de classes e a divisão internacional do trabalho seria a raiz do subdesenvolvimento dos países, e não de sua riqueza.

Por sua vez, David Ricardo (1772-1823) era filho de um rico capitalista inglês, que tinha feito fortuna na bolsa de valores, após ter migrado dos Países Baixos para a Inglaterra. De acordo com Hunt e Lautzenheiser (2013, cap 5), já em

1799, leu *A Riqueza das Nações*, principal obra de Adam Smith, e, desde então dedicou-se ao estudo das questões de Economia Política e ao aumento sua fortuna. É considerado o teórico mais rigoroso entre os economistas liberais clássicos, sendo capaz de construir um modelo abstrato de como funcionava o capitalismo e dele deduzir todas as suas implicações lógicas. Sua teoria econômica estabeleceu os modelos econômicos abstratos e dedutivos que dominam a teoria econômica até hoje. Junto a Adam Smith, ele chegou a exercer uma forte influência tanto sobre o marxismo radical quanto sobre as tradições neoclássicas conservadoras da teoria econômica em todo o restante do século XIX e no século XX.

O autor David Ricardo é um clássico da vertente liberal da economia. O autor desenvolve sua teoria sobre a composição do valor e da relevância do trabalho, capital fixo e durável na produção do valor da mercadoria, demonstrando exemplos; além do seu conceito de uma divisão internacional do trabalho baseada em vantagens comparativas que justificam a inserção dos diferentes países no comércio internacional liberal, inclusive aqueles que têm vantagens absolutas. Tal teoria do comércio até hoje é parte do discurso liberal em prol da liberalização comercial, e alvo de críticas, como de que o livre comércio reforça uma divisão internacional do trabalho assimétrica que perpetua o subdesenvolvimento.

David Ricardo (1996) pensa a economia política por meio da expansão do livre mercado e da especialização da produção. Pressupõe que o mercado internacional não deve ser regulado pelo Estado e que inseridas neste mercado global as firmas exportariam as mercadorias as quais têm vantagens comparativas e importariam as que não têm, contribuindo para uma maior produção global de bens. Nesse sentido, Ricardo acredita na necessidade de uma divisão internacional do trabalho no qual todos os países se beneficiariam do livre comércio. Sendo assim, se difere radicalmente da abordagem nacionalista de List, que argumenta que o *laissez faire* garante a supremacia industrial dos países centrais.

Segundo Ricardo (1996, p. 96) a inserção de uma economia no comércio global pode permitir uma maior taxa de lucros ao provocar a redução dos salários, que caem em consequência de uma queda do preço dos gêneros de primeira necessidade, nos quais os salários são gastos. Nesse sentido, uma ampliação do comércio exterior pela introdução do livre comércio, ou até mesmo melhoramentos na maquinaria, permitiriam os alimentos e os bens necessários ao trabalhador

chegarem ao mercado com preços reduzidos, permitindo o aumento dos lucros. Percebe-se que tais argumentos ricardianos se aproximam muito dos de Smith, diferindo-se da crítica de Marx à abolição da lei cerealista.

Hunt e Lautzenheiser (2013, cap. 10) relata como no início da década de 1870, o capitalismo estava começando a assumir uma forma de um sistema econômico dominado por milhares de empresas colossais nas esferas relevantes da indústria, das finanças, dos transportes e do comércio. Sendo assim, nesse contexto histórico, poderia parecer que os economistas abandonariam a concepção liberal clássica da “mão invisível”, de Adam Smith, que se baseava na análise de uma economia composta de várias pequenas empresas, economia na qual nenhuma empresa, por si só, poderia influenciar significativamente o mercado. No início da década de 1870, precisamente em meio a crescente tendência à concentração econômica do capitalismo empresarial, foi publicado o livro *Elementos de Economia Política Pura*, de Léon Walras, que marcou a história do pensamento econômico no caminho da formulação do pensamento neoclássico.

De acordo com Hunt e Lautzenheiser (2013, cap. 10), Walras contribuiu para a vertente neoclássica de forma significativa. Formulou a versão da teoria do valor-utilidade que permanece como o cerne da ortodoxia neoclássica até hoje, também ampliou as ideias de Say, Senior e Bastiat – sendo a mais importante a ampliação da concepção walrasiana de equilíbrio econômico geral, que constituiu um dos avanços conceituais e analíticos mais importantes da história do pensamento econômico liberal. Walras, em sua teoria do equilíbrio geral, deu uma contribuição significativa para a tradição utilitarista da Economia.

Walrás foi um economista liberal francês neoclássico, ainda que situado no contexto do século XIX, que contribuiu com o estudo da economia pura e aplicada, entendendo a ciência econômica como ciência natural. Seu argumento central é um discurso radicalmente antissocialista que pregava um individualismo extremo, no qual a lei natural regeria a economia perfeitamente. Nesse sentido, propõe um *laissez faire* extremo e uma via de desenvolvimento que inclui o livre comércio e livre atuação do mercado supostamente autorregulado. Nesse sentido, a ciência econômica deveria buscar verdades científicas incontestáveis sobre a natureza do mercado e da economia.

Os fisiocratas foram o primeiro grupo importante de economistas, cuja doutrina entendia uma teoria do governo natural da sociedade, o que para o autor se aproximaria mais da ciência social do que da economia política. Adam Smith, por sua vez, foi o primeiro a agrupar um corpo de estudos sobre o assunto da Economia Política, formulando tal definição desta ciência:

A Economia Política, considerada um ramo dos conhecimentos do legislador e do homem de Estado, propõe-se a dois objetos distintos: primeiro, o de propiciar ao povo um rendimento ou uma subsistência abundante, ou, mais adequadamente, de colocá-lo em condição de adquirir por si próprio esse rendimento ou essa subsistência abundante; o segundo objeto consiste em fornecer ao Estado ou à comunidade um rendimento suficiente para o serviço público: ela se propõe enriquecer simultaneamente o povo e o soberano. (Walrás, 1996 p.30).

Walrás critica tal definição de Smith, afirmando que tais objetivos são sérios, porém tal discurso não seria objeto de uma ciência propriamente dita. O economista antes de pensar em propiciar ao povo e ao estado rendimento suficiente, deve buscar verdades puramente científicas. De acordo com Walrás (1996, p.31), o economista busca verdades quando, por exemplo, enuncia que o valor de algo tende a aumentar quando a demanda aumenta ou quando a oferta diminui e que esse valor tende a diminuir nos dois casos contrários; que a taxa de juros cai em uma sociedade progressiva. Em todos esses casos e em muitos outros o economista faz ciência pura.

Smith (1983, p. 360-362), em seu discurso partidário do livre comércio, relata como a proibição de exportação de metais pelas potências comerciais europeias era prejudicial ao comércio, afetando os comerciantes desses países, que dispunham da possibilidade de comprar mais vantajosamente as mercadorias estrangeiras com ouro e prata do que com suas mercadorias. Em vez disso, Smith relata como essa proibição não poderia impedir a exportação de ouro e prata, que sairiam facilmente por contrabando, o que só poderia ser evitado atendendo-se devidamente ao objetivo de manter uma balança comercial superavitária.

Segundo Smith (1983, p.361) ao exportar mais que importar, os países estrangeiros teriam um balanço devedor com a Inglaterra, que necessariamente deveriam pagar com prata e ouro aumentando a quantidade de metais do reino. O livre fluxo de metais nesse sentido beneficiaria a Europa, enquanto a preocupação

com saldo comercial enriqueceria as potências manufatureiras, na época isso significava principalmente a Inglaterra, o que incitou críticas nacionalistas econômicas por países como Alemanha e EUA. Marx (2012), por sua vez, relata que o liberalismo inglês permitiu aumentar a mais valia e acumulação de capital, na medida que os cereais mais baratos vêm do exterior e faz com que os proletários ingleses aceitem salários menores.

Sendo assim, no liberalismo de Smith (1983, p. 363) torna-se princípio de que a riqueza é obtida pelo comércio exterior. O comércio interno passa a ser considerado subsidiário na medida em que não trazia nenhum dinheiro de fora, assim como o comércio externo permite que ouro e prata sejam importados sem nenhuma preocupação do governo. Ainda assim, como foi criticado amplamente pelos nacionalistas como List, que relatam como o livre comércio só beneficia as potências manufatureiras, assim como teóricos marxistas da dependência, tal riqueza advinda do comércio internacional é obtida por vantagens em termos de troca desiguais. A exposição de países com indústria em fase nascente à livre competição com potências manufatureiras perpetua a dependência dos países atrasados e os impede de se industrializar.

Com plena segurança achamos que a liberdade de comércio (...) sempre nos garantirá o vinho de que temos necessidade, com a mesma segurança podemos estar certos de que o livre comércio sempre nos assegurará o ouro e a prata que tivermos condições de comprar ou empregar, seja para fazer circular as nossas mercadorias, seja para outras finalidades (Smith, 1983, p. 363)

Ricardo (1996, cap 1), ao descrever a divisão internacional do trabalho, desenvolve a teoria sobre o valor de troca, que vai basear a sua defesa pelo livre comércio e especialização dos países segundo suas vantagens comparativas. Ele define que as mercadorias derivam seu valor de troca da sua escassez e principalmente da quantidade de trabalho necessária para produzi-las. Logo o valor de uma mercadoria, assim como a quantidade pelo qual pode ser trocada por qualquer outra, depende da quantidade relativa de trabalho necessário para sua produção, e não da maior ou menor remuneração ao trabalho. Nesse sentido, o pensamento ricardiano em economia estabelece que cada país deve especializar na atividade com menor custo de oportunidade, que por sua vez leva em conta unicamente o fator trabalho.

Liberais relatam a relevância de entender a divisão do trabalho doméstica, assim como internacional. Segundo Walras (1996, p. 55) a organização econômica da indústria propriamente dita só seria possível pela divisão do trabalho, fato tal que consiste em multiplicarmos as coisas raras, de transformarmos, cada um de nós para o que lhe diz respeito, as utilidades indiretas em utilidades diretas, repartimos essa tarefa por ocupações específicas. Assim como alguns são especificamente lavradores e apenas lavradores, outros são especificamente fabricantes de tecidos e apenas fabricantes de tecidos, e assim por diante. Nisso consiste que o fato da divisão do trabalho engendra por si o da produção industrial econômica.

Walras (1996, p. 55-57) relata um duplo problema da divisão do trabalho. É preciso que a produção industrial de riqueza social seja não apenas abundante, como também bem proporcionada - de maneira que coisas raras não se multipliquem excessivamente ou insuficientemente e certas utilidades indiretas não sejam transformadas em utilidades diretas em vasta escala ou insuficientemente. Da mesma maneira é preciso que a repartição de riquezas entre os homens na divisão do trabalho seja equitativa, sem que haja desordem moral nem econômica.

Para Walras, a solução desse problema citado acima vem com a doutrina liberal do *laissez faire*

“O sistema das corporações, de seus jurados e patrões, tinha evidentemente por meta atender sobretudo à condição de proporcionalidade na produção. O sistema da liberdade da indústria e do comércio, ou, como se chama, o sistema do deixar fazer, deixar passar, tem a pretensão de conciliar melhor essa condição de proporcionalidade com a condição de abundância (...) Antes desse sistema, os sistemas da escravidão e da servidão tinham evidentemente o inconveniente de fazer trabalhar certas classes da sociedade em benefício de outras classes. Nosso sistema atual de propriedade e de imposto vangloria-se de haver extinguido por completo essa exploração do homem pelo homem. (Walras, 1996, p.56).

Ainda que Walras advogue pela melhor repartição, o *laissez faire e laissez passer* e a divisão internacional e doméstica do trabalho historicamente permitiu a concentração de riqueza e acumulação de capital pelos países centrais, como fica claro no argumento de Gunder Frank.

Acho importante ressaltar que ainda que tais argumentos de Walrás compunham a principal vertente do capitalismo e do Consenso de Washington, tais considerações sugerem o interesse de todas as nações, porém ignoram as consequências dos termos de trocas desiguais do mercado internacional, que definem por exemplo a divisão centro periferia. Além disso, intensificação da liberalização comercial promovida pelo GATT e OMC falhou em seu objetivo de promover o desenvolvimento de nações subdesenvolvidas, que não alcançaram o patamar de economia avançada.

A definição de Walrás de Economia Política dava o tom exclusivo da ciência natural que contribuía na luta dos economistas contra os socialistas e na defesa da autorregulação do mercado e não intervenção estatal, radicalmente se opondo à mais valia marxista e ao protecionismo. Segundo Walrás (1996, p.33) qualquer plano de organização do trabalho e regulação da propriedade era contrário ao interesse econômico e uma combinação artificial que substituía as combinações naturais. Qualquer interferência estatal estaria interferindo na natureza funcional da economia, logo as fórmulas de *laissez faire e laissez passer* resumiam a doutrina de Say em matéria de produção comercial e industrial.

Por mais que para Say o fenômeno de produção e distribuição da riqueza também constituem uma ciência natural, sendo um ramo da história natural, para Walrás (1996) a realidade é bem distinta – ainda que a ciência econômica seja natural, definindo valores pela utilidade e escassez, na medida que o homem é um ser dotado de razão e de liberdade, capaz de iniciativa e de progresso, e a sociedade não ser fruto de uma organização natural como uma colmeia, a indústria e a repartição das riquezas seriam uma ciência social.

De acordo com Walrás (1996, p.34), seja em qualquer matéria de organização social, o homem pode escolher entre o bem e o mal e naturalmente cada vez mais avança do mal para o bem. Dessa maneira, passou do sistema de corporações, regulamentos e tarifas, ao sistema da liberdade da indústria e do comércio, ao sistema do *laissez faire e laissez passer*; da escravidão à servidão; da servidão ao salariado.

Walrás (1996, p.34) relata que as combinações mais recentes são superiores às antigas, não precisamente porque são mais naturais, mas porque têm mais

conformidade com o interesse e com a justiça. E, como contrárias ao interesse e à justiça, é que se devem repelir, se for o caso, as combinações socialistas. Nesse sentido, o autor neoclássico argumenta que o liberalismo pode permitir o avanço e desenvolvimento de economias atrasadas, o que Gunder Frank (1976) critica em sua obra, na qual o marxista descreve que o capitalismo global sempre foi liberal, o que impõe termos de troca desiguais que definem um centro e uma periferia.

De acordo com Smith (1983, p. 372-373) o principal benefício do comércio exterior não é a acumulação de metais por meio da importação de ouro e prata, como diriam os mercantilistas da época, mas sim exportação do excedente sem demanda no país e a importação de produtos que tenham. O comércio exterior permite a exportação daquele excedente da produção da terra e do trabalho para o qual não existe demanda no país, trazendo em troca alguma outra mercadoria da qual haja necessidade; além disso o comércio exterior valoriza as mercadorias consideradas supérfluas no mercado interno do país, trocando-as por alguma outra que pode atender as suas necessidades locais. Sendo assim, os liberais acreditam que todas as nações se beneficiam do livre comércio, seja por vantagens absolutas ou comparativas, enquanto os nacionalistas diriam que apenas as nações avançadas se beneficiam. Já os marxistas criticariam a lógica do capitalismo liberal, que se mantém na forma da acumulação de capital por meio da absorção da mais valia e a luta de classes.

A inserção no comércio global pode ainda permitir que a estreiteza do mercado Interno não impeça que a divisão do trabalho seja efetuada até à perfeição, seja em qualquer ramo do artesanato e da manufatura. Smith (1983, p.371-372) relata que o comércio internacional estimula a mão-de-obra a ampliar suas forças produtivas e a maximizar sua produção, elevando de tal maneira a renda e a riqueza reais da sociedade.

Smith (1983, p. 371-373) relata que não há dúvidas que a importação do ouro e da prata que possam ser necessários para os países que não dispõem de minas próprias em seu território constitui uma função do comércio exterior; entretanto, trata-se de uma função relativamente muito pouco importante. Para os liberais, se a descoberta da América enriqueceu a Europa não foi por causa da Importação de metais, mas sim por abrir um novo e inexaurível mercado para todas as mercadorias

européias, dando margem a novas divisões do trabalho mais eficientes e aperfeiçoamento profissional. Melhoraram assim as forças produtivas da mão-de-obra e sua produção aumentou em todos os diversos países da Europa, assim como ampliou a renda e a riqueza reais dos habitantes. Para os liberais, o livre comércio vai muito além dos interesses ingleses, sendo benéfico a todos os países ao expandir a troca global.

Ricardo (1996, p.93) formula sua crítica ao livre comércio como meio de enriquecimento nacional, argumentando que nenhuma ampliação do comércio exterior aumentará automaticamente o montante do valor em um país, embora contribua fortemente para ampliar o volume de mercadorias. Observa que o valor de todos os bens estrangeiros é medido pela quantidade de produtos, que por sua vez advém da terra e do trabalho dados em troca deles, de maneira que não obteríamos mais valor se, pela descoberta de novos mercados, fosse possível duplicar os bens estrangeiros recebidos em troca de determinada quantidade dos produtos nacionais.

Ainda que Ricardo não proponha desenvolvimento nacional, e sim uma divisão internacional do trabalho que promova a eficiência no acúmulo global de capital, List relata que é preciso que Alemanha supere suas vantagens comparativas e promova sua indústria, o que não ocorre pela ordem liberal global.

Smith (1983, cap 2) também desenvolve sua crítica ao modelo mercantilista, relatando que em seu tempo era comum altas taxas e proibições garantindo um monopólio para determinada indústria nacional, de maneira a estimular a indústria específica, mas não aumentando a produção geral nem lhe assegurando a melhor orientação. As altas taxas alfandegárias e as proibições de importar induzem as pessoas a empregarem capital na produção doméstica aquilo que poderiam comprar mais barato no exterior. Para Smith (1983, p. 380) seja para nações ou indivíduos, é insensatez produzir aquilo que é possível encontrar mais barato no estrangeiro.

Smith (1983, p. 381) argumenta que ainda que as vezes possa parecer que as restrições à importação beneficiem o país por permitirem que uma manufatura seja estabelecida com maior rapidez do que ocorreria de outra forma, em compensação o acúmulo de capital seria mais lento do que no caso em que há livre comércio, e o país poderia continuar exatamente tão rico como seria se nunca

tivesse adquirido a manufatura. Ainda assim, medidas nacionalistas como substituição de importações permitiram a países promover sua industrialização.

Mas o efeito imediato de todas essas restrições às importações é diminuir a renda do país, e o que diminui essa renda certamente não tem muita probabilidade de aumentar o capital da sociedade mais rapidamente do que teria aumentado espontaneamente, caso se tivesse deixado o capital e a atividade encontrarem seus empregos naturais (Smith, 1983, p. 381).

No capítulo VI, Ricardo (1996, p.96) descreve sua teoria em prol da inserção dos países no comércio internacional liberal, ainda que tenham vantagens absolutas, pois aos países seria benéfico exportar os bens que tem vantagens comparativas e importar os que não tem. O autor argumenta que é importante para o bem da humanidade que nossas satisfações sejam aumentadas pela melhor distribuição internacional do trabalho, que ocorre na medida em que, produzindo cada país aquelas mercadorias que por seu clima e outras vantagens naturais ou artificiais encontra-se adaptado, possa assim trocá-las por mercadorias de outros países, aumentando assim nossas satisfações por meio de uma elevação na taxa de lucros.

Um sistema comercial perfeitamente livre permite uma divisão internacional do trabalho na qual cada país naturalmente dedique seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica, e tal busca de vantagem individual está associada ao bem universal do conjunto dos países. Segundo Ricardo (1996, p.97), na medida em que se estimula a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, é possível distribuir o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico. Da mesma forma, pelo aumento geral do volume de produtos, difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio. Este é o princípio comum que determina o comércio internacional: “que o vinho seja produzido na França e em Portugal, que o trigo seja cultivado na América e na Polônia, e que as ferramentas e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra” (Ricardo, 1996, p.97).

No sistema capitalista, a teorização do valor fundamenta a economia política pois permite entender as trocas comerciais e como podemos medir o valor das mercadorias. Apenas assim pode-se medir os benefícios do livre comércio. Walras

(1996, lição 3) define o conceito de riqueza social, definido pela raridade; relata sobre o valor de troca e propõe uma economia política pura. Para o autor riqueza social é o conjunto de coisas materiais ou imateriais que são raras, ou seja, são úteis, porém existem em quantidade limitada à nossa disposição. Sua utilidade é definida por servirem a um uso qualquer, atendendo a uma necessidade, pouco importando a moralidade dessa necessidade à qual atende a coisa útil. Uma substância seria útil, seja ela para curar um enfermo ou envenenar alguém.

Sendo assim, Walrás (1996, p.46) relata que há no mundo certo número de utilidades que, desde que não falem completamente, existem à nossa disposição em quantidade ilimitada. Ele cita recursos naturais como o ar atmosférico, a luz e o calor do sol, quando o sol brilha, a água às margens dos lagos, dos rios e dos riachos, que por sua vez são encontrados em tal quantidade que não podem fazer falta a ninguém, cada um podendo mesmo deles tomar tanto quanto queira. Essas coisas, que são úteis, não são em geral raras e não fazem parte da riqueza social; excepcionalmente podem passar a sê-lo e então passam a fazer parte dessa riqueza. A raridade é a relação entre a utilidade e a quantidade.

Quanto a teorização do valor de troca, Ricardo (1996, p.24-25) expõe ainda que existem mercadorias que derivam seu valor somente da escassez. Nesse sentido, nenhum trabalho pode aumentar a quantidade de tais bens, e, portanto, seu valor não pode ser reduzido pelo aumento da oferta. Ainda assim, tais mercadorias são uma parte muito pequena da massa de artigos diariamente trocados no mercado, já que a maioria dos bens é produzida pelo trabalho. Após isso, o autor define que a proporção entre as quantidades de trabalho necessárias para adquirir diferentes objetos é a única circunstância capaz de oferecer alguma regra para trocá-los uns pelos outros.

Não só o trabalho aplicado diretamente às mercadorias afeta o seu valor, mas também o trabalho gasto em implementos, ferramentas e edifícios que contribuem para sua execução. De acordo com Ricardo (1996, p.32) o valor das mercadorias também varia segundo um princípio. Dessa maneira, se estimarmos o valor de troca das meias, por exemplo, descobriremos que o seu valor, comparado com o de outras coisas depende da quantidade total de trabalho necessária para fabricá-las e lançá-las no mercado.

Ricardo (1996, p.32) descreve como a soma de várias espécies de trabalho determina a quantidade de outras coisas pelas quais as meias serão trocadas, enquanto a mesma consideração das várias quantidades de trabalho utilizado nesses outros bens determinará igualmente a porção deles que se dará em troca das meias. Além disso, o autor relata que o emprego de maquinaria e de outros capitais fixos e duráveis também modifica o valor relativo das mercadorias. Ricardo (1996) difere ainda capital circulante e fixo: dependendo da rapidez com que pereça e a frequência com que precise ser reproduzido, ou segundo a lentidão com que se consome, como explicado abaixo:

Um fabricante de cerveja, cujas edificações e maquinaria têm grande valor e são duráveis, emprega uma grande parcela de capital fixo. Ao contrário, um sapateiro, cujo capital é principalmente empregado no pagamento de salários, que são gastos em alimentos e em roupas, mercadorias mais perecíveis que edifícios e maquinaria, utiliza uma grande proporção de seu capital como capital circulante. Devemos considerar também que o capital circulante pode girar, ou voltar àquele que o aplica, em períodos muito desiguais. O trigo comprado por um lavrador para semente é um capital fixo em comparação com aquele comprado pelo padeiro para fazer pão. O primeiro lança-o à terra e não obtém nenhum retorno durante um ano; o segundo pode transformá-lo em farinha, vendê-lo como pão a seus fregueses e, em uma semana, ter seu capital livre para repetir o que fez ou começar a utilizá-lo de outra forma (RICARDO, 1996, p.36).

2.2. O nacionalismo econômico clássico e o intervencionismo de Keynes

Alexander Hamilton é um dos pais fundadores americanos e famoso expoente das políticas econômicas nacionalistas americanas. Moramarco (1967) destaca que as mais importantes medidas nacionalistas hamiltonianas incluíam o financiamento da dívida nacional, a assunção de dívidas estaduais pelo governo federal, o emprego de impostos especiais de consumo, o estabelecimento de um banco nacional, a criação de uma casa da moeda e um sistema de moeda e, finalmente, o incentivo à diversificação da economia nacional através do uso de subsídios, tarifas protecionistas e recompensas.

Segundo Moramarco (1967), embora tenham existido teorias contraditórias diversas quanto ao efeito líquido destas políticas públicas americanas, não pode

haver dúvida de que tiveram um enorme impacto no quadro social, político e econômico da nova nação dos EUA. O autor apresenta opiniões críticas contemporâneas de tais medidas neomercantilistas, como a presunção liberal de que Hamilton pensou em termos ultrapassados do século XVII e baseou suas ideias sobre economia no sistema mercantilista de "balança comercial". Por fim, certamente as políticas do imperialismo britânico moldaram o seu pensamento e orientaram os seus planos financeiros no sentido da industrialização nacional.

Hamilton foi um importante economista nacionalista americano, diferentemente dos liberais não era partidário do livre comércio: defendia a necessidade de se promover a indústria nos EUA, indo contra suas vantagens comparativas em terra – movimento que transformaria mais tarde a divisão internacional do trabalho e possibilitaria a emergência de uma nova potência. Hamilton (1995, p. 31-46) relata a dificuldade americana em ter progresso em seu comércio exterior e logo a necessidade de ampliar o mercado interno, sendo necessária ampliar a demanda interna pelos excedentes agrícolas americanos.

Hamilton (1995, p. 31-46) explica que o êxito das manufaturas de certos setores importantes, assim como os sinais promissores de outros setores, justificava a crença de que o obstáculo ao desenvolvimento do setor industrial e do mercado interno americano havia sido superado de maneira a compensar a desvantagem de se opor às vantagens comparativas em terra e possibilitando o aumento dos recursos favoráveis à independência e à segurança nacionais. Os estabelecimentos manufatureiros aumentam positivamente o produto e o rendimento total da sociedade.

Hamilton (1995, p. 46-56) enumera as circunstâncias das quais se pode inferir que as manufaturas não apenas aumentam positivamente o produto e o rendimento total da sociedade, mas também contribuem para: a divisão do trabalho, a ampliação do uso da maquinaria, mais emprego para as classes da comunidade que não se dedicam ao negócio, o fomento da imigração de países estrangeiros, dar mais ênfase à diversidade de talentos que distinguem os homens, abrir um campo mais amplo a empresa, assegurar e criar uma demanda mais certa e regular para o excedente do produto da terra. Sendo assim, nacionalistas discordam que uma

economia agrário-exportadora pode levar ao desenvolvimento econômico e da nação.

Hamilton (1995, p. 47-48) relata que dificilmente existe algo mais importante para economia de uma nação do que uma divisão do trabalho eficiente, já que a separação das ocupações faz com que cada uma seja efetuada com perfeição muito maior. Isto deve à maior habilidade que resulta da dedicação constante e exclusiva a um único objeto, à economia de tempo que se logra evitando a frequente transição de uma operação a outra de natureza diferente, e ao aumento do uso da maquinaria - por todas essas causas juntas, a separação da atividade do agricultor e do artífice tem o efeito de aumentar as capacidades produtivas do trabalho e, com elas, a massa total do produto de uma nação.

Friedrich List foi um escriturário, burocrata, economista, professor, gestor, político e jornalista alemão que viveu durante um período pré-revolucionário. Segundo Schmidt (2012, p.352-355) ele foi tremendamente criativo nas propostas de reformas das burocracias, da política e da infraestrutura alemãs. Ele se tornou o mais popular e conhecido autor alemão de economia política do século XIX – além de Karl Marx. List nasceu em 1789, ano da Revolução Francesa, e sua vida terminou em 1846, 2 anos antes da Revolução Alemã. Sendo conhecido como um famoso nacionalista alemão, List reconheceu que o Reino de Württemberg tinha de realizar reformas na administração pública, nas políticas públicas, nas políticas comerciais e industriais. O Estado teve de suportar elevados custos de adaptação às novas condições de produção e comércio.

Schmidt (2012, p. 322-355) relata que os tópicos das contribuições listianas para a economia política diferiram-se durante 3 fases. A primeira fase começa com palestras sobre economia política e escritos sobre administração pública e finanças públicas. A segunda fase é dominada por publicações sobre o desenvolvimento econômico, especialmente sobre tarifas protecionistas e uniões aduaneiras e sobre estradas de ferro e redes de transporte adicionais. A terceira fase é caracterizada por publicações sobre integração econômica, especialmente sobre industrialização e comércio e sobre o desenvolvimento de ferrovias e sistemas de transporte na Alemanha e na Europa Central.

List foi um importante economista alemão da vertente nacionalista econômica, partidário do protecionismo. List (1983, cap. 10) fundamenta através de uma análise rápida da história econômica de países europeus e da América que seria sim necessário a promoção de liberdades e do livre comércio como uma fase inicial de desenvolvimento econômico, mas que o protecionismo seria fundamental para alcançar estágios avançados de industrialização, já que as manufaturas de um país mais pobre não podem competir igualmente com as dos mais ricos. Na sua análise, na medida que alcança status avançado, o país voltaria a se beneficiar do liberalismo. Nesse sentido, sua obra foi a inspiração para países que buscaram a via nacionalista, como os cepalinos, podendo explicar como o liberalismo apenas garante a supremacia das nações manufatureiras e como o protecionismo permite o desenvolvimento da indústria nascente.

No seguinte trecho, List argumenta que a liberdade econômica constitui fator fundamental para o desenvolvimento:

Em toda parte a História nos demonstra um intenso processo de ação recíproca entre as forças e condições sociais e as forças e condições individuais. Nas cidades italianas e hanseáticas, na Holanda e na Inglaterra, na França e na América, observamos que as forças de produção, e conseqüentemente a riqueza dos indivíduos, aumentam em proporção as liberdades vigentes, ao grau de perfeição das instituições políticas e sociais, ao passo que essas, a seu turno, extraem material e estímulo para seu ulterior aperfeiçoamento do aumento da riqueza material e da força produtiva dos indivíduos. (LIST, 1983, p. 81).

Na análise de List, porém, há vários casos nos quais iniciativas de livre comércio atrapalharam desenvolvimento de países menos ricos. De acordo com List (1983, p.85), houve muitas tentativas por parte dos Estados nacionais no sentido de introduzir livre comércio em meio a um sistema capitalista no qual uma nação é predominante em indústria, riqueza e poder, resultando sempre no sacrifício da prosperidade nas nações menos avançadas, sem que haja benefícios para a humanidade em geral, de maneira a servir o enriquecimento da nação com indústria e comércio predominante. Além disso, o protecionismo não anula o antagonismo de classes e a mais valia, mantendo-se a crítica clássica do marxismo.

Sendo assim, na contramão de regimes de livre comércio, estratégias de nacionalismo econômico são desenvolvidas visando promover a indústria nacional

para que se equipare a potência hegemônica “Por esse motivo procuravam, mediante um sistema de restrições, mediante privilégios e estímulos, transplantar para seu solo nativo a riqueza, os talentos e o espírito de empresa dos estrangeiros.” (LIST, 1983, p. 83).

List (1983, p.83) defende a primazia dos interesses nacionais na economia, inclusive defendendo colônias para Alemanha e que quando o país alcançasse o status de potência manufatureira pudesse implantar uma ordem internacional liberal e uma divisão internacional do trabalho que que garantisse sua hegemonia. A crítica marxista da dependência cabe também ao nacionalismo europeu, que busca promover a supremacia industrial dentro de um sistema capitalista, transformando seu papel global para país central de maneira a explorar termos de troca desiguais com a periferia/colônias.

A teoria de John M. Keynes foi formulada num contexto conceitual basicamente idêntico à teoria do equilíbrio geral, de Walras, tendo um impacto revolucionário na história do pensamento econômico. De acordo com Hunt e Lautzenheiser (2013, cap. 15) trata-se de uma análise de um processo contínuo de produção, circulação e consumo dentro do sistema capitalista. De 1936 (o ano em que foi publicada a Teoria Geral keynesiana) a 1940, os economistas debateram calorosamente os méritos da teoria e das receitas de políticas de Keynes, em prol da recuperação econômica por meio da intervenção estatal. Logo assim que os vários governos começaram a aumentar rapidamente a produção bélica, o desemprego começou a diminuir. Durante os anos da guerra, por via do estímulo de enormes gastos por parte dos Estados, a maioria das economias capitalistas se transformou, passando de uma situação de grave desemprego para uma escassez aguda de mão de obra. O autor relata que a maioria dos economistas achava que essa experiência durante a guerra comprovou as ideias de Keynes.

O capitalismo, segundo Keynes (HUNT, LAUTZENHEISER, 2013, cap. 15), podia ser salvo, se o governo usasse corretamente seu poder de tributar, tomar emprestado e gastar dinheiro, sendo o capitalismo tido como um sistema econômico e social viável. Depois de 1945, a maioria dos políticos se juntou aos economistas, proclamando a nova ortodoxia keynesiana. Em 1946, o Congresso aprovou a Lei do Emprego, de maneira a obrigar o governo a usar seus poderes de tributar, tomar

emprestado e gastar, visando a manutenção do pleno emprego. Segundo Hunt e Lautzenheiser (2013, cap. 15) não existem dúvidas de que os gastos maciços governamentais no tempo da guerra tiraram a economia norte-americana de sua década de estagnação e depressão.

Uma questão que se discute entre os clássicos da economia é quanto a natureza do mercado e do equilíbrio entre oferta e demanda. Keynes é um economista que, ao contrário de Say e Walrás, pensa na necessidade do estado financiar a demanda efetiva. Keynes (1996, cap. 2) revisa a teoria dos economistas clássicos desde Say e Ricardo, que ensinam que a oferta cria sua própria demanda, o que significa que o total de custos de produção deve ser gasto por completo, direta ou indiretamente, na compra de produtos - argumento esse que o autor irá debater ao explicar o princípio da demanda efetiva.

O que constitui os meios de pagamento das mercadorias são as próprias mercadorias. Os meios de que cada indivíduo dispõe para pagar a produção alheia são os produtos que ele mesmo possui. Todos os vendedores são, no próprio sentido da palavra, compradores. Se pudéssemos duplicar repentinamente as forças produtoras de um país, poderíamos duplicar a oferta de mercadorias em todos os mercados, mas ao mesmo tempo duplicaríamos o poder aquisitivo. Todo o mundo duplicaria simultaneamente a procura e a oferta; todos poderiam comprar o dobro, pois teriam duas vezes mais para oferecer em troca (Mill *apud* Keynes, 1996, p.56).

Dentro da mesma doutrina, julga-se que qualquer ato de abstenção a consumir leva a poupança, permitindo investimento na produção de riqueza sob a forma de capital, advindo do valor liberado do consumo. De acordo com Keynes (1996, p.58) porém, os liberais julgaram, erradamente, que existe um nexo unindo as decisões de abster-se de um consumo imediato às de prover a um consumo futuro, quando não há nenhuma relação simples entre os motivos que determinam as primeiras e os que determinam as segundas.

Portanto, a hipótese da igualdade entre o preço da demanda da produção global e o preço da oferta é que deve ser considerada o “axioma das paralelas” da teoria clássica. Admitida tal hipótese, segundo Keynes (1996, p.58) na análise liberal tudo o mais se deduz naturalmente — as vantagens sociais da poupança individual e nacional, a atitude tradicional para com a taxa de juros, a teoria clássica

do desemprego, a teoria quantitativa da moeda, as vantagens ilimitadas do *laissez-faire* quanto ao comércio externo e muitos outros aspectos.

Vale notar que a crítica keynesiana a uma defesa do *laissez faire* advinda de uma explicação liberal da perfeição do mercado autorregulado, como defendida por Walras e outros neoliberais, é construída no contexto da crise de superprodução de 1929, justamente quando a oferta global se expande mais que a demanda pode se expandir, contexto de desequilíbrio no qual Keynes propõe as chamadas medidas anticíclicas e a necessidade do Estado promover demanda efetiva, indo na contramão da teoria clássica.

Segundo Hamilton (1995, p. 48-49) o emprego da maquinaria é um fator de grande importância para o volume geral da indústria da nação. Trata-se de uma força artificial que para Hamilton (1995, p. 48) se traduz em um aumento da mão de obra livre do custo de manutenção do trabalhador. O ato de substituir as manufaturas nacionais pelas estrangeiras significa transferir ao exterior as vantagens advindas do emprego da maquinaria, abrindo mar de empregá-la com máxima utilidade e maior escala. Hamilton, nesse sentido, não apenas defende a promoção estatal da supremacia industrial dos EUA mas também a sua maquinação – ambos são fenômenos descritos pelos marxistas como acentuamento do antagonismo de classes, de maneira a aumentar a mais valia.

Ainda que diferentemente dos liberais, nacionalistas também são criticados pelos marxistas, na medida que a promoção de indústria promove o crescimento nacional mas não anula o antagonismo de classes e a acumulação de mais valia. Hamilton (1995, p. 49-50) demonstra como na indústria manufatureira, por exemplo, também se empregam classes da sociedade que, comumente, não se dedicam a essas atividades, oferecendo emprego extra ocasional a famílias, esposas e filhas, o que ainda permite ao lavrador uma nova fonte de renda. Segundo Hamilton (1995, p. 50) um dos atributos das manufaturas é que “elas dão lugar ao exercício de uma maior quantidade de indústria, mesmo com igual número de pessoas, do que haveria se não existissem tais empresas”.

Segundo Hamilton (1995, p. 51-53) a atração da mão de obra estrangeira aos EUA pelo boom de manufaturas é do interesse americano: percebe-se um importante recurso, não apenas para aumentar o trabalho produtivo para o país, mas

também para fomentar a manufatura sem reduzir o número de mãos disponíveis para agricultura. Por fim um dos principais meios pelos quais o advento das manufaturas contribui para o aumento do produto e ganho de um país é a criação de uma nova demanda para o excedente agrícola.

O pensamento listiano desenvolve uma análise crítica a divisão internacional e nacional do trabalho liberal clássica. List (1983, cap. 13) trata da discussão sobre divisão do trabalho, que seria uma lei natural descoberta por Smith. Tal divisão ocorre de maneira a impedir a produção, quando uma mesma pessoa divide seu trabalho de forma a produzir vários objetos; ou de maneira a favorecer a produção, na qual várias pessoas participam da produção de um mesmo objeto. List (1983, p.107) destaca como não só uma divisão do trabalho, mas também uma divisão de diferentes operações comerciais entre vários indivíduos, e ao mesmo tempo uma associação ou união de várias energias, inteligências e forças em prol de uma produção comum. A causa da produtividade dessas operações é não meramente esta divisão, mas essencialmente esta união.

Ainda assim, segundo List (1983, p.108), a escola liberal ao considerar apenas a divisão do trabalho como essência dessa lei natural, errou ao aplicá-la meramente em separado à manufatura ou à agricultura, pois para List a mesma lei estende sua ação sobre o conjunto da produção manufatureira e agrícola – logo, sobre todo o conjunto da economia nacional. Nesse sentido, quanto maior for a união das forças produtivas dos diversos setores, manufatureiros ou agrícolas, maior a prosperidade geral da nação. “

Segundo List (1983, p.112-113) a divisão do trabalho, tanto nacional quanto internacional, é determinada pelo clima e natureza (chá na China, algodão em Luisiana, Lã em países temperados), logo pode-se comprar mais barato do estrangeiro produtos nacionalmente desfavorecidos pela natureza com o excedente da produção nacional. List, porém, chama atenção pela necessidade da promoção da produção nacional manufatureira para independência nacional.

Keynes (1996, cap 3) descreve a essência da teoria geral do emprego, de maneira a compor um argumento válido em meio à crise do liberalismo clássico. Primeiro define os 2 custos para o empresário para determinada situação técnica.

a primeira são os montantes que ele paga aos fatores de produção (excetuando-se os que paga a outros empresários) por seus serviços habituais, e que denominaremos custo de fatores do emprego em questão; a segunda são os montantes que paga a outros empresários pelo que lhes compra, juntamente com o sacrifício que faz utilizando o seu equipamento em vez de o deixar ocioso, ao que chamaremos custo de uso do emprego em questão. (Keynes, 1996, p.59).

Nesse sentido, o lucro consiste na diferença entre o valor da produção resultante e a soma do custo de fatores e do custo de uso; custo de fatores e o lucro formam o que o autor define como renda total resultante do emprego oferecido pelo empresário. O preço da oferta agregada da produção resultante de determinado volume de emprego é definido pelo autor como produto esperado exatamente suficiente para que seja vantajoso oferecer o emprego em questão.

A partir dessa teoria, Keynes (1996, p.61) critica a lei de Say e o pensamento ortodoxo em economia. A teoria clássica supõe que o preço da demanda agregada (ou produto) sempre se ajusta ao preço da oferta agregada. Isto quer dizer que a demanda efetiva, em vez de ter um único valor de equilíbrio, comporta uma série infinita de valores igualmente admissíveis, e que o volume de emprego é indeterminado, a não ser caso a desutilidade marginal do trabalho lhe determine um limite superior (Keynes, 1996, p.61). A crise de superprodução de 1929 poderia ser entendida pela insuficiência da teoria clássica, situação que permite o sucesso da teoria keynesiana e das políticas anticíclicas, por fim reiterando a necessidade da criação de demanda efetiva, o que é ignorado pelos clássicos.

List (1983, p.83-86) propõe estágios de desenvolvimento, que dependem de graus diferentes de liberdade econômica, visando através do nacionalismo econômico alcançar um grau de igualdade com a potência industrial.

List (1983, p.83-86) relata que a história tem muito a ensinar quanto ao avanço das nações que, sem comprometer seus objetivos, modificam seus sistemas de acordo com seu estágio de progresso. Primeiramente, é importante inserir-se no sistema de livre comércio das nações mais avançadas como meio de superar o estágio de barbárie e progredir na agricultura. No segundo estágio, deve-se promover o avanço das manufaturas, da pesca, da navegação e do comércio exterior, por meio de práticas protecionistas. Por fim, alcançando o ápice do poder e da riqueza, se torna favorável à nação que se insira novamente no comércio livre

e promova a livre concorrência, tanto no mercado interno quanto internacional, de maneira a preservar sua supremacia industrial.

Tal modelo nacionalista proposto acima, muito diferente de um modelo socialista, propõe não o fim das desigualdades entre nações, ou avanço geral das manufaturas, mas sim a supremacia nacional dentro do sistema capitalista. Chang (2004) é um famoso economista coreano que destaca que as nações que almejam o status de potência manufatureira tendem a “chutar a escada” do desenvolvimento por meio do financiamento de uma ordem internacional liberal, que como diria List (1983, p.83-86), garante a supremacia industrial das nações avançadas. Chang (2004), porém, relata que, recentemente, têm avançado industrialmente não as nações inseridas na ordem liberal capitalista, mas sim as que praticam o nacionalismo econômico de maneira semelhante às práticas protecionistas dos Estados avançados anteriormente. Destaca-se claramente entre essas nações a China, que propõe ser um país socialista de mercado.

Uma questão da qual liberais, nacionalistas e marxistas dialogam é sobre a natureza dos salários, a desutilidade marginal do trabalho, como definida primeiro por Smith, ou a mais valia, descrita por Marx. Nesse sentido, Keynes (1996, p.46) define que para a teoria clássica a utilidade do salário, empregado certo volume de trabalho, é igual à desutilidade marginal do mesmo volume de emprego. Isso significa que o salário real do empregado é exatamente suficiente (na opinião deles próprios) para ocasionar o volume de mão-de-obra efetivamente ocupado. Entende-se por desutilidade qualquer razão que leve um trabalhador a recusar o trabalho, ao invés de aceitar um salário que para eles representa uma utilidade inferior a um limite mínimo. Nesse sentido, na análise marxista é pago ao trabalhador o mínimo possível, o que garante a acumulação da mais valia.

Por sua vez, Keynes (1996, p. 48) relata que ainda que uma redução do salário nominal em vigor leve à saída de certa quantidade de mão-de-obra, como por greves ou outros meios, isso não quer dizer que uma redução do salário nominal medido em termos de bens de consumo de assalariados produza o mesmo efeito, caso resulte de uma alta de preços desses bens. Se bem que o trabalhador resista, geralmente, a uma redução do seu salário nominal, não costuma abandonar o trabalho em frente a uma alta de preços dos bens de consumo salariais.

Nesse sentido, para Keynes não necessariamente o nível de salários reais equivale exatamente à desutilidade marginal do trabalho: “Em outras palavras, pode acontecer que, dentro de certos limites, as exigências da mão-de-obra tendam a um mínimo de salário nominal e não a um mínimo de salário real.” (Keynes, 1996, p. 48). Há situações ainda quando os bens de consumo dos assalariados equivalentes ao salário nominal não representam a verdadeira medida da desutilidade marginal do trabalho.

Isso ocorre pois nem sempre as variações do nível dos salários nominais acompanham as dos salários reais, devido à alta dos preços de consumo dos assalariados, quase sempre em sentido oposto (Keynes, 1996, p. 49-50). Uma questão da política econômica chinesa, com as reformas de mercado, é que a lógica da desutilidade marginal do trabalho, nos termos liberais e keynesianos, ou a mais valia, nos termos marxistas, possam agravar a desigualdade na China na medida em que o produto chinês se expande rapidamente.

Outra objeção keynesiana à teoria neoclássica é referente à ideia de que as negociações salariais entre trabalhadores e empresários determinam o salário real.

de tal modo que, supondo que haja livre-concorrência entre os empregadores e a ausência de combinação restritiva entre os trabalhadores, os últimos poderiam, se desejassem, fazer coincidir os seus salários reais com a desutilidade marginal do volume de emprego oferecido pelos empregadores ao dito salário. Não sendo assim, desaparece qualquer razão para se esperar uma tendência à igualdade entre o salário real e a desutilidade marginal do trabalho. (Keynes, 1996, p.50).

Para Keynes (1996, p.52), tal hipótese não é válida, pois na medida que supõe que as negociações sobre salários determinam o salário real, a escola clássica desenvolveu uma hipótese arbitrária, tendo em vista que os trabalhadores, em conjunto, não dispõem de nenhum meio de fazer coincidir o equivalente do nível geral de salários nominais expresso em bens de consumo com a desutilidade marginal do volume de emprego existente

Por mais que a teoria clássica corretamente vá de encontro com a teoria keynesiana de que os salários reais e o volume de produção (e do emprego) estão correlacionados de maneira que um aumento no emprego e da produção só possa ocorrer simultaneamente com um decréscimo da taxa de salários reais, Keynes

(1996, p.55) desenvolve uma teoria dos salários e sua relação com o emprego que também leva em conta que um declínio do emprego, embora esteja relacionado ao fato de que o trabalho seja remunerado a uma quantidade maior de bens de consumo, não é necessariamente relacionado ao fato de que a mão-de-obra reclame uma quantidade maior desses bens; e a aceitação, pela mão-de-obra, de menores salários nominais não é, necessariamente, um remédio para o desemprego.

Nesse sentido, Keynes questiona a visão de um modelo de desenvolvimento baseado num mercado autorregulado construída pelos neoclássicos como Walras, de maneira a superar a crença numa natureza perfeita das forças de mercado e, portanto, entender a importância do papel estatal.

List (1983, cap. 11) faz menção à autores do liberalismo clássico, como Smith e Say, no que diz respeito ao debate entre teorização de uma economia política nacional e da necessidade de pensar uma economia cosmopolítica, argumentando em prol do protecionismo que permitiria às nações menos avançadas competirem de igual para igual com a Inglaterra, para que todos os países da Europa possam reter os benefícios de um livre comércio e se possa colher os frutos de uma economia cosmopolita.

List (1983) concorda com o argumento liberal de que se deve pensar em uma economia global, e até em uma confederação política global – analisando por exemplo o sucesso da integração econômica e política dos estados americanos e das nações do Reino Unido – porém reitera a necessidade primeiro que o protecionismo coloque as partes em iguais condições para que se beneficiem igualmente da união política e econômica. Apenas na medida em que os países europeus alcancem o estágio máximo do capitalismo (nos termos leninistas, o imperialismo), poderiam se beneficiar da ordem capitalista liberal global.

Segundo List (1983, cap. 1), porém, a escola liberal ao focar na tese da economia cosmopolita ignora a natureza das nacionalidades, com seus interesses e condições específicos - que devem ser harmonizados com a ideia da união universal e da paz perpétua – logo para que o livre comércio ofereça iguais benefícios a todos, algum grau de protecionismo é necessário, do contrário a liberdade geral do comércio levaria não a uma república global mas sim a uma sujeição total das nações menos adiantadas à supremacia da potência dominante.

List (1983, p.92-94) relata como o sistema protecionista se apresenta como o meio mais eficaz para fomentar a união final das nações, e, portanto, também para promover a verdadeira liberdade de comércio. Sob esse ponto de vista, a economia nacional é a ciência que, avaliando corretamente os interesses existentes e as circunstâncias específicas das nações, ensina como cada nação individual pode chegar aquele estágio de desenvolvimento no qual a união com outras nações igualmente desenvolvidas e conseqüentemente a liberdade de comércio pode tornar-se possíveis e uteis para ela. Tal hermenêutica nacionalista se opõe à proposta neoliberal de desenvolvimento, como por meio da promoção do livre comércio e não intervenção, assim como é diferente da crítica socialista do imperialismo e da dependência, já que List defende que a Alemanha não supere o capitalismo, mas sim se insira de maneira privilegiada nesse sistema.

Nesse sentido, para os nacionalistas só faria sentido aos países se inserirem numa ordem internacional liberal capitalista para os países com manufaturas avançadas. Para permitir a liberdade de comércio operar naturalmente, “as nações menos adiantadas devem primeiro, por medidas artificiais, ser levadas ao estado de cultura ao qual foi levada artificialmente a nação inglesa” (List, 1983, 1885, p.96).

List (1983, p. 96), por fim, não nega os benefícios do livre comércio e cosmopolitismo, mas atenta para a necessidade da promoção da indústria, de maneira que as indústrias manufatureiras não sejam prejudicadas pela concorrência estrangeira. A China, por sua vez, se inseriu na ordem internacional liberal, porém de maneira a privatizar lentamente, liberalizando os preços, porém preservando um papel primordial do capital estatal. Dessa maneira, buscarei entender de que maneira um socialismo de mercado possui características nacionalistas, listianas, de outras abordagens clássicas, ou até mesmo autóctones, no terceiro capítulo.

Outra questão em que divergem Ricardo e List, e até mesmo os outros liberais e nacionalistas, é do ponto de vista dos efeitos para o capitalismo das intervenções no mercado, como por meio das políticas comerciais dos países. List (1983, cap. 14) buscou demonstrar como a escola clássica confundiu os princípios da economia privada com os da economia nacional. Para a economia liberal clássica, cada indivíduo ao perseguir seus próprios objetivos promove necessariamente o bem da sociedade, devendo ser livre para julgar a melhor

maneira de investir seu capital, pois saberia melhor das circunstâncias locais do que o estadista. Pensando nisso, List conclui:

Constituem pura loucura as restrições comerciais, impostas em defesa da indústria interna de um país; cada nação, como cada indivíduo, deve comprar lá onde os produtos apresentam preços mais baratos; a fim de atingir o mais alto grau de prosperidade nacional, temos que seguir simplesmente a máxima de deixar as coisas andarem (List, 1983, p.115-116)

Porém, segundo List (1983, cap. 14), por vezes o que é sabedoria na economia privada pode ser absurdo na economia nacional, e vice-versa. É comum que os Estados sejam obrigados a impor limites à atividade privada. O estado considera seu dever proteger os cidadãos contra perigos e perdas, como na venda de artigos de primeira necessidade, na venda de remédios etc.; assim como deve impor normas e restrições ao comércio, visando interesses superiores da nação. Para List (1983, cap. 14) as tarifas protecionistas não orientam os indivíduos como empregar suas forças produtivas, mas orientam as vantagens que existem para as nações que se produzam domesticamente certos artigos.

Tendo em vista que pela livre concorrência com artigos estrangeiros jamais se poderá ter tais vantagens, List (1983, cap. 14) sugere que dever-se-ia impor restrições a tal concorrência, já que é necessário proporcionar as necessárias garantias àqueles que investem capital naquela indústria de que não perderão seu capital; além disso, faz-se oportuno estimular os estrangeiros a emigrarem para o nosso país, trazendo suas forças produtivas para o país. É necessário sistema de proteção que permita às nações se defender contra operações da política comercial estrangeira, não gerando interferências injustas e antieconômicas.

2.3. Marx, o imperialismo e a dependência

Karl Marx está entre os muitos poucos pensadores econômicos na História que formularam ideias com um impacto revolucionário na disciplina e na economia dos países. Segundo Hunt e Lautzenheiser (2013, cap. 9), ele formulou um sistema intelectual completo e integrado, incluindo “concepções bem elaboradas sobre ontologia e epistemologia, a natureza humana, a natureza da sociedade, a relação entre o indivíduo e o todo social e a natureza do processo da História social”

(HUNT, LAUTZENHEISER, 2013, cap. 9). A análise marxista sobre o capitalismo foi elaborada de modo mais completo em sua obra em três volumes intitulada O Capital.

Segundo Hunt e Lautzenheiser (2013, cap. 9), ainda que tenha sido profundamente influenciado pelas teorias liberais do valor e dos lucros, como de Smith, quanto a outros aspectos teóricos, porém, Marx considerava-se um crítico antagonista ao sistema capitalista. A grande deficiência desses liberais, na opinião de Marx, era sua falta de perspectiva histórica. Marx revela que uma perspectiva histórica nos permite compreender que a produção é uma atividade social, que pode assumir muitas formas ou modos, dependendo das formas vigentes de organização social e das correspondentes técnicas de produção por vários períodos históricos distintos, ou modos de produção, inclusive o capitalista.

Karl Marx, por sua vez, é um economista alemão que inaugura uma vertente crítica da economia política, tendo presenciado a emergência do capitalismo industrial europeu e sua expansão colonial, durante o ápice da hegemonia britânica. Inaugura uma interpretação do sistema capitalista baseada na ideia da apropriação da mais valia do trabalhador urbano por parte da burguesia que teria propriedade dos meios de produção; o que leva a uma luta de classes na sociedade por esses interesses divergentes entre capitalistas e trabalhadores que culminaria numa revolução pela libertação da classe trabalhadora. Suas ideias não só são relevantes até hoje, como para muitos sua teoria marxiana ainda é atual, especialmente se analisarmos a piora da desigualdade global nos anos recentes e o aumento exponencial dos lucros.

V. I. Lênin (1870-1924) foi o principal líder do Partido Bolchevique na Rússia e suas ideias continuam influenciando quase todos os partidos comunistas contemporâneos. Entre seus trabalhos mais lidos e citados está *Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*, 1916, no qual descreve o avanço dos monopólios industriais e financeiros nos países centrais e sua ação imperialista na periferia. Hunt e Lautzenheiser (2013, cap 13) relata como Lênin começa enfatizando a enorme concentração industrial que se observava em todos os países capitalistas industrializados em fins do século XIX e início do século XX, de maneira que o enorme crescimento da indústria e a concentração rápida da produção em empresas

cada vez maiores são uma das características mais marcantes do capitalismo, assim como a presença de monopólios, oligopólios, cartéis e trustes nos principais países capitalistas.

Lênin por sua vez ressalta a importância dos bancos e do capital financeiro no fenômeno do imperialismo capitalista. Era dessa maneira que o “capital financeiro, concentrado em poucas mãos e exercendo um monopólio virtual, auferia lucros enormes e cada vez maiores com a venda de ações de empresas, a emissão de ações, empréstimos aos Estados etc., fortalecia o domínio da oligarquia financeira e cobrava um tributo a toda a sociedade em benefício dos monopólios” (HUNT, LAUTZENHEISER, 2013, cap 13).

Vladimir Lenin foi um importante teórico marxista russo, precursor da teoria do imperialismo. Escreve sua obra no começo do século XX, em meio ao declínio do liberalismo clássico, no contexto da primeira guerra e da disputa Inter hegemonica. Segundo Lenin (2011, p.216-217) o capitalismo se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau muito elevado do seu desenvolvimento. Na medida em que algumas das características fundamentais do capitalismo se transformaram na sua antítese, o capitalismo transitou para uma estrutura econômica e social mais elevada. O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas nos países centrais, de maneira a concentrar a produção e o capital a tal ponto que emerge o monopólio.

Segundo Lenin (2011, p.217) o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Sendo assim, o imperialismo surge por um lado, quando o capital financeiro é constituído pela fusão do capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas com o capital das associações monopolistas de industriais, por outro lado, quando as potências europeias completam a partilha monopolista dos territórios do globo. Lenin (2011, p.218) define, portanto, que o imperialismo é a fase do capitalismo em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquirindo também marcada importância a exportação de capitais, consolida-se a partilha do mundo pelos trustes internacionais e termina a do mundo entre os países capitalistas centrais.

Analisando a partir de seu contexto histórico e político, Lenin (2011, p.231-235) relata que o aumento da exportação de capitais, uma das bases econômicas mais essenciais do imperialismo, acentua ainda mais o divórcio completo entre o setor dos rentistas e a produção, o que para Lenin imprime uma marca de parasitismo por parte dos países europeus centrais, que vivem da exploração do trabalho de uns quantos países e colônias do ultramar.

Gunder Frank foi um economista marxista e sociólogo alemão, um dos precursores do debate sobre a dependência e um dos expoentes da teoria sistema mundo. Seu contexto era a segunda metade do século XX, durante o ápice da hegemonia americana. Desenvolve um olhar marxista estruturalista sobre comércio exterior e trocas globais. Desenvolve seu argumento central ao descrever o processo de formação capitalista como um processo de formação de uma periferia e um centro econômico baseado em termos desiguais de troca e divisão internacional do trabalho (Gunder Frank, 1976). Nesse sentido, foi precursor do desenvolvimentismo na América Latina.

Gunder Frank (1976) relata a importância histórica das medidas da Inglaterra para impedir a industrialização da Índia e suas colônias, além do monopólio do comércio e das atividades produtivas da periferia pelas metrópoles, de maneira similar à crítica de outros autores marxistas, como Lenin. O autor pressupõe então uma dependência permanente no capitalismo, entre centro e periferia. Na sua crítica à CEPAL e as tentativas burguesas de substituição de importações que geraram desigualdades, entendo o autor encaixado na vertente marxista da economia política.

O argumento central de Marx (2012) é de que as promessas liberais de que o progresso capitalista levaria a valorização do trabalho não se confirmam e o livre comércio global apenas levaria a subjugação de uns países por outros, assim como internamente leva a supremacia da classe burguesa; tampouco o protecionismo permitiria o avanço e progresso da sociedade como um todo. Apenas no sentido do extremismo antagonista entre classes que o capitalismo apresenta algo de positivo, possibilitando o comunismo. O autor então estrutura sua crítica ao liberalismo e depois ao protecionismo, na medida em que são modelos que servem a burguesia.

Marx (2012) se posiciona quanto o significado da revogação das leis cerealistas para a economia inglesa, que significaram a liberalização do comércio na Inglaterra referente aos cereais vindos do continente. O autor apresenta os argumentos daqueles favoráveis ao livre comércio e à especialização na indústria, faz uma crítica às interpretações dos liberais de que tal iniciativa seria positiva, mas também ao final faz uma crítica ao próprio protecionismo - logo se destaca como uma alternativa diferente de ambas as vertentes nacionalistas e liberais, propondo o socialismo. Marx entende que uma economia capitalista, seja liberal ou nacionalista, busca promover unicamente o interesse da burguesia e não o interesse da classe operária.

De acordo com Marx (2012), o argumento dos liberais seria de que o trigo mais barato na Inglaterra aliviaria as condições de vida da classe trabalhadora inglesa, já que um imposto sobre os cereais seria um imposto sobre os salários. Para o autor, claramente havia na verdade um interesse em baratear o trabalho com o barateamento dos cereais, o que se confirma, de maneira a permitir que a Inglaterra se tornasse a potência manufatureira, o que não permitiu uma melhoria das condições de vida dos proletários ingleses na época.

Segundo Marx (2012) os defensores do livre comércio defendem que a Inglaterra se liberalize, desistindo da agricultura e focando na Indústria.

Vocês estão certos, dignos trabalhadores; não é apenas o preço do trigo, mas também a competição das mãos de obra entre si, que determinam os salários. Mas ponderem bem uma coisa, a saber, que nosso solo consiste apenas de rochas e bancos de areia. Certamente não imagine que o cereal possa ser cultivado em vasos de flores. Assim, se, em vez de esbanjar nosso capital e nosso trabalho em um solo completamente estéril, abandonássemos a agricultura e nos dedicássemos exclusivamente à indústria, toda a Europa abandonaria suas fábricas, e a Inglaterra formaria uma enorme cidade fabril, com todo o resto da Europa como seu campo (Marx, 2012)

Tendo em vista que a Inglaterra possuía o setor fabril mais avançado e um campo pouco produtivo, Marx (2012) relata como a liberalização comercial levaria o país a se especializar na área que possui vantagem comparativa, de maneira a maximizar a mais valia. A partir dessa especialização, o capital monopolista inglês num regime internacional liberal pode facilmente incluir os demais países num

comércio com termos de troca desiguais, o que Lênin mais a frente irá descrever como etapa monopolista do capitalismo/imperialismo e Gunder Frank como o desenvolvimento do subdesenvolvimento. Nesse sentido, a obra crítica ao capitalismo de Marx serve como ponto de início das análises marxistas mais contemporâneas.

Segundo Marx (2012), outra vantagem proposta por tais defensores do livre comércio seria que ao abolir o imposto sobre o cereal, importando-o mais barato, seria possível abaixar os salários enquanto eles aumentam no país que exporta o cereal. Assim, além das vantagens que já usufruía a Inglaterra, teria também salários mais baixos e, com todas essas vantagens, seria natural que todo o Continente comprasse manufaturas inglesas. Além de conseguir cereais mais baratos como consequência da revogação das leis do cereal, a mão de obra fabril se tornou mais barata e por consequência as manufaturas mais competitivas, de maneira a maximizar a mais valia.

Nesse sentido, segundo Marx (2012) os capitalistas liberais apoiadores do livre comércio consolidaram o aprimoramento dos incentivos para a produção industrial assim como a perpetuação da agricultura inglesa pela mecanização agrária.

Fazendeiros e trabalhadores rurais ingleses manifestaram sua preocupação com a possível abolição do seu setor com a revogação das leis do cereal na Inglaterra. Segundo Marx (2012) entre os argumentos liberais está a ideia difundida que nem o arrendatário nem o trabalhador lavrador perderiam com a livre importação do trigo estrangeiro, mas apenas o proprietário (*landlord*). Sendo assim, o arrendatário inglês não precisaria temer a revogação das leis do cereal, porque nenhum outro país poderia produzir um cereal de alta qualidade tão barato quanto a Inglaterra. Assim, ainda que o preço do cereal caísse com a revogação da lei do milho essa queda afetaria apenas o aluguel da terra, que cairia, e não o lucro e os salários dos trabalhadores, que permaneceriam estacionários – o que não ocorreu.

Diante da evidência histórica, para Gunder Frank (1976, p. 185) é difícil sustentar que tal desenvolvimento industrial nascente em alguns países subdesenvolvidos, por meio da integração ao capitalismo global, foi estimulado ou mesmo acompanhado por uma maior igualdade ou equalização da distribuição de

renda ou propriedade, como explicitamente foi recomendado pelos defensores da industrialização por substituição de importações pós-1950, como o proposto por Prebisch e CEPAL e muitos outros. Nesse sentido, a modernidade capitalista não permitiu a superação do status periférico.

Em vez disso, segundo Gunder Frank (1976, p. 185-188) a distribuição de renda tornou-se bastante mais desigual. Além disso, sem negar a importância marginal que induziu desenvolvimento da indústria ou substituição de importações pode ter tido, qualquer política ou análise de desenvolvimento especialmente desde o desenvolvimento da divisão internacional do trabalho e transformação dos modos de produção do capitalismo industrial do século XIX, foi essencialmente limitada por essas últimas condições objetivas.

Gunder Frank (1976) constrói uma crítica marxista a tal desenvolvimentismo na América Latina. Como política de desenvolvimento, a substituição de importações revelou-se um fracasso e, como análise do processo de desenvolvimento, deixou de lado análise do imperialismo e a estrutura de classes. Nesse sentido, pode-se entender Gunder Frank como o desdobramento de marxistas como Marx e Lenin; em oposição ao desenvolvimento liberal proposto por Ricardo e Smith, por meio de uma divisão internacional do trabalho baseada em vantagens comparativas, ou mesmo diferente das políticas de promoção de indústrias por parte dos nacionalistas listianos.

A análise e política burguesa, sujeito às críticas de Gunder Frank (1976, p. 175) pressupõe a existência de um "dualismo" - social, econômico e tecnológico - dentro dos países subdesenvolvidos e entre eles e a metrópole, e defende a tese de que o desenvolvimento pode ser gerado pela exclusão de um setor atrasado, ou que, ao contrário, o desenvolvimento é e deve ser difundido do setor líder para o setor atrasado.

Gunder Frank (1976, p. 175) argumenta que independentemente da política supostamente derivada do dualismo, a própria tese de sua existência é teoricamente bastante insustentável. Além disso, uma revisão da experiência histórica da Ásia e da África sugere que a expansão do sistema capitalista mercantil e industrial não admitiu sociedades ou economias duais como imaginadas por esses teóricos burgueses. Além disso, como sugere qualquer análise séria do processo de

acumulação do capital mundial e da transformação correlata dos modos de produção em todo o mundo, a divisão internacional do trabalho e sua análise teórica há muito são incompatíveis com a tese da economia dual ou da sociedade.

Gunder Frank (1976) relata ainda como há também uma suposição dualista de que o desenvolvimento deve ser difundido do setor "avançado", "capitalista" para o "atrasado" "tradicional" e que este último está sendo ou deve ser progressivamente "modernizado" e "integrado" no setor líder ou na sociedade e economia mundiais. Esta concepção e política está subjacente a toda ideologia, teoria e política burguesa "progressista" e reformista, seja entre os países industrializados e o "Terceiro Mundo" ou nacionalmente dentro das sociedades "duais". Passa-se a impressão de que os países menos avançados estão no caminho de se tornarem países centrais, o que não é realidade.

Gunder Frank (1976, p.176) então questiona por que no mundo subdesenvolvido não houve desenvolvimento gerado com base em um setor de produção industrial doméstica de bens de consumo. De fato, a produção de matérias-primas de mineração e plantação para exportação durante o primeiro estágio da acumulação mundial de capital permitiu alguma produção intensiva em capital. Mas, naquele estágio de desenvolvimento capitalista, a produção desses bens de capital coloniais não poderia ser qualitativamente muito avançada no que diz respeito à sua complexidade tecnológica ou intensidade de trabalho/capital.

Ainda assim, o mundo subdesenvolvido tem um papel ainda mais central para o capitalismo quando em sua fase imperialista, nos termos leninistas. Lenin (2011, p.234) relata que observando a fase monopolista financeira do capitalismo, a expansão imperialista se traduz, portanto, na divisão do mundo entre um punhado de Estados usurários e numa maioria gigantesca de Estados devedores na periferia.

O capital dos países centrais é investido no estrangeiro primordialmente nos países politicamente dependentes ou aliados, “logo a Inglaterra fez empréstimos ao Egito, ao Japão, à China e à América do Sul, convertendo-se aos poucos de Estado industrial para Estado credor” (Lenin, 2011, p. 234-236). Segundo Lenin (2011, p. 236) ainda que se tenha observado aumento absoluto da produção e da exportação industriais, cresceu a importância relativa para toda a economia nacional das

receitas procedentes dos juros e dividendos, das emissões, das comissões e da especulação.

Um ponto essencial do argumento de Lenin (2011, p. 246-247) é a crítica do imperialismo, a resposta das diversas classes à sua emergência, que consiste em saber se é possível modificar por meio de reformas as bases do imperialismo, se irão se aprofundar ainda mais as contradições que o imperialismo gera, ou se tal movimento irá retroceder, atenuando essas contradições. Como as particularidades políticas do imperialismo levam à intensificação da opressão nacional advinda da opressão da oligarquia financeira e da supressão da livre concorrência, emerge uma oposição democrática pequeno-burguesa ao imperialismo em quase todos os países imperialistas em princípios do século XX.

Assim como List declara a relevância da expansão colonial para o nacionalismo alemão, o teórico marxista Lenin explica como é fundamental para as potências monopolistas em disputa no capitalismo global. Lenin (2011, p.229-230) descreve ainda a relação entre a expansão dos monopólios europeus financeiro nas colônias e as disputas imperialistas que culminam nas guerras. A luta entre os imperialistas mundiais agudiza-se na medida em que aumenta o tributo que o capital financeiro recebe das empresas coloniais e do ultramar, naturalmente mais lucrativas. Perante isto, Lenin destaca como no terreno do capitalismo a guerra permite que se elimine a desproporção existente entre o desenvolvimento das indústrias e a acumulação de capital, por um lado, e, por outro lado, a expansão colonial e das esferas de influência do capital financeiro.

As relações entre centro e periferia no sistema capitalista global são foco de debate no marxismo. Gunder Frank (1976) demonstra o processo em que a divisão do trabalho liberal promove a deterioração dos termos de troca pelo mundo, acentuando a dependência da periferia. Durante todo o período a divisão internacional do trabalho e o comércio internacional mudaram às custas dos países hoje subdesenvolvidos, o que aconteceu tanto quando seus termos de troca melhoraram quanto quando diminuíram novamente, e isso por várias razões.

Segundo Gunder Frank (1976), a divisão internacional do trabalho contribuiu para o desenvolvimento do subdesenvolvimento na maior parte do mundo, tanto quando os termos de troca foram em uma direção quanto quando se

manifestam na outra. Além disso, o crescimento industrial do século XX acelerou na maioria dos países do "Terceiro Mundo" precisamente quando, durante a depressão, seus termos de troca se deterioraram mais seriamente e quando, durante a guerra, os termos de troca favoráveis não foram imediatamente significativos porque a importação de divisas foi bloqueada por aquela guerra.

Nesse sentido, Gunder Frank (1976) demonstra como os termos de troca só adquirem significado no contexto do processo de acumulação de capital, divisão do trabalho e transformação dos modos de produção que os termos de troca refletem principalmente e apenas secundariamente ajudam a reforçar. Na medida em que a troca era desigual, mesmo nos termos de troca mais baixos para a Grã-Bretanha, seu ganho real e a perda real dos países agora subdesenvolvidos no comércio internacional durante esses anos foram correspondentemente maiores.

No entanto, Gunder Frank (1976) relata como o maior ganho para a metrópole e perda para os países colonizados dessa divisão internacional do trabalho não foram colhidos durante esses anos, mas mais tarde, quando os termos de troca mudaram contra os exportadores de matéria-prima. Os termos de troca da Grã-Bretanha diminuíram e suas exportações aumentaram durante a primeira parte do período em que a Grã-Bretanha estava conquistando mercados ultramarinos para suas exportações industriais, especialmente têxteis de algodão, de maneira a destruir as manufaturas e até mesmo a indústria menos competitivas na América Latina, África e Ásia, e principalmente na Índia.

Sendo assim, Gunder Frank (1976) quando esse processo impediu com sucesso o desenvolvimento industrial nessas áreas, a Grã-Bretanha passou a depender cada vez mais da exportação de produtos de metal e maquinário tecnologicamente mais complexos; e seus termos de troca começaram a melhorar no final do século XIX, embora então, com exceção do algodão, a Grã-Bretanha tenha se tornado dependente de matérias-primas e da importação de alimentos para seu desenvolvimento contínuo.

Nesse sentido, segundo Gunder Frank (1976) a divisão internacional do trabalho e o mercado mundial operaram de maneira que a Grã-Bretanha com menores preços pôde destruir a competição manufatureira local durante a expansão

do livre comércio, e então novamente aumentar seus preços uma vez que esta competição foi

Segundo Marx (2012), os trabalhadores ingleses compreenderam muito bem o significado da luta entre os *landlords* e os capitalistas industriais, entendendo que o preço do pão deveria ser reduzido para reduzir os salários, e que o lucro industrial aumentaria tanto quanto o aluguel das terras (renda) caísse. Ricardo, o grande promotor do livre comércio inglês, concorda inteiramente com este ponto. Em seu trabalho sobre economia política, ele diz: "Se em vez de cultivar nosso próprio milho... descobrirmos um novo mercado do qual podemos nos abastecer... a um preço mais barato, os salários cairão e os lucros aumentarão. A queda do preço dos produtos agrícolas reduz os salários". (Ricardo, 1835, *apud* Marx, 2012, p.178-179).

Marx (2012) expõe que a argumentação liberal se resume as seguintes considerações. O livre comércio aumentaria as forças produtivas (o menor preço das mercadorias aumentaria o consumo, demandando o aumento da produção). Se a indústria, a riqueza, a força produtiva, logo o capital produtivo, continuar crescendo, a demanda por trabalho, o preço do trabalho e, conseqüentemente, a taxa de salários também aumentariam. Para os liberais, a condição mais favorável para o trabalhador é o crescimento do capital. Se o capital permanecer estacionário, a indústria não apenas permanecerá estacionária, mas também declinará e, neste caso, o trabalhador será a primeira vítima.

Ainda assim, no caso em que o capital continue crescendo, na circunstância que para os liberais é a melhor para o trabalhador, para Marx (2012) ele irá ser prejudicado da mesma forma. O crescimento do capital produtivo implica a acumulação e a concentração do capital. A centralização do capital envolve uma maior divisão do trabalho e um maior uso de máquinas, destruindo a habilidade especial do trabalhador; e, substituindo esse trabalho qualificado, que qualquer um pode realizar, aumentando a competição entre os trabalhadores.

Segundo Marx (2012) essa competição torna-se mais acirrada à medida que a divisão do trabalho permite que um único trabalhador faça o trabalho de três. O maquinário, por sua vez, alcança o mesmo resultado em uma escala muito maior. O crescimento do capital produtivo, que leva os capitalistas industriais a

trabalharem com meios cada vez maiores, arruína o pequeno industrial e o condena à função de proletário. Então, a taxa de juros caindo à medida que o capital se acumula, os pequenos rentistas, que não podem mais viver de seus dividendos, são forçados a entrar na indústria e, assim, aumentar o número de proletários.

Por fim, Marx (2012) relata que quanto mais o capital produtivo aumenta, mais ele é compelido a produzir para um mercado cujas necessidades ele não conhece, quanto mais a produção precede o consumo, mais a oferta tenta forçar a demanda, e as crises de consumo aumentam em frequência e intensidade (como observado na grande crise de 1929). Mas cada crise, por sua vez, acelera a centralização do capital e aumenta o proletariado. Assim, à medida que o capital produtivo cresce, a competição entre os trabalhadores cresce em proporção muito maior. A recompensa do trabalho diminui para todos, e o fardo do trabalho aumenta para alguns.

Nessa medida, ao contrário da argumentação liberal, na análise de Marx (2012) o aumento produtivo não leva a uma valorização do trabalho, o sistema tende a aumentar a concorrência entre o proletariado de maneira que seu salário se mantenha desvalorizado, sendo o crescimento do capital na verdade parte de um processo de acumulação e não um meio de valorização do trabalho.

De acordo com Marx (2012) o livre comércio é a liberdade do capital, serviu para derrubar as poucas barreiras nacionais que ainda restringiam o progresso do capital. Enquanto existir a relação do trabalho assalariado com o capital, não importa quão favoráveis sejam as condições em que a troca de mercadorias ocorra, sempre haverá uma classe que explorará e uma classe que será explorada (conceito marxista de luta de classes).

2.4. Conclusão

A análise dos principais autores das três vertentes da economia política ocidental nos permite entender o amplo debate que a academia majoritariamente europeia e norte americana desenvolve sobre diversos temas, tendo suas considerações alcançado escala mundial, sendo aplicadas pelo resto do planeta.

De certa maneira, dificilmente se encontra produção científica que não se baseie nessas vertentes clássicas, sendo que a ciência do desenvolvimento produzida no sul global está comumente inserido nessas abordagens da economia política internacional originárias da Europa. Faz-se necessário uma globalização da disciplina, nesse sentido os próximos capítulos irão entender as contribuições da academia chinesa sobre a economia política internacional.

3. Acadêmicos chineses de Economia Política Internacional

O presente capítulo irá compilar grandes nomes da academia chinesa na disciplina, entendendo como se encaixam ou não nas vertentes clássicas, podendo assim construir uma imagem do modelo chinês e do pensamento chinês em economia política por meio de autores locais, tendo em vista que se faz necessário entendê-los em sua própria hermenêutica.

Sendo a China uma potência ascendente, seu pensamento em economia política internacional deve ter cada vez mais importância na medida que o país se torna relevante nas cadeias globais de valor, constrói uma ordem paralela à liberal ocidental, se torna credor global, busca protagonismo na política internacional e se engaja nas instituições internacionais.

Segundo Hung (2022), seu crescente protagonismo no sistema internacional vem exacerbando sua disputa com os EUA, em meio a confrontos sobre comércio, tecnologia, o Mar da China Meridional, Taiwan e muitas outras questões – nesta “nova Guerra Fria”, a China se torna um centro de poder e referência econômica. Desde sua transição para economia de mercado e sua inserção no capitalismo global, seu modelo chama atenção não apenas pelo sucesso em crescimento, combate à pobreza e criação de capital nacional, mas também por ter elementos mistos das três vertentes, ou até mesmo se pode pensar que seu “socialismo de mercado com características chinesas” é um modelo *sui generis*, construído nos seus próprios termos.

Hung (2022, p.1) relata a emergência da noção da “Nova Guerra Fria” entre EUA e China, de maneira que a tensão crescente entre as duas maiores economias do mundo tem sido impulsionada por uma ruptura na ideologia e nos sistemas políticos: um conflito entre a democracia liberal e o autoritarismo ou um conflito entre o liberalismo/capitalismo de mercado e o capitalismo de estado. Alguns observadores casuais atribuem a escalada da tensão entre os Estados Unidos e a China à imprudência da administração Trump. Mas qualquer análise séria aponta para a realidade de que a rivalidade é mais profunda do que uma administração específica, é anterior a Trump e continua na administração Biden.

Ainda que com o fim da Guerra Fria o suposto triunfo liberal americano tenha ofuscado a rivalidade de modelos divergentes, a ascensão chinesa está

rapidamente contrapondo a hegemonia do modelo americano. Segundo Hung (2022, p.1), muitos explicariam a rivalidade EUA-China em termos das diferenças antagônicas entre os modelos político-econômicos dos dois países, ainda que estas diferenças não surgiram recentemente. Desde o Massacre da Praça Tiananmen em 1989 e a consolidação do regime autoritário do Partido Comunista Chinês (PCC) na década de 1990, ficou claro que a China não se tornaria uma democracia liberal tão cedo.

Os acadêmicos chineses desenvolvem sua hermenêutica em meio ao seu contexto político e econômico, sendo importante entender o processo de abertura e desenvolvimento chinês, que apresenta características de abordagens clássicas diferentes, sendo útil analisá-lo buscando ampliar o entendimento da disciplina e forjar um panorama da academia chinesa na área.

De acordo com Fares (2022), a rápida mudança da China de um país periférico na década de 1980 para uma potência global, levou a interpretações abertas sobre a natureza de suas classes capitalistas emergentes. A estrutura industrial do país tem tradicionalmente mantido uma posição periférica em relação às economias centrais, posicionando-se na extremidade inferior das cadeias globais de valor. No entanto, alguns segmentos industriais se tornaram capazes de competir em pé de igualdade com a produção e os serviços modernos ocidentais. Portanto, o modelo de desenvolvimento do país apresenta padrões de dependência, ao mesmo tempo em que apresenta características expansionistas no cenário global, com resultados políticos e econômicos contraditórios.

Nesse sentido, a China, na contramão de suas vantagens comparativas, alcança status de semiperiferia, dentro da abordagem sistema-mundo de Wallerstein (2004) por meio da intervenção estatal. Sendo assim, tal modelo se assemelha aos teóricos nacionalistas econômicos, que defendem que se deve desenvolver capital nacional pela via nacional, transformando as tradicionais vantagens comparativas em trabalho. A China, por meio de protecionismos, *joint ventures*, políticas industriais e de P&D pôde promover o desenvolvimento chinês por uma via desenvolvimentista.

Apesar do governo ininterrupto e incontestável do Partido Comunista Chinês, o que nos sugere que o modelo chinês se aproxima do marxismo, a China

está adaptando sua estratégia política às novas dinâmicas globais de poder através reformas modernizantes. Sendo assim, estando a China promovendo reformas de mercado e se integrando ao sistema capitalista, também pode-se entender que há espaço para uma hermenêutica no sentido de entender a China como um país com modelo em direção ao liberalismo.

Segundo Sung e Chan (1987), as reformas econômicas de mercado foram iniciadas numa altura em que a economia nacional planejada se encontrava num estado de desequilíbrio macroeconômico e estrutural. Isso exigia reajuste econômico (contenção), porém, devido ao histórico político pré-Revolução Cultural, eles não poderiam ser muito críticos do sistema pré-reforma, devendo as reformas de mercado não alterarem os princípios socialistas.

Ainda assim, Sung e Chan (1987) demonstram como o apelo por uma reforma total de Hu Yaobang em janeiro de 1983 sublinhou o compromisso da liderança central sob Deng Xiaoping com um ritmo mais rápido de reforma, superando o conservadorismo teórico da geração mais velha. Após a decisão do PCC sobre o programa de reforma em outubro de 1984, a discussão se voltou para questões políticas concretas, bem como para o problema mais fundamental de redefinir o socialismo e o sistema de propriedade socialista de acordo com as inovações institucionais lançadas pelas reformas econômicas.

Hung (2018) descreve as concepções que se pode ter sobre o modelo chinês contemporâneo, entendidas a partir da tradição de pensamento ocidental.

Segundo Hung (2018), a primeira concepção é que, dado o peso do setor estatal na economia chinesa, a China está a desafiar a ideologia do mercado livre e a ordem global de mercado livre ou neoliberal que os Estados Unidos têm promovido desde a década de 1980, o que pode indicar que o modelo chinês se aproxima do nacionalismo listiano.

A segunda concepção trazida é que a China está a inverter a tendência de longo prazo de polarização do rendimento entre o Ocidente industrializado e o resto industrializado, ao aumentar o nível de rendimento da vasta população pobre da China, o que se assemelha às políticas cepalinas nacionalistas/marxistas que defendem a necessidade de se industrializar a periferia global, indo contra as suas vantagens comparativas. Considera-se também que a China constitui um novo

modelo e uma oportunidade para os países em desenvolvimento nos seus esforços para alcançarem os países desenvolvidos.

A terceira concepção de Hung (2018) é que a China está a desafiar ou mesmo a substituir o domínio político do Ocidente em geral e dos Estados Unidos em particular, mudando assim radicalmente a ordem mundial existente – cabendo uma crítica marxista, sob a qual a China estaria se tornando um novo país central com as mesmas implicações sociais que os outras potências liberais. A quarta concepção é que, no meio da crise global que teve origem e afetou principalmente os Estados Unidos e a Europa, a China está a resgatar a economia global, tornando-se o mais poderoso motor de crescimento.

Apesar da introdução de uma economia de mercado indicar um avanço do liberalismo na China, o forte caráter nacional da economia e a busca dos princípios marxistas em meio aos planos quinquenais demonstram um caráter complexo que dificulta categorização entre as abordagens ocidentais. Este capítulo busca compilar as análises dos principais autores chineses de EPI para compreender a contribuição da academia chinesa para a ciência com base em pensadores ocidentais.

3.1. Principais expoentes do liberalismo econômico na China

Partindo do liberalismo clássico, buscamos suas expressões em autores contemporâneos chineses, que entendem a economia da China por uma progressiva integração ao capitalismo global liberal, por meio de reformas de mercado modernizante atentando aos possíveis efeitos negativos de uma virada estatista.

Tal abordagem é explicitamente sugerida tanto pelos clássicos liberais, como Smith e Ricardo, por meio de uma adaptação a uma divisão internacional do trabalho baseada em vantagens comparativas, como pelos desdobramentos neoclássicos, como Walras, que entende a necessidade da virada neoliberal e da autorregulação do mercado. Tal vertente é influente entre acadêmicos na Região Administrativa Especial de Hong Kong, que dispõe de maior liberdade econômica que os chineses da China Continental. Huang é um acadêmico chinês que escreve sobre uma abordagem liberal chinesa que permita o país se desenvolver e lidar com os problemas da economia global.

Segundo Huang (2011), a partir da profunda recessão no Ocidente desde 1929, muitos analistas ocidentais e chineses declararam a morte do livre mercado e recentemente o triunfo do chamado Consenso de Pequim. Eles argumentam que na medida em que o poder econômico gravitou em direção ao Oriente, a mudança global para o capitalismo de Estado, ao estilo chinês, está enterrando a economia de mercado.

Com base em uma análise dos dados que vão além do desempenho do PIB, Huang (2011) mostra que, quando medido por fatores que acompanham diretamente os padrões de vida do chinês médio, a China teve o melhor desempenho quando buscou reformas econômicas liberalizantes e orientadas para o mercado, bem como como conduziu uma reforma política modesta e se afastou das políticas estatistas.

O autor desenvolve os efeitos para a economia global de uma virada estatista. Da perspectiva chinesa, Huang (2011) ressalta o perigo de abraçar e acentuar o estatismo econômico. A China precisa repensar sua estratégia de desenvolvimento econômico, que até agora suprimiu o vasto potencial de consumo final interno do país enquanto aumentava rapidamente a capacidade de produção. Essa combinação seria cada vez mais insustentável, devendo a China para reequilibrar-se buscar um pacote mais liberal de reformas econômicas e políticas características da década de 1980 e se afastar do modelo estatista, o que se aproxima das observações do liberal clássico David Ricardo (1996), que pensa a economia política por meio da expansão do livre mercado e da especialização da produção, pressupondo que o mercado internacional não deve ser regulado pelo Estado e que inseridas neste mercado global.

Sendo crítico do estatismo chinês, Huang (2011) acredita que as ambições econômicas chinesas e globais devem se afastar do estatismo e acompanhar reformas de cunho liberal, de maneira similar a qual Smith (1983, cap 2) criticava o modelo mercantilista, relatando que era comum políticas de monopólio como altas tarifas e restrições de maneira a possibilitar monopólio para determinada indústria, o que não possibilitava aumentar a produção geral nacional, o que induziu as pessoas a empregarem capital na produção doméstica aquilo que poderiam comprar mais barato no exterior. Smith (1983, p. 380) então resume que a divisão internacional do trabalho é mais produtiva para o globo, sendo insensatez produzir

aquilo que é possível encontrar mais barato no estrangeiro, enquanto Ricardo (1996) sugere a especialização nacional de acordo com vantagens comparativas.

De acordo com Li (2019), para a vertente liberal neoclássica, não há segredo sobre o motivo pelo qual a economia chinesa teve um rápido crescimento econômico nas últimas décadas. Ao adotar reformas modernizantes, abandonar a economia planificada, considerada antiquada e altamente ineficiente, e adotar políticas econômicas orientadas ao mercado, a China passou a seguir o que as economias capitalistas bem-sucedidas sempre fizeram e liberou o grande potencial do empreendedorismo privado chinês.

Segundo o acadêmico ocidental liberal Gilpin (2002, p. 45-46), o livre mercado com um mínimo de intervenção estatal promoveria o bem-estar na medida em que aumentaria a eficiência econômica e assim maximizaria o crescimento da economia, o que afetaria o bem-estar geral na China – nesse sentido o crescimento chinês pode estar relacionado à introdução do mercado. Li (2019) relata que na medida em que a economia chinesa pode enfrentar certos riscos e dificuldades nos próximos anos, eles decorrem de elementos economicamente irracionais remanescentes, como empresas estatais e planejamento central.

Segundo Huang (2011. p. 3-6), o liberalismo têm sido o pensamento econômico ortodoxo por muito tempo, tendo seu ápice no pós-guerra fria. Durante grande parte da década de 1990 e na virada do século XXI, as economias centralmente planificadas da Rússia e da Europa Oriental entraram em colapso, enquanto a Índia e grande parte da América Latina e de África se afastaram dos patamares de comando do estatismo econômico. Os princípios do mercado livre consagrados no Consenso de Washington reinaram hegemônicos. Ainda que a China não tenha se preocupado em seguir quaisquer prescrições econômicas e políticas estabelecidas, fez experiências ousadas e inovadoras. Acontece que estas tendências no crescimento do rendimento pessoal chinês estão estreitamente correlacionadas com diferentes tipos de políticas econômicas. Ainda assim, foi quando a China caminhava numa direção política mais liberal, o rendimento pessoal crescia muito mais rapidamente. Quando as reformas de mercado abrandaram e a China prosseguiu políticas mais estatistas, o crescimento do rendimento pessoal abrandou.

Zhou Shulian (1989) observava um crescimento extremamente rápido na produção industrial na China. Existiam diferentes pontos de vista nos círculos acadêmicos chineses quanto à ligação entre este rápido desenvolvimento e a reforma estrutural econômica liberal. Alguns acadêmicos acreditam que a alta velocidade do desenvolvimento industrial era principalmente um efeito do novo sistema econômico, na medida em que o papel da estrutura de mercado expandia-se continuamente. Outros também acreditam que só mantendo a elevada velocidade de crescimento industrial poderia a China avançar na reforma estrutural econômica. A progressiva inserção chinesa no comércio global desde o início das reformas liberalizantes pode explicar tal desempenho da indústria na China. Smith (1983, p.371-372) demonstra de que maneira o comércio internacional estimula a mão-de-obra fabril a ampliar suas forças produtivas e a maximizar sua produção, elevando assim a renda e a riqueza reais da sociedade.

Segundo Shulian (1989) a aceleração gradual da taxa de crescimento do desenvolvimento industrial no pós-reforma na China é inseparável da reforma estrutural econômica. Devido à implementação das reformas, a autonomia das empresas expandiu-se, a sua vitalidade aumentou, o seu entusiasmo foi fortalecido, a gestão foi melhorada e a transformação tecnológica foi acelerada. Todas estas seriam as principais razões para o rápido desenvolvimento industrial. A melhoria das condições externas da produção industrial, como o desenvolvimento da agricultura, dos recursos energéticos, dos transportes e do comércio exterior, também é inseparável da reforma. Walrás (1996) já defendia a autorregulação do mercado e o mínimo de intervenção estatal como forma de fortalecer as empresas, de maneira a garantir o desenvolvimento econômico.

Hong e Tieying (1990) destacam que o desenvolvimento da economia da China em 1984 colocou a questão do “crescimento rápido” perante o povo chinês. Caracteriza a economia chinesa no início dos anos 1990 com um duplo carácter de transição: ao mesmo tempo estava em transição para uma economia socializada de produção em grande escala; e estava também em transição de um modelo estalinista para uma economia mercantil planificada. Segundo os autores, a economia estava num processo de transformação estrutural drástica.

Hong e Tieying (1990) destacam ainda que, tendo em vista que o valor da produção e o rendimento nacional derivam dos processos produtivos de todas as unidades básicas de produção (incluindo empresas, famílias e indivíduos), o motivo que leva ao rápido crescimento econômico manifesta-se, em última análise, no motivo de produção que é a prossecução dos seus próprios interesses por parte de cada unidade, bem como o caráter do ambiente estrutural das unidades, sendo então o liberalismo o sistema que promoveria o desenvolvimento chinês.

Segundo Hong e Tieying (1990), as restrições que o ambiente estrutural chinês impõe ao motivo de produção das unidades básicas de produção manifestam-se principalmente em termos da gestão do Estado dos seus planos de produção, comercialização de produtos e distribuição de lucros. Sob uma estrutura de gestão de planeamento centralizado e concentrado, a produção das empresas é controlada pelo Estado através de planeamento obrigatório. Os produtos eram sujeitos à aquisição e venda unificada do Estado, e todos os lucros eram submetidos ao estado.

De acordo com Hong e Tieying (1990), desde 1978, esta estrutura de planeamento estatal se liberalizou e sofreu uma mudança dramática. O planeamento obrigatório unitário do estado foi substituído por uma combinação de planeamento obrigatório e regulação do mercado. As compras e vendas unificadas do Estado tornaram-se gradualmente uma memória histórica e as empresas passaram a receber a parte que merecem na alocação de lucros. A transformação da política de distribuição de lucros também produziu um incentivo para as empresas perseguirem os lucros. Assim, dentro dos limites desta transformação do ambiente estrutural, o motivo de produção das unidades económicas básicas passou a ser a procura de um valor de produção realizável e, na medida do possível, a maximização da participação nos lucros.

Segundo Vo (2016) desde o período do início das reformas liberalizantes, a economia chinesa devastada pela guerra registou uma taxa de crescimento anual sem precedentes de 9,91% entre 1979 e 2010, evitando em grande parte depressões periódicas na economia mundial. O espantoso sucesso das reformas económicas da China, em contraste com as diversas dificuldades encontradas pela antiga União Soviética e pelos países da Europa Oriental nas suas transições comparáveis, atraiu a atenção mundial. Depois de 2008, embora não explicitamente, os funcionários do

governo chinês abraçaram plenamente o princípio primário do Consenso de Pequim, a superioridade do controle estatal sobre a propriedade privada. Ainda assim, tem havido debates contínuos em torno da questão de se o modelo chinês recentemente emergido tinha ou não posto fim aos dias do outrora prevalecente quadro ocidental favorável ao mercado, conhecido como “Consenso de Washington”.

Especificamente, segundo Vo (2016) o período de 1979 a 1988 é caracterizado por uma vasta gama de políticas que, em geral, aproximaram a China na direção liberal do Consenso de Washington. Nomeadamente, os chineses adotaram o empreendedorismo privado, reformas financeiras e algumas medidas políticas sem precedentes. Tal processo de abertura confirma essa tendência de “descoletivização” da China. Em linha com estas observações, este período registou uma maior margem para o investimento privado, maior liberdade no movimento geográfico da mão-de-obra, bem como uma maior variabilidade nos bens e serviços de consumo, o que possivelmente confirma a tese liberal de que as barreiras que o Estado impõe sobre o mercado com fins políticos acabam a atrapalhar as empresas e o desenvolvimento.

Segundo Huang (2011, p. 3-6) ainda que a China não tenha se preocupado em seguir quaisquer prescrições econômicas e políticas estabelecidas, fez experiências ousadas e inovadoras. Acontece que estas tendências no crescimento do rendimento pessoal chinês estão estreitamente correlacionadas com diferentes tipos de políticas econômicas. Ainda assim, foi quando a China caminhava numa direção política mais liberal, o rendimento pessoal crescia muito mais rapidamente. Quando as reformas de mercado abrandaram e a China prosseguiu políticas mais estatistas, o crescimento do rendimento pessoal abrandou.

Em geral, a China experimentou um crescimento fenomenal ao adoptar uma abordagem gradualista e um modelo experimentalista que evolui continuamente ao longo do tempo, em vez de um envolvimento rígido e constante de políticas de controle estatal (VO, 2016). Embora Huang (2011) tenha interpretado o sucesso da China nas últimas três décadas à luz de um movimento em direção ao liberalismo económico e político, ele também não aprova uma rápida conversão ao fundamentalismo de mercado, entendendo o modelo chinês como misto.

Por sua vez, Sung e Chan (1987) apresentam um histórico dos processos de reforma que permitiram a ascensão do modelo atual de socialismo de mercado com características chinesas. Segundo Sung e Chan (1987) as reformas econômicas da China evoluíram em meio a debates e controvérsias amargas. Tipicamente, desenvolvimentos desfavoráveis na economia desencadeariam oposição à reforma econômica, expressa em divergências teóricas. Somente em outubro de 1984, seis anos após o início das reformas, os líderes chineses finalmente formularam um modelo ou programa de reforma econômica em uma decisão formal do Comitê Central do Partido Comunista Chinês. As reformas começaram como uma série de experimentos localizados que foram posteriormente adotados pelas autoridades centrais.

Foi somente quando os economistas pré-Revolução Cultural foram substituídos por uma nova geração de economistas, menos envolvidos no sistema pré-reforma, que a discussão alcançou as práticas já empreendidas na economia. Segundo Sung e Chan (1987) a evolução da discussão sobre reformas econômicas pelos economistas chineses de 1978 a 1986 se divide em dois períodos, com uma mudança de foco marcante. O primeiro período abrange os anos 1978-82. Durante esse período, a discussão econômica foi dominada pela geração mais velha de economistas chineses, como Sun Yefang, Xu Dixin e Xue Muqiao, que estiveram intimamente associados a altos líderes econômicos dos anos anteriores à libertação. Todo o período foi caracterizado por intensos debates entre a geração mais liberal ortodoxa de economistas mais velhos e os menos dogmáticos economistas de segunda geração, que foram influenciados pelas ideias reformistas dos economistas do Leste Europeu.

Por fim, Sung e Chan (1987) relatam como a morte de Sun Yefang em fevereiro de 1983 marcou o fim do debate entre as duas gerações. O segundo período começou em 1983 e continua até os dias da publicação do artigo. O apelo por uma reforma total de Hu Yaobang em janeiro de 1983 sublinhou o compromisso da liderança central sob Deng Xiaoping com um ritmo mais rápido de reforma modernizadora. Isso coincidiu com o sucesso dos economistas de segunda geração em superar o conservadorismo teórico da geração mais velha. Após a decisão do PCC sobre o programa de reforma em outubro de 1984, a discussão se voltou para questões políticas concretas, bem como para o problema mais fundamental de

redefinir o socialismo e o sistema de propriedade socialista de acordo com as inovações institucionais lançadas pelas reformas econômicas liberais.

Segundo Sung e Chan (1987) foi sobre esta última questão que surgiu gradualmente depois de 1984 um debate entre a segunda geração de economistas que agora ocupava uma posição dominante e uma terceira geração ascendente de economistas influenciados pela economia ocidental, bem como pelas reformas na Europa Oriental. Houve também uma geração de velhos economistas treinados na teoria econômica ocidental antes de 1949 que foram reabilitados para cargos acadêmicos depois de 1978. Embora seus cargos não estivessem relacionados à formulação de políticas, eles influenciaram a política indiretamente por meio de seus alunos.

Huang (2011) destaca ainda que a era dourada do crescimento do rendimento familiar chinês ocorreu na década de 1980, quando a China era governada por líderes como Deng Xiaoping, Hu Yaobang e Zhao Ziyang, que lançaram o esforço de reforma liberal modernizadora de mercado. A questão da influência da política no desenvolvimento é extremamente importante na análise dos dados. Sob a liderança de Hu Jintao e Wen Jiabao, o crescimento global do rendimento das famílias na China aumentou um pouco, mas ainda é lento em relação ao crescimento do PIB e, como resultado, não há aumento na taxa de poupança das famílias chinesas na última década observada.

Por fim, acadêmicos chineses contribuem para a literatura liberal em economia política internacional ao analisarem o caso das reformas modernizantes chinesas, concluindo que na medida em que privatizou, liberalizou os mercados e se inseriu no comércio internacional é que a China conseguiu um avanço na indústria e desenvolvimento.

3.2. Principais expoentes do nacionalismo econômico na China

O pensamento econômico chinês tem traços nacionalistas, como se percebe em suas políticas industriais e comerciais, que vêm permitindo ao país subir na cadeia global de valor e criar capital nacional, indo na contramão das vantagens comparativas em trabalho que deveriam, segundo os liberais, garantir o

desenvolvimento da economia chinesa que deveria ser guiada pela indústria intensiva em trabalho com capital estrangeiro. Apesar das reformas de mercado, o Estado segue tendo amplo papel. Tal modelo se aproxima, nesse sentido, ao pensamento listiano, hamiltoniano e keynesiano.

Acadêmicos nacionalistas chineses como Lo, Li e Zhang buscam entender o fantástico desenvolvimento chinês que ocorre em meio a uma transição para uma economia de mercado socialista, demonstrando de que maneira as reformas de mercado abrem o país sem inseri-lo na lógica neoliberal do Consenso de Washington. Nesse sentido, a China por meio do amplo uso de empresas estatais, controles de capitais e promoção da indústria pôde rapidamente migrar de uma indústria altamente intensiva em trabalho para uma indústria intensiva em capital com marcas líderes no mundo.

Nesse sentido, os teóricos nacionalistas chineses, na sua análise da relação entre desenvolvimento, mercado e Estado, se distanciam do pensamento ricardiano liberal, ao demonstrar a relevância de se alterar as vantagens comparativas em trabalho para alcançar o desenvolvimento. Assim como o pensamento listiano, o argumento de chineses nacionalistas é de que é necessário proteger e promover a indústria, o que não ocorre pelo *laissez faire laissez passer*, e da crítica de Gunder Frank à ideia liberal de um subdesenvolvimento causado pelos termos de troca desiguais com os países centrais que precisam ser superados.

Segundo Lo e Li (2014), observa-se que a desaceleração do crescimento econômico na maior parte do mundo em desenvolvimento tem sido associada a um processo de desindustrialização, ou pelo menos de estagnação industrial. Isso contrasta fortemente com o progresso fenomenal da industrialização na China. Uma questão analítica surge naturalmente sobre qual é a relação entre industrialização e crescimento econômico ou, de forma mais geral, quais são as condições estruturais necessárias para o desenvolvimento tardio sob a globalização.

Lo e Li (2014) observam que a estagnação no desenvolvimento tardio ocorreu “apesar das reformas políticas” – isto é, apesar do processo geral de reformas institucionais orientadas para o mercado em todo o mundo em desenvolvimento, demonstrando falha da doutrina liberal e do Consenso de Washington. Isso levanta a questão de quais são as condições institucionais

necessárias para o desenvolvimento tardio sob a globalização, na medida que se entende a falha do argumento neoliberal e neoclássico como de Walrás. Na análise de nacionalistas como List, muitas iniciativas de livre comércio e liberalismo atrapalharam desenvolvimento de países menos ricos, como a China. De acordo com List (1983, p.85), as tentativas por parte dos Estados nacionais periféricos no sentido de introduzir *laissez faire* em meio a um sistema capitalista resulta sempre no sacrifício da prosperidade nas nações menos avançadas. China pôde desenvolver estratégias de nacionalismo econômico, que segundo List (1983, p.83) visam transformar o país numa potência manufatureira.

O objetivo de Lo e Li (2014) é analisar as condições estruturais e institucionais que sustentam o rápido crescimento econômico sustentado da China. A análise centra-se na noção de um caminho de desenvolvimento evolutivo que incorpora uma mistura incômoda dos atributos de eficiência alocativa e produtiva. Os achados analíticos dão origem a duas proposições principais. Primeiro, em contraste com a direção geral da reforma do mercado na dimensão institucional, o caminho real da industrialização e crescimento econômico da China tende a contradizer o princípio da vantagem comparativa, o que segundo Ricardo (1996) não teria sucesso na alocação do capital. Tem estado no sentido do aprofundamento do capital, especialmente desde o início da década de 1990.

Em segundo lugar, segundo Lo e Li (2014) as instituições econômicas reformadas na China abrangeram tanto elementos suplantadores de mercado, quanto elementos de conformidade com o mercado. Estas têm sido representadas por empresas estatais e empresas não estatais, respectivamente, sendo as primeiras responsáveis pela melhoria da eficiência produtiva e as segundas responsáveis pela melhoria da eficiência alocativa. As duas proposições estão inter-relacionadas porque, dos vários setores de propriedade da China, as empresas estatais, devido aos seus atributos institucionais orientados para o longo prazo, se encaixaram especialmente bem no caminho de desenvolvimento de aprofundamento do capital, como sugere o pensamento nacionalista cepalino inspirado em List e Gunder Frank, de maneira a reverter o status de periferia.

Sendo assim, o modelo de transição chinês pode ser encaixado na vertente do nacionalismo econômico, sendo desenvolvimentista e capitalista ao mesmo

tempo, já que permite a propriedade privada dos meios de produção, mas tem nas fortes empresas estatais o propósito de criar capital nacional. Nesse sentido, Lo e Li (2014) relatam como as características estruturais e institucionais da economia chinesa reforçam-se mutuamente na geração do rápido crescimento econômico sustentado.

Lo e Li (2014, p. 68-69) indicam que houve algumas mudanças estruturais fundamentais no processo de crescimento econômico chinês, refletindo a substituição do trabalho pelo capital na produção. O crescimento econômico, ao contrário do que sugere Ricardo, pareceu mudar de uma trajetória de produção intensiva de mão-de-obra na primeira metade da era das reformas para uma trajetória de aprofundamento do capital na segunda metade. A trajetória de crescimento econômico de aprofundamento do capital em 1993-2007 parece contradizer o princípio da escassez relativa, resultando em diminuições na eficiência alocativa.

Segundo Lo e Li (2014, 68-70) os arranjos institucionais das empresas estatais desviaram-se, em grande parte, do princípio dos direitos de propriedade individualistas, evidente nas formas de intervenção governamental discreta nas suas operações (relações entre o Estado e as empresas) e nas restrições orçamentais brandas (relações entre as finanças e a indústria) e nos sistemas de compensação (relações trabalhador-empresa). É, portanto, de esperar que as empresas públicas sejam menos capazes do que as empresas não públicas de se ajustarem para fazer face às mudanças nas condições do mercado – isto é, de melhorar a sua eficiência alocativa. Sendo assim, observa-se que a forte intervenção governamental chinesa no setor empresarial se distancia das orientações do liberalismo e do Consenso de Washington.

Segundo Lo (2019), do final da década de 1990 até os dias atuais, a transformação econômica da China e seu boom desenvolvimentista exibiu progressivamente o caráter de um modelo liderado pelo Estado – tanto que passou a ser conhecido como “capitalismo/socialismo de estado à moda chinesa”. A tendência de evolução denominada *guo jin min tui* (o setor estatal avança, enquanto o setor privado recua) é uma manifestação concreta desse modelo. Não é de admirar que, no contexto de decepções no desenvolvimento mundial na era da globalização,

especialmente após 2008, a natureza e o significado desse modelo tenham sido fortemente contestados dentro e fora da China.

Outra questão relevante no nacionalismo chinês é que, mesmo em meio às reformas de mercado, as estatais mantêm sua relevância. Segundo Lo (2019), as empresas estatais (SOEs, em inglês) sempre estiveram no centro da transformação econômica chinesa e dos discursos intelectuais associados.

De acordo com Lo (2019), uma característica central das instituições das SOEs chinesas é que suas instituições continuaram a se desviar fundamentalmente do princípio de direitos de propriedade individual bem definidos. Em comparação com outros tipos de empresas na China, as SOEs estão mais sujeitas aos controles estatais. Seu relacionamento com as principais partes interessadas tendeu a exibir maior rigidez ou orientação de longo prazo.

Conceitualmente, existe uma tese recorrente na literatura relevante chinesa que destaca o papel essencial do Estado na promoção do desenvolvimento econômico, de maneira a se aproximar do pensamento clássico nacionalista ocidental. Segundo Lo (2019), esta tese defende a participação ativa do Estado, e das grandes empresas e instituições financeiras, na orientação da alocação de recursos para o investimento produtivo a longo prazo. Neste contexto, uma relação estreita e orientada para o longo prazo entre o Estado e as empresas, e entre as finanças e a indústria, é saudada como “um componente necessário de um modelo de desenvolvimento bem-sucedido” (LO, 2019, p.2-3).

Segundo Lo (2019, p.2-6) estas visões teóricas oferecem bons insights para investigar as experiências chinesas, particularmente no que diz respeito à complexidade da funcionalidade e credibilidade institucional. O desempenho econômico das empresas públicas chinesas sempre foi uma questão de debate, independentemente do fato de, em comparação com outras empresas, as empresas públicas terem recebido simultaneamente tratamentos políticos favoráveis por parte do Estado, ao mesmo tempo que lhes foi pedido que assumissem responsabilidades sociais e de desenvolvimento adicionais.

O desenvolvimento do “capitalismo de Estado/socialismo, ao estilo chinês” atraiu interesses acadêmicos generalizados. Lo (2019, p.3-6) apresenta estudos existentes que tendem a concentrar-se em desvendar a dinâmica estrutural do

desenvolvimento econômico chinês e o papel do setor estatal no mesmo. Em contraste, os estudos sobre os atributos institucionais do modelo parecem estar relativamente subdesenvolvidos. Isto provavelmente se deve à predominância das versões neoliberais da economia neoclássica, como Walrás, onde se postula que as instituições que se conformam aos princípios do mercado são, por natureza, excepcionalmente eficientes, independentemente da dinâmica estrutural prevalecente. Uma exceção notável são estudos na tradição da economia institucional, que tendem a ter uma mente mais aberta ao fazer julgamentos sobre os atributos das instituições das empresas estatais chinesas e do setor estatal em geral.

Segundo Lo e Zhang (2011) comparado à perspectiva do desenvolvimento econômico mundial na era da globalização, ou seja, as três décadas desde o final dos anos 1970, o desempenho da China pode ser considerado único, ainda que o modelo capitalista/socialista de Estado se afaste das descrições liberais do Consenso de Washington. O rendimento per capita do país cresceu a uma taxa média de 8,8 por cento ao ano na década de 1980 e 9,3 por cento na década de 1990, excedendo largamente o resto do mundo em desenvolvimento. Nos primeiros sete anos do século XXI, o crescimento do PIB real per capita da China atingiu uma taxa média anual de 9,0 por cento, ainda excedendo em muito o recorde de 4,5 por cento para todas as economias de baixo e médio rendimento combinadas.

Este contraste no registo de crescimento não é apenas fenomenal, mas também paradoxal. Segundo Lo e Zhang (2011) as instituições e políticas econômicas da China há muito são rejeitadas pelo establishment ortodoxo do mundo – representado pelo establishment do Consenso de Washington – como se desviando seriamente da economia de livre mercado. O fato de as autoridades da União Europeia, do Japão e dos Estados Unidos terem se recusado terminantemente a conceder à China seu reconhecimento de status de “economia de mercado” atesta essa atitude desdenhosa. O desempenho econômico da China também parece paradoxal para muitos marxistas. É amplamente percebido que, em vez de se desviar fundamentalmente dos princípios do mercado, a China na verdade seguiu a transformação capitalista.

De acordo com Lo e Zhang (2011), uma questão analítica surge naturalmente sobre qual é a relação entre industrialização e crescimento econômico, ou, de forma mais geral, quais são as condições estruturais necessárias para o desenvolvimento tardio sob a globalização.

Lo e Zhang (2011) demonstram como as tentativas de interpretar a experiência chinesa de forma consistente com a chamada ortodoxia da transição – também conhecida como “fundamentalismo de mercado em transição” (FMI 2000) ou “a doutrina da transição do Consenso de Washington” (Stiglitz 1999) – se fundiram. Com relação às instituições, que as instituições econômicas reformadas da China têm sido uma mistura de elementos conformes ao mercado e suplantadores do mercado, que suas conquistas de desenvolvimento foram atribuídas aos elementos conformes, enquanto os problemas acumulados foram atribuídos aos elementos suplantadores, e que os problemas tendem a superar as conquistas à medida que a transformação econômica chinesa avança da fase supostamente fácil para a fase difícil.

No entanto, Lo e Li (2014, p.68-71) relatam como as instituições estatais orientadas para o longo prazo também podem ter a virtude de promover a melhoria da eficiência produtiva através de efeitos de aprendizagem coletiva. No contexto do crescimento guiado pela produção intensiva em mão-de-obra em 1978-92, as empresas públicas chinesas ainda registaram um ritmo substancial de crescimento da produção, em média 7,5% ao ano. Ao entrar na segunda metade da era da reforma, as empresas públicas enfrentaram graves dificuldades nos primeiros anos de 1993-97. Estes anos foram o período em que a liderança estatal chinesa implementou vigorosamente políticas neoliberais de austeridade, liberalização do mercado (incluindo a liberalização das finanças nacionais e internacionais), privatização em massa e despedimento forçado de funcionários do setor público – o que, inesperadamente, levou a graves problemas macroeconômicos na forma de crescimento estagnado do consumo e do investimento e, portanto, deficiência de procura e excesso de capacidade produtiva.

Ainda assim, a China reagiu, revertendo a liberalização. Segundo Lo e Li (2014, p. 68-71), logo assim que a liderança estatal interrompeu o impulso de neoliberalização e retomou a sua orientação política de promoção da

industrialização e do crescimento, as empresas públicas ressurgiram. A sua quota de valor acrescentado na indústria chinesa aumentou de 33 por cento em 1998 para 36 por cento em 2007. Fica evidente que as empresas públicas, devido às suas instituições orientadas para o longo prazo, enquadraram-se especialmente bem na trajetória de crescimento econômico de aprofundamento do capital nacional chinês.

Desde o final da década de 1990, e a transformação econômica chinesa pode ser entendida como a consolidação de uma orientação estatal particular. Segundo Lo (2019, p. 9-12) esta orientação é marcada pela mudança fundamental dos compromissos socialistas para as preocupações de desenvolvimento. Na primeira metade da era das reformas, ou seja, no período 1978-1992, a reforma das empresas públicas esteve estritamente dentro dos limites dos compromissos socialistas. O impulso de neoliberalização no período 1993-1998, que foi mais drasticamente representado pela privatização das empresas públicas numa escala sistemática, por um momento, parecia indicar que o Estado se voltou para abraçar integralmente o modelo de economia de mercado livre.

No entanto, Lo (2019, p.9-12) demonstra que o que se verificou posteriormente foi que o Estado continuou a manter um setor considerável e em rápida expansão de empresas públicas. Estas empresas públicas são, em sua maioria, grandes empresas na China, refletindo o desejo do Estado de controlar os “altos comandos” da economia e, assim, orientar o caminho do desenvolvimento global. A reforma das empresas públicas na primeira metade da era de reformas modernizantes assumiu pela primeira vez a forma de práticas de retenção de lucros em 1979-1983. As empresas começaram a ser autorizadas a reter parte dos seus lucros à sua disposição, em vez de entregar todos os lucros ao governo.

As empresas públicas também receberam autonomia na tomada de decisões após cumprirem as diretrizes estaduais de planeamento, o que para Lo (2019, p.12) implicou um afastamento significativo do sistema de planeamento centralizado, onde as empresas públicas funcionavam sob planeamento estatal e, em termos de estatuto, eram meras divisões administrativas do aparelho estatal. Outras medidas para institucionalizar os próprios interesses das empresas públicas tomaram a forma da reforma dos impostos com fins lucrativos em 1983-1986.

Conceitualmente, Lo (2019, p.9-12) deixa claro que todas estas reviravoltas da reforma empresarial na primeira metade da era da reforma modernizante poderiam ser atribuídas à incompatibilidade entre a natureza socialista das empresas públicas chinesas e a orientação do Estado para a construção de uma economia de mercado. A natureza socialista era tal que o Estado tinha responsabilidade quase ilimitada pela sobrevivência da empresa porque, em última análise, tinha o compromisso político de proteger a segurança do emprego e até mesmo os níveis de rendimento dos trabalhadores. Esta natureza das empresas públicas era, em primeiro lugar, incompatível com a noção walrasiana de economia “pura” – a base teórica da busca pela separação entre o governo e as empresas públicas com base no liberalismo neoclássico, se aproximando do nacionalismo econômico.

Segundo Lo (2019, p.9-12) a privatização em massa nos anos de neoliberalização de 1993-1998 foi não intencional por parte da liderança estatal chinesa. O esforço deveu-se principalmente às autoridades locais de diferentes níveis que simplesmente privatizaram os ativos da maioria das pequenas e médias empresas públicas enquanto socializavam os seus passivos. O que a liderança estatal pretendia, ou o que realmente anunciou, era apenas prosseguir a separação entre a propriedade socialista e os direitos de propriedade dos proprietários estatais nas empresas públicas. Ao transformar as empresas públicas em diferentes tipos de sociedades de responsabilidade limitada ou sociedades acionistas, a responsabilidade do Estado pelas empresas públicas seria então limitada ao capital real que investe, e as empresas públicas teriam de ser responsáveis pelos seus próprios lucros e perdas até ao ponto da falência.

Segundo Lo e Zhang (2011, p.35-36) o desempenho econômico da China também pareceu paradoxal para muitos estudiosos críticos de esquerda, ao notarem que o seu modelo se insere na lógica liberal da economia de mercado. É amplamente percebido que, em vez de se desviar fundamentalmente dos princípios do mercado, a China seguiu, na verdade, a transformação capitalista. Na verdade, postula-se que a China seguiu a forma extrema de transformação capitalista, nomeadamente a neoliberalização. Mas, quer este argumento seja válido ou não, segue o paradoxo de que o desempenho econômico da China, afinal, é verdadeiramente fenomenal no contexto de estagnação persistente em todo o mundo em desenvolvimento, fugindo ao Consenso de Washington.

O rápido crescimento económico sustentado da China desde o final da década de 1970 é um acontecimento fenomenal a nível mundial, não apenas em termos da taxa de crescimento, mas também em termos dos seus atributos estruturais e institucionais. De acordo com Lo e Zhang (2011, p.38-40) existem três atributos cruciais neste processo. Em primeiro lugar, a industrialização tem sido persistentemente a força motriz imediata do crescimento económico; segundo, houve uma mudança, no início da década de 1990, de um crescimento com utilização intensiva de mão-de-obra para um crescimento com aprofundamento do capital; e, em terceiro lugar, a trajetória de crescimento também passou de liderada pelo consumo para liderada pelo investimento entre as duas metades da era das reformas. A realidade institucional chinesa que molda esse modelo de desenvolvimento de sucesso foge ao neoliberalismo, com forte carácter intervencionista. A análise da dinâmica e das condições destes três atributos é fundamental para a compreensão da transformação económica a nível global da China.

Segundo Lo e Li (2014) o rápido crescimento económico sustentado da China desde o final da década de 1970 é de importância geral para o desenvolvimento tardio mundial sob a globalização. É sabido que uma parte importante da era da globalização também são as “décadas perdidas de desenvolvimento” para a maior parte do mundo em desenvolvimento. Observa-se que a desaceleração do crescimento económico na maior parte do mundo em desenvolvimento tem sido associada a um processo de desindustrialização, ou pelo menos de estagnação industrial. Isso contrasta fortemente com o progresso fenomenal da industrialização na China e, por extensão, na região mais ampla do Leste Asiático.

Segundo Lo e Li (2014, p. 62-67) a contribuição da industrialização para o crescimento económico global da China não é simplesmente um reflexo do fato da indústria fazer parte da economia. Reflete antes um processo dinâmico em que a indústria serve como motor de crescimento do setor não industrial e, portanto, da economia como um todo. Houve uma transferência da melhoria da produtividade da indústria para o resto da economia chinesa. Tal argumento se assemelha ao pensamento nacionalista hamiltoniano, que pensava a importância da promoção da indústria americana para o desenvolvimento dos EUA.

Hamilton (1995, p. 48-49) destaca o emprego da maquinaria como um fator de grande importância para o volume geral da indústria de uma nação. Tal força artificial, para Hamilton (1995, p. 48), se traduz em um aumento da mão de obra livre do custo de manutenção do trabalhador. Nesse sentido, se a China não promovesse sua indústria, e portanto elevasse suas importações, o ato de substituir as manufaturas nacionais pelas estrangeiras significaria transferir ao estrangeiro as vantagens advindas do emprego da maquinaria, de maneira a não empregá-la com máxima utilidade e maior escala. Lo e Li (2014, p. 62-67) relatam como o crescimento industrial contribui para o crescimento do setor não industrial através da expansão da escala de procura do setor não industrial e, portanto, da escala de produção. Além disso, o crescimento industrial contribui para o crescimento do setor não industrial através do aumento do nível de produtividade do setor não industrial.

O modelo empresarial chinês que predomina é o de forte controle estatal, típico do nacionalismo econômico. Para Lo (2019) no que diz respeito ao controle, o Estado reservaria o poder sobre a seleção da gestão de topo das empresas públicas e sobre a sua tomada de decisões estratégicas. As empresas públicas receberiam investimento do Estado e de outras entidades jurídicas, e o Estado beneficiaria de retornos proporcionais dos lucros das empresas. Na prática, estas reformas foram aplicadas principalmente a empresas públicas de grande escala que continuaram sob o controle do Estado.

Central para a evolução da reforma descrita acima é a mudança na relação entre o Estado e os membros internos das empresas públicas, juntamente com outros principais partes interessadas, incluindo os bancos, parceiros comerciais relacionados e as comunidades locais. Os acordos de negociação sobre a remessa de impostos e lucros dizem respeito à distribuição do excedente da empresa entre os dois lados, bem como aos múltiplos agentes envolvidos.

Lo (2019) relata que a estrutura de administração poderia ser caracterizada como compreendendo um sistema de instituições rígidas – a relação Estado-empresa, a relação laboral, a relação financeira-indústria, etc. – com um enfoque sistêmico na orientação a longo prazo. Para as restantes empresas públicas de grande escala, este caráter foi significativamente enfraquecido, mas não eliminado,

pelo impulso de neoliberalização de 1993-1998, pelo menos em comparação com outros tipos de empresas na China. Sendo assim, as reformas modernizantes liberais não enfraqueceram o controle das empresas por parte estatal.

As reformas de propriedade mista podem ser vistas como o culminar dos sucessivos programas de reforma das empresas públicas da China nas últimas quatro décadas. Lin et al. (2020, *apud* Lo, Gao e Lin, 2021) identificam cinco programas, ou cinco fases, da reforma das empresas públicas. Estes são, nomeadamente: o programa de relegação do poder de decisão do Estado para as empresas socialistas de tipo soviético na fase inicial de 1978-1984, o programa de concessão de direitos de controle aos gestores das empresas públicas através de acordos contratuais na segunda fase, fase de 1984-1992, o programa de separação da propriedade e do controle por meio da corporatização na terceira fase de 1992-2002, o programa de reestruturação da administração de propriedade das empresas estatais na quarta fase de 2002-2012 e, finalmente, o programa de reformas de propriedade mista na última fase pós-2012.

Segundo Lo, Gao e Lin (2021) ao longo destas cinco fases, existe uma orientação discernível de tornar progressivamente as empresas públicas totalmente responsáveis pelos seus lucros e perdas. Esta orientação não precisa de estar estritamente alinhada com o princípio da maximização do valor para os acionistas, embora tal princípio tenha sido destacado nas diretrizes oficiais sobre reformas de propriedade mista. Além do objetivo de rentabilidade, há também a ênfase de que as reformas de propriedade mista são o meio para as empresas públicas se tornarem “maiores, mais fortes e mais eficientes”. As posições teóricas amplamente alinhadas com a economia liberal neoclássica tendem a postular que as empresas públicas, devido aos seus desvios dos direitos de propriedade individualistas, são intrinsecamente ineficientes.

Em contradição à economia neoclássica, de acordo com Lo, Gao e Lin (2021) uma série de teorias alternativas tendem a postular que a empresa inovadora requer necessariamente aprendizagem e cooperação coletivas e, como tal, os controles organizacionais sobre as tomadas de decisão são mais importantes do que as disciplinas de mercado. Neste contexto, as empresas públicas têm potencial para

superar as empresas privadas em termos de capacidade inovadora, o que pode explicar o sucesso das SOEs na China como empresas líderes globais.

É bem sabido que existe um padrão discernível de divisão de trabalho entre empresas públicas e não empresas públicas na indústria chinesa: em comparação com as empresas não públicas, as empresas públicas tendem a estar mais concentradas em indústrias a montante de grande escala e de capital intensivo (LO, GAO e LIN, 2021). Sendo assim, a China em sua transição nas cadeias globais de valor para etapas intensivas em capital depende fortemente do capital estatal e de um tipo próprio de nacionalismo econômico.

3.3. Principais expoentes do marxismo econômico na China

A abordagem marxista é presente na China desde a Revolução pós 2ª Guerra que teve êxito em expulsar as elites capitalistas aliadas do ocidente. Os pensadores marxistas chineses até hoje bebem dos clássicos ocidentais, mas também de Mao, o principal A abordagem marxista é presente na China desde a Revolução pós 2ª Guerra que teve êxito em expulsar as elites capitalistas aliadas do ocidente. Os pensadores marxistas chineses até hoje bebem dos clássicos ocidentais, mas também de Mao, o principal revolucionário do país. Dentro de um país considerado socialista, há também uma crítica marxista do desenvolvimento chinês atual, que, segundo estes autores, se insere perfeitamente no modelo capitalista clássico.

Hung (2018) é um autor chinês marxista que busca entender como o capitalismo se adapta às condições chinesas. Busca entender como o boom chinês reflete no desenvolvimento ou não da periferia global e sobre sua rivalidade com a hegemonia americana. Dado o peso do setor estatal na economia chinesa, a China está desafiando a ideologia de livre mercado e o livre mercado global ou a ordem neoliberal que os Estados Unidos vêm promovendo desde os anos 1980. A China está revertendo a tendência de longo prazo de polarização de renda entre o Ocidente industrializado e o resto em processo de industrialização, elevando o nível de renda da vasta população empobrecida dentro da China.

A China também é vista como um novo modelo e oportunidade para os países em desenvolvimento em seus esforços para alcançar os países desenvolvidos,

que numa análise marxista de Gunder Frank (1976) seria possibilitar a superação da dependência da periferia. Na análise marxista de Hung (2018), a China está desafiando ou mesmo substituindo a dominação política do Ocidente em geral e dos Estados Unidos em particular, mudando assim radicalmente a ordem mundial existente. Ainda assim, preserva-se a mesma ordem internacional capitalista dividida entre centro e periferia.

Nesse sentido, para Hung (2018) os aspectos liberais e protecionistas da economia chinesa e seu grau de interconexão com o capitalismo e a ordem neoliberal americana demonstrariam, sob uma análise marxista chinesa atual, como a China seria um país capitalista como os demais, com um crescimento econômico incapaz de solucionar a luta de classes e o imperialismo inerentes ao sistema capitalista.

Segundo Hung (2018), em meio à crise global que se originou e afetou principalmente os Estados Unidos e a Europa, a China está resgatando a economia global ao se tornar o mais poderoso motor do crescimento. O boom da China tem dependido da ordem neoliberal global, que se baseia na expansão e no fluxo transnacional irrestrito de bens e capital, e é do interesse da China manter o status quo, embora a China possa tentar mudar o equilíbrio de poder dentro deste arranjo. Além disso, o próprio caminho de desenvolvimento desequilibrado da China é uma fonte fundamental, e não a solução, para o desequilíbrio econômico global que levou à crise financeira global.

Assim como os booms em todas as outras potências capitalistas, o boom da China, produto de uma concatenação específica de processos históricos e forças globais, não pode durar para sempre. Portanto, para Hung (2018) a China é mais um fundamento do status quo global e suas contradições do que um desafio e solução para ela, estando inserida plenamente no sistema capitalista, negando assim a suposição de que se trata de uma economia marxista. Para Hung (2018), seu boom está destinado a ser esmagado mais cedo ou mais tarde sob o peso dos desequilíbrios que criou.

Segundo Li (2019), embora continuem a existir certas divergências entre os acadêmicos marxistas relativamente à natureza do atual sistema econômico da China, há um reconhecimento crescente entre os marxistas fora da China de que a

chamada “reforma orientada para o mercado” elogiada pelos economistas neoclássicos levou, na realidade, ao estabelecimento das relações capitalistas de produção na China. Existem dados sobre a participação do setor estatal nas receitas das vendas industriais, no investimento e no emprego urbano. Além disso, o emprego rural é dominado por pequenas explorações agrícolas familiares e empresas privadas. As outrora famosas empresas semicoletivas de municípios e aldeias praticamente desapareceram.

De acordo com Li (2019) embora a teoria marxista não iguale necessariamente as empresas controladas pelo Estado com organizações econômicas socialistas, não há dúvida de que a economia hoje é dominada por empresas privadas nacionais e estrangeiras que são empresas capitalistas claramente orientadas para o lucro. Li (2019, p.3-5) relata que dado o domínio das empresas capitalistas, não há razão para que as várias contradições que levaram outras economias capitalistas à crise não levem um dia a economia a um resultado semelhante. A China agarrou a oportunidade e tornou-se o principal beneficiário da deslocalização global de capital no final do século XX. Sendo assim, o autor relata que o desenvolvimento do capitalismo chinês não foge às questões estruturais clássicas do capitalismo, como a desigualdade.

Hung (2018) relata que a reforma do mercado pós-Mao pode ser organizada em duas fases, com a década de 1980 focada no renascimento da economia de mercado e crescimento rural e depois na década de 1990 concentrada na transformação de empresas estatais em corporações capitalistas orientadas para o lucro, muitas das quais foram auxiliados por empresas financeiras de Wall Street e capitalizados em mercados de ações estrangeiros, como Nova York e Hong Kong.

Diferentemente das análises mais nacionalistas, para Hung (2018) o crescimento econômico chinês está atrelado ao modelo do sistema capitalista liberal: dadas as empresas estatais transformadas fortemente conectadas ao circuito financeiro global e a centralidade do setor de exportação na economia, o boom da China depende do livre comércio global e do fluxo de investimentos. Essa afirmação desafia a concepção de que a China constitui uma alternativa à ordem neoliberal global ou uma potência socialista. A China tem contribuído para a redução da desigualdade global nas últimas três décadas, revertendo a tendência de

longo prazo de polarização da renda global entre o Ocidente e “o resto” desde a Revolução Industrial da Europa.

Mas assim que a China atingir um nível de renda per capita superior à média mundial, Hung (2018) argumenta que essa reversão diminuirá e a desigualdade poderá crescer novamente. Embora o apetite da China por recursos naturais tenha ajudado muitos países em desenvolvimento a alcançar um rápido crescimento nos últimos anos, sua manufatura voltada para a exportação está pressionando outros países em desenvolvimento que também dependem de manufatura de exportação intensiva em mão-de-obra – o que pode explicar o processo de desindustrialização de países do sul global.

Segundo Hung (2018), se as oportunidades e ameaças que a China traz para outras economias em desenvolvimento não se anulam, os benefícios líquidos resultantes ou os impedimentos líquidos ao desenvolvimento irão variar de país para país. É possível que o mundo em desenvolvimento como um todo não se beneficie do boom da China e que a reversão da polarização da renda global provocada pelo boom da China não seja mais do que uma aberração temporária a longo prazo. Para Hung (2018), a China age dentro do sistema liberal capitalista e eventualmente busca tomar o papel de hegemon no sistema mundo moderno.

É certo que os intelectuais marxistas e a elite empresarial têm razões diferentes para a sua euforia em relação à China, a chamada “Sinomania”. Segundo Hung (2018), para os CEOs das empresas, a ascensão da China e a sua aparentemente forte recuperação da crise representam uma fronteira vasta, nova e ilimitada para o lucro, precisamente quando a rentabilidade dos negócios nos países capitalistas avançados vê cada vez menos espaço para expansão. Entretanto, para alguns intelectuais, a ascensão da China representa o surgimento de um desafio final à dominação ocidental e ao sistema capitalista liberal. Outros afirmam que a experiência da China aponta para um “modelo chinês” de desenvolvimento capitalista que se baseia na intervenção estatal ativa.

Hung (2018) relata que tais intelectuais de esquerda veem este “modelo” como uma alternativa progressista e superior ao capitalismo neoliberal, que tem como premissa as forças de mercado livre não regulamentadas e que tem prevalecido desde a reforma do mercado livre de Ronald Reagan e Margaret

Thatcher na década de 1980. O “capitalismo chinês” dirigido pelo Estado é aclamado pela sua supostamente melhor gestão das crises econômicas e pela sua maior eficácia na sustentação do crescimento rápido e ininterrupto e na redução da pobreza. Ainda assim, introduz a lógica do mercado na China socialista.

Wang e Peters (2021, p.4-5) são marxistas que buscam entender os fenômenos e contribuir para o debate acadêmico de economia política chinesa sob a vertente acadêmica marxista. Resumidamente, ao longo das últimas décadas, especialmente desde o final do século XX, o marxismo chinês contemporâneo contribuiu ativamente com explicações teóricas e respostas para quase todas as questões práticas importantes que o mundo enfrenta hoje, incluindo o sonho chinês, a governança global, a governança nacional, a modernização da economia, as crises, os desafios ecológicos, a globalização, as questões teóricas levantadas pelo novo desenvolvimento da ciência e da tecnologia, a questão da igualdade e da justiça global, etc.

De acordo com marxistas chineses contemporâneos, como Wang e Peters (2021, p.4-5), a China está no melhor período de desenvolvimento desde o início dos tempos modernos, e o mundo também está a passar por grandes mudanças nunca vistas num século. Estes dois estão interligados, criando uma situação volátil. A característica distintiva do socialismo com características chinesas nesta nova era é constituída pelo paralelo entre o período de oportunidades estratégicas importantes e o período de grandes riscos com a coexistência de perspectivas promissoras e desafios graves. Assim, pode-se concluir que o marxismo chinês contemporâneo apresentará no futuro um panorama teórico único que merecerá a atenção de todos os investigadores marxistas em todo o mundo.

De acordo com Wang e Peters (2021, p.5) a sinicização do marxismo contemporâneo é produzida e aprimorada pela nova etapa de reforma e abertura em 1978, quando se tornou um sistema teórico do socialismo com características chinesas que foi fundamentado pela Teoria de Deng Xiaoping, o importante pensamento das Três Representações, a perspectiva científica sobre o desenvolvimento, bem como, mais recentemente, o pensamento de Xi Jinping sobre o socialismo com características chinesas para uma nova era. Xi Jinping apresentou claramente os principais conceitos do marxismo chinês contemporâneo e do

marxismo do século XXI, sendo este o mais recente resumo teórico da sinicização do marxismo (Guo, 2020, pp. 2-10, *apud* Wang e Peters, 2021, p.5).

Hung (2018) se posiciona em uma crítica marxista ao desenvolvimento chinês. Durante a transição do mercado, o antigo pacto social do tempo de Mao, que se baseava em cuidados de saúde gratuitos, educação, emprego vitalício e outros serviços sociais básicos prestados pelas empresas públicas e pelas comunas rurais, foi destruído. Antes do final da década de 1980, a dissolução deste pacto social foi compensada pelo aumento do rendimento oferecido pelas novas oportunidades de mercado no campo e pela mudança de uma economia de escassez para uma economia de consumo na cidade. Na primeira fase da reforma, até meados da década de 1980, “todos ganharam” porque a maioria dos segmentos da população beneficiou.

Na década de 1990, a liberalização da economia e a subsequente polarização social avançaram com muito maior ferocidade do que na década de 1980. Hung (2018) relata que os despedimentos massivos de trabalhadores nas empresas públicas, que foram transformadas em empresas orientadas para o lucro ou foram objeto de privatização total, e a dissolução completa do sistema de segurança social incorporado nas empresas públicas varreram todas as grandes cidades, criando uma crescente subclasse urbana. Se não fosse o firme controle da sociedade pelo Estado autoritário pós-Tiananmen, a liberalização polarizadora, mas sem convulsões, da economia teria sido impossível, pelo menos não ao ritmo testemunhado.

O capitalismo estava firmemente estabelecido na China na década de 1990. Hung (2018, cap 3) demonstra que ao avançarem as reformas liberais, a China passa a se distanciar do marxismo e do maoísmo. Os novos ricos – incluindo a classe capitalista de quadros, os empresários independentes, os profissionais da classe média e similares – foram os principais beneficiários do novo consenso político do partido na década de 1990 e tornaram-se a nova base social do partido. Em 2001, o partido abriu mais as portas ao permitir que empresários privados se tornassem membros portadores de cartão do partido.

Hung (2018) relata que estes beneficiários da reforma de mercado são mais antinômias do que pioneiros da reforma política. Inquéritos recentes em grande escala revelam consistentemente que a maioria dos profissionais e empresários da

classe média na China opõe-se firmemente à liberalização política por receio de que esta desencadeie crescentes exigências sociais vindas de baixo, que ameaçarão os seus ganhos privados. Sendo assim, Hung (2018) faz uma análise marxista crítica da China contemporânea, que vem se transformando num país capitalista, ainda que não muito liberal.

Desta forma, segundo Hung (2018, cap. 3) relata que o partido-Estado da China se transformou reticentemente de um estado socialista autoritário, que defendeu o sistema econômico planejado e facilitou a acumulação de capital estatal, para um estado capitalista autoritário, que defende a acumulação privada de capital num sistema de mercado entre os privilegiados e mantém afastada a resistência popular a este processo de acumulação.

Para Hung (2018, cap. 3) o boom capitalista da China, apesar do domínio contínuo das empresas públicas sobre a sua economia, tem sido impulsionado principalmente pelo segmento da economia que está mais integrado com a ordem neoliberal global, que garante o fluxo livre e transnacional de capital e comércio, de maneira que a China vem se assemelhando mais aos outros países centrais do sistema capitalista.

Do ponto de vista dos teóricos do sistema mundo, Li (2019) relata que apesar da bem-sucedida “graduação” da China da periferia para a semiperiferia, será extremamente difícil para a China avançar ainda mais para o centro se as leis básicas do movimento do sistema mundial capitalista continuarem a funcionar. Dada a enorme dimensão demográfica da China, se o rendimento per capita da China subir para um nível comparável à média das economias capitalistas ocidentais, isso só poderia acontecer se houvesse uma equalização relativa geral da distribuição da riqueza mundial (isto é, violando os princípios básicos do sistema capitalista).

Hung (2018, cap. 4) ainda relata que concomitante com a ascensão da China como potência econômica global está o aumento espetacular da desigualdade econômica dentro da própria China em todas as frentes. Este aumento é particularmente surpreendente dada ao histórico marxista e a obsessão pela igualdade absoluta nos tempos de Mao. A introdução na China dos mecanismos de mercado ajudou de fato a reproduzir e até a exacerbar a desigualdade preexistente

no sistema socialista original. Por um lado, a crescente desigualdade interna da China está a contribuir para um aumento da desigualdade global. Por outro lado, o rápido aumento da renda média da China, enquanto país em desenvolvimento, contribuiu para a redução da desigualdade internacional desde a década de 1980.

Ainda assim, a ascensão econômica da China transforma a desigualdade entre Norte e Sul Global. Segundo Hung (2018, cap. 4) a diminuição da disparidade de rendimentos entre países ricos e pobres pode ser atribuída principalmente ao crescimento econômico estelar da nação mais populosa do mundo, a China, que tem visto as suas taxas médias de crescimento do rendimento atingirem consistentemente mais de quatro vezes a taxa de crescimento média mundial durante a maior parte das últimas três décadas

Outra crítica marxista de Hung (2018, cap. 4) ao sistema chinês ressalta que a China é vista como um país neomercantilista que tenta agressivamente expandir o seu mercado de exportação à custa do setor industrial de outros países em desenvolvimento. Alguns analistas dizem que o crescente apetite da China por recursos e as suas exportações de produtos manufaturados baratos têm efetivamente desindustrializado muitas economias no mundo em desenvolvimento, empurrando-as de volta para uma dependência exclusiva das suas exportações de recursos naturais. Nesse sentido, a China não se diferenciaria dos outros países centrais ao promover a dependência.

Por fim, a literatura analisada apresenta um panorama diverso sobre o modelo chinês de desenvolvimento descrito por autores chineses de abordagens variadas, o que pode indicar que o pensamento econômico acadêmico chinês apresenta um misto das três vertentes ocidentais entendidas nos termos chineses. Certamente as reformas modernizantes de mercado, ao introduzir a lógica capitalista na China, ainda que permitam o crescimento econômico, trouxeram questões novas típicas dos países inseridos no sistema capitalista liberal, como a desigualdade crescente – o que se assemelha da crítica clássica do marxismo baseada na ideia de mais valia e luta de classes.

Na medida em que a China se desenvolve por uma via nacionalista, supera a pobreza, transforma as vantagens comparativas, empresas estatais facilitam a acumulação de capital e o país promove políticas industriais – o que indica que o

país está superando o status de periferia e revertendo termos de troca internacional, nos termos de Gunder Frank – ainda assim “exporta” pobreza na medida que desindustrializa outros países da periferia.

Por fim, observamos na China hoje até mesmo uma crítica mais marxista em relação às políticas do partido, ou então autores liberais que defendem maior integração ao sistema capitalista. Sendo assim, faz-se necessário também entender que o cenário chinês, por ser tão complexo, demonstra a necessidade de buscar uma hermenêutica *sui generis*. A China possui um *background* filosófico imenso e o último capítulo da dissertação busca entender como vertentes autóctones como o confucionismo e o taoísmo auxiliam a compreender as questões da disciplina de EPI de maneira inovadora e acurada.

4. Pensamento autóctone chinês de Economia Política Internacional

Visando compor a identidade do pensamento chinês na disciplina de EPI, faz-se necessário entender como a academia e a política chinesa se apropriam de filosofias próprias da China, de maneira a pensar o modelo chinês pela contribuição dos clássicos da milenar civilização chinesa e de seus pensadores nacionalistas contemporâneos, que compõe uma disciplina própria que vai muito além de uma adaptação da ciência ocidental. Tendo em vista a dificuldade de achar literatura nesta área por autores chineses, que em geral está em mandarim, uso também de artigos escritos por especialistas no tema que existem na literatura ocidental.

Em minha análise, o pensamento de economia política internacional chinês vai além de um misto dos clássicos ocidentais pela sua incorporação de sua filosofia autóctone. Segundo Chang (1987, p.483-484), o pensamento econômico chinês originou-se muito anteriormente aos clássicos ocidentais, principalmente durante a dinastia Chou Oriental (771-249 aC), quando a idade de ouro da filosofia chinesa se desenrolou e surgiram “cem escolas” de pensadores, entre elas, os confucionistas, os legalistas, taoístas e os úmidos lidavam com questões econômicas.

Nesse sentido, ao pensar políticas públicas hoje na China, ao invés de pensá-las sob ponto de vista de ideologias ocidentais, como a visão ocidental de mérito, equidade ou bem comum, autores milenares chineses já tratavam de maneira única estes conceitos. Atualmente, por parte da academia e da política cada vez mais se considera como a prática confucionista e taoísta econômica busca pensar o desenvolvimento e a sociedade da China atual por seus próprios ideais autóctones, por meio da ampla literatura clássica chinesa.

Na medida em que a tradição de pensamento no campo da EPI é composta por pensadores europeus e americanos dos séculos XVIII, XIX e início do XX, tal limitação geográfica é problemática não apenas porque essas ideias geralmente sofrem de vieses eurocêntricos, mas também porque desvia a atenção das perspectivas de pensadores históricos de outras partes do mundo nesse período. Helleiner (2015) sugere uma maneira pela qual a história intelectual dos fundamentos clássicos da IPE pode começar a ser 'globalizada', explorando como

pensadores localizados fora da Europa e dos Estados Unidos se envolveram e contribuíram com o campo, mostrando como as “conversas globais” envolvendo pensadores em muitas regiões do mundo eram extensas.

A disciplina de EPI e RI em geral, assim como outras áreas da ciência social, tradicionalmente foi composta por pensadores europeus e americanos, e logo pressupondo que os modelos político-econômicos e culturais ocidentais são superiores e devem ser expandidos ao resto do mundo. Nesse sentido, um estudo dentro da área de economia política internacional que busque desconstruir esse pressuposto eurocêntrico contribui para uma análise mais globalista da área, assim como revela os impactos políticos e econômicos importantes de políticas *sui generis* do sul global, muitas vezes ignorados.

Os avanços de pesquisas como as pós-coloniais que vão no sentido de desconstruir o eurocentrismo e o racismo dos conceitos, inclusive científicos, do ocidente, estão entre os esforços recentes pela crítica a tais abordagens ocidentais clássicas. Helleiner (2015) vai nesse sentido, ainda que por um viés de economia política, promovendo uma revisão de literatura de autores e *policy makers* não europeus ou americanos e das implicações político-econômicas do mundo não ocidental, contribuindo assim para desconstrução do viés eurocêntrico da disciplina.

4.1. Debate entre confucionistas e taoístas: o Estado e o Mercado sob perspectiva chinesa

O principal filósofo chinês clássico fortemente relevante para o pensamento acadêmico, político e econômico chinês contemporâneo é Confúcio, sendo que sua doutrina milenar segue influente, podendo ser entendida como um nacionalismo *sui generis chinês*. Segundo Fairbanks e Goldman (2006, p.51), Confúcio (551-479 AC) foi membro de um grupo de pensadores seminais de sua época. Ele foi contemporâneo dos grandes professores da Índia (Buda, 500 d.C.) e da Grécia (Platão, 429-347 d.C., Aristóteles, 384-321 d.C.), quando formas básicas de pensamento foram estabelecidas nessas primeiras civilizações. Os filósofos das várias escolas de pensamento na China não reprimiam a desordem social, e o

confucionismo, que propõe harmonia social, só se tornaria uma filosofia importante mais tarde, sob o governo Han.

No entanto, o contexto político evoluiu de maneira a impor uma severa hierarquia na China baseada nas ideias confucianas. O confucionismo propõe uma lógica para organizar a sociedade (política e economia) que enfatiza a ordem cósmica e as relações hierárquicas. Se cada um desempenhasse o seu papel, a ordem social seria sustentada. Sendo isto conhecido pela sociedade chinesa, a elite dependia da opinião e do julgamento moral da coletividade que os rodeava. Ser desestimado pela sociedade e pelo coletivo significava uma perda desastrosa de prestígio e autoestima.

De acordo com Bracarense (2022) a prática política confucionista incorpora a ideia do ser humano como parte da natureza, onde ambos devem ser respeitados e tratados como partes integrantes do céu ou do divino. A visão de comunidade era um ideal político e social segundo Confúcio, onde todas as ações, coletivas ou individuais, têm como objetivo a melhoria do desenvolvimento humano das pessoas. Diferentemente do que possa parecer à primeira vista, a visão de bem comum não está relacionada à equidade, mas sim à responsabilidade social e ao mérito individual. Todos devem saber seu lugar, se comprometer e trabalhar em benefício do país.

Segundo Bracarense (2022), o discurso político na China atual cita o confucionismo assim como uma mentalidade social fundamentalmente taoísta – tudo isso por defender que o caminho da modernização para a China está nas tradições chinesas e não em um ideal ocidentalizado de modernidade. Internamente, o renascimento confucionista data da década de 1980, afirmando que o orientalismo, agora reapropriado pelos próprios “orientais”, emergiu vitorioso na era do capitalismo global.

O confucionismo é baseado em cinco vertentes principais: comunidade, governo benevolente, regra da virtude, meritocracia e transição não hereditária de poder. “Todos os cinco carregam um equilíbrio das forças yin e yang e visam criar harmonia entre a humanidade, a natureza e o céu” (BRACARENSE, 2022). Ao valorizar o mérito e a hierarquia social, o confucionismo parece distanciar-se do ideal socialista, porém a noção de igualdade de oportunidades e desenvolvimento

humano parece indicar um caráter coletivo importante, o que o diferencia dos neoliberais. A visão de comunidade era um ideal político e social segundo Confúcio, onde todas as ações, coletivas ou individuais, têm como objetivo a melhoria do desenvolvimento humano das pessoas.

Sendo assim, a sociedade ideal confuciana diverge dos clássicos ocidentais, sendo radicalmente diferente do marxismo maoísta. Segundo Bracarense (2022), a prática da meritocracia implica que apenas as pessoas mais virtuosas e competentes devem ser escolhidas para servir ao público. Sendo assim, o confucionismo não valoriza a igualdade, ainda assim entendendo o mérito não por capacidades econômicas e intelectuais, mas por virtude – conceito pouco comumente trabalhado no pensamento econômico clássico ocidental. O sistema confucionista aceitaria a hierarquia e as diferenças sociais, valorizando cada indivíduo e suas contribuições para a sociedade como um todo; com o objetivo principal sendo alcançar a harmonia e a aceitação da diversidade.

Bracarense (2022) relata como esta visão confucionista de bem comum diferentemente da abordagem marxista não está relacionada à equidade, mas sim à responsabilidade social e ao mérito individual. Todos devem saber seu lugar, se comprometer e trabalhar em benefício do país, o que se assemelha a um nacionalismo autóctone da China. Consequentemente, a divisão do trabalho e a distribuição da renda e da riqueza devem ser determinadas tendo em mente a estabilidade e a harmonia social, e não a igualdade. Nessa determinação, há uma clara hierarquia decrescente entre trabalho intelectual, industrial e agrícola. A distribuição de renda é, portanto, baseada em status social, ou mérito, para garantir o melhor resultado social, e a remuneração nesse sentido diferencia-se da lógica liberal do mercado de trabalho ou socialista/marxista.

Outra importante filosofia chinesa antiga que influencia a ciência da economia política chinesa de uma forma muito divergente do confucionismo é o taoísmo. Segundo Fairbank e Goldman (2006, p. 53-54) o taoísmo foi a escola mais oposta à prescrição nacionalista elitista do confucionismo. Tao significa “o caminho”. Expressava a cosmologia naturalista das pessoas comuns e a crença nos espíritos invisíveis da natureza, grande parte de tal pensamento religioso influenciava a ciência, sendo partilhada pela elite acadêmica. O taoísmo era um

enorme reservatório de conhecimento popular. Também proporcionou uma fuga do confucionismo, aproveitando cada repulsa dos estudiosos contra o ritualismo exagerado dos clássicos chineses.

De acordo com Fairbank e Goldman (2006, p.53-54), tradicionalmente se aceita que o taoísmo se originou de Laozi, que se afirmava ter sido um contemporâneo mais velho de Confúcio. A escola de pensamento de Laozi tornou-se um repositório para uma variedade de crenças e práticas que o confucionismo havia recusado, incluindo o animismo popular, a alquimia, a magia antiga, a busca pelo elixir da imortalidade, a medicina chinesa antiga e o misticismo em geral. Nesse sentido, possui um caráter menos estatista e mais místico que o confucionismo, além de se aproxima mais do liberalismo ocidental.

A abordagem taoísta à economia era praticamente *laissez-faire*. Fairbank e Goldman (2006, p.53-54) relatam que os primeiros taoístas acreditavam que as declarações confucionistas de regras de propriedade são na verdade um reflexo da desordem moral do mundo que deve ser consertada. Seguindo esta linha de pensamento, o taoísta típico refugiou-se numa filosofia de ação por inação e sem esforço. Isto assumiu a forma de um *laissez-faire*, de seguir a natureza interior não racionalizada e aceitar sem luta a experiência da vida. Esta era claramente a filosofia daqueles que condenavam a intromissão do governo e as cruzadas morais e que procuravam resignar-se aos fardos da vida, uma vez que não podiam ser evitados.

Chang (1987, p. 490) apresenta as claras influências do taoísmo para o pensamento econômico chinês, assim como um conflito ideológico entre o pensamento taoísta e o confucionista. Ainda que ambos glorifiquem a antiguidade; ambos enfatizem uma economia de mercado e o igualitarismo; sem dúvida os taoístas eram extremistas. A influência do taoísmo no pensamento econômico chinês reside principalmente na noção de não-interferência e inação governamental, o que se assemelha a modelos neoclássicos de estado mínimo e *laissez-faire*; o que o difere do caráter nacionalista do confucionismo. Também significativa é a hostilidade dos taoístas à indústria, comércio e tecnologia, particularmente no século XIX. Para o autor não há dúvida de que o impacto taoísta no pensamento econômico e no desenvolvimento econômico chinês foi negativo.

McCormick (1999) descreve a defesa semelhante de uma política de *laissez-faire* por antigos filósofos taoístas e economistas clássicos. O apoio taoísta ao *laissez-faire* é explicado devido a uma extensão da doutrina tradicional de "*wu wei*", um ditado taoísta chinês para "não fazer nada", à política governamental. A harmonização com o Tao, que é universal e cujo poder se estende a todos os lugares, até mesmo ao âmbito social, permite o surgimento de uma ordem natural benéfica sem a interferência do Estado. Além disso, esta ordem natural é superior a qualquer ordem que os humanos possam criar porque o conhecimento humano é parcial e fragmentado. Ao seguir um curso de não ação, a ordem natural emergirá por conta própria, com resultados benéficos para a sociedade. Existe uma harmonia natural na ordem social que só pode ser alcançada por uma política de não-interferência.

O taoísmo, segundo McCormick (1999, p.334-335), acredita que existe uma harmonia natural na ordem social que só pode ser alcançada por uma política de não interferência. A passividade por parte do governante permite que o Tao traga harmonia e prosperidade. Os desvios desta abordagem, por mais bem intencionados que sejam, só podem perturbar a harmonia natural e causar problemas. Toda tentativa de melhorar as coisas por meio de ação direta ou envolvimento por parte do governante perturbará a ordem (inclusive, econômica) natural benéfica. Não apenas interferirá na ordem natural, mas mesmo os padrões de um governante bem-intencionado refletirão apenas a definição de conduta adequada de uma pessoa. Forçar outras pessoas, de naturezas diferentes, a se conformarem a um único padrão é prejudicial.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, ainda que sejam filosofias próprias da China, taoísmo e confucionismo possuem pontos de convergência com o pensamento de economia política clássico do ocidente. Enquanto o confucionismo preza pela hierarquização e força do Estado numa economia de mercado, podendo ser encaixados como uma variante chinesa do nacionalismo (ainda que deva seguir conceitos éticos e religiosos próprios); o taoísmo, por outro lado, possui uma abordagem mística para explicar e defender o mínimo de intervenção do Estado. Ambas as correntes permeiam o pensamento de EPI na China.

Segundo Poznanski (2015), os chineses têm sua própria escola de economia influenciando seu modelo de desenvolvimento, diferentes da economia liberal.

Presume-se que as pessoas buscam a posteridade em vez de se preocupar com a “gratificação instantânea”. Os recursos físicos de que necessitam não são vistos como escassos, mas como abundantes. Para sobreviver em abundância, as pessoas dependem de seu esforço de trabalho, em vez de tentar tirar recursos dos outros. A questão fundamental é a “ética de trabalho” e não uma “margem de lucro”, o que diferencia seriamente o confucionismo do capitalismo. As pessoas trabalham não para si mesmas, mas para os outros, basicamente famílias. A igualdade de renda é fundamental para manter a paz social, que precede a eficiência econômica – portando ainda que seja um sistema meritocrático, algum grau de igualdade é visto como necessário para o progresso.

De acordo com Poznanski (2015), o chamado “sistema confucionista” seria construído sobre princípios confucianos, sendo tal sistema econômico um sistema de mercado, no entanto, é animado não por indivíduos, mas por famílias. Para Poznanski (2015), em vez de construir um “sistema capitalista” baseado na economia liberal, a China recente está reconstruindo o “sistema confucionista”. Extraída de ensinamentos antigos, a “economia confuciana” é a modernidade da China. Em vez de aceitar a ideia de “mercados livres” transferindo a autoridade econômica dos estados para os indivíduos, a China decidiu reduzir os controles estatais excessivos em favor das unidades familiares – e do clã.

Poznanski (2015) relata que ao invés de seguir o conceito liberal de “mercados livres” que está ausente da moralidade como variável, os chineses seguiram a ideia confuciana de mercados constrangidos por um código moral, que neste caso é confucionista. Enraizado na antiguidade chinesa, esse código e, portanto, a “economia confuciana” relacionada, foi ampliado ainda mais pela modernidade chinesa.

De acordo com Chang (1987), algumas ideias e políticas econômicas de Confúcio definiram o escopo do pensamento econômico confuciano para os próximos séculos. A responsabilidade do estado chinês confuciano com o bem-estar do povo é algo que em geral não aparece na EPI ocidental, mas há um paralelo importante com o Welfare State e as medidas anticíclicas keynesianas. O Governo deve manter uma política de não-interferência e prestar assistência à produção quando necessário; distribuição equitativa de renda também deve ser sustentada –

nesse ponto, os confucianos se afastam da EPI ocidental, já que preocupações distributivas em meio a uma economia de mercado não aparecem na literatura capitalista clássica. Claramente o papel econômico do Estado é enfatizado, em especial medidas de bem-estar social.

Sendo assim, percebe-se que o confucionismo defende políticas progressistas, até mesmo em comparação às que percebemos no mundo contemporâneo. Analisando o conteúdo econômico do pensamento confucionista por uma perspectiva mais contemporânea (H. Chen 1974, *apud* Poznanski, 2015, p.212-215), o confucionismo contém um conjunto de ideias econômicas bem articuladas, sendo assim o autor busca explorar a relação entre a economia chinesa e a escola liberal. Sua tarefa era demonstrar não tanto como os dois diferiam, mas sim como os princípios confucionistas se assemelhavam aos clássicos. Aliás, Chen utilizou habilmente estas alegadas afinidades para garantir que as reformas radicais de 1911 não substituíssem a imensa tradição confucionista pela economia ocidental moderna – em comparação, quase recém-saída da prancheta.

Este sistema aceita a hierarquia e as diferenças sociais, valorizando cada indivíduo e suas contribuições para a sociedade como um todo; “o objetivo principal é a harmonia e a aceitação da diversidade” (Bracarense, 2022). Diferentemente do que possa parecer, Bracarense (2022) relata como Confúcio foi uma voz progressista de seu tempo, vendo a educação e o mérito como uma ferramenta para a mobilidade social - Confúcio destacou a grande importância da educação para o desenvolvimento da China. Seguindo os valores confucionistas, desde o Império a China visava dar oportunidades iguais com base na meritocracia a indivíduos de todas as diferentes origens econômicas e étnicas. Os imperadores então selecionariam indivíduos bem-educados para servir em cargos burocráticos dentro do governo, o que ainda ocorre no PCC.

Segundo Poznanski (2015, p.212-215) alguns pensadores chineses da altura não estavam tão confiantes de que o pensamento econômico confucionista seria suficientemente resiliente para resistir à marcha do liberalismo. Entre eles estava o estudioso confucionista de nome Lin (1938, *apud* Poznanski, 2015, p.212-215). Lin escreveu muito sobre o confucionismo, mas menos sobre os seus princípios econômicos. Na verdade, ele era mais conhecido por suas investigações sobre as

diferenças entre as mentalidades, ou psicologia, chinesa e ocidental. Tal como Chen, ele lutou para preservar o confucionismo dos avanços ocidentais, mas não achava que o pensamento econômico confucionista tivesse muito futuro. O confucionismo fornece uma vasta literatura que é suficiente para alimentar uma doutrina econômica tão completa quanto o liberalismo. Revela também que, examinados ponto por ponto, os ensinamentos confucionistas oferecem uma visão do mundo econômico bastante distinta da do liberalismo.

Segundo Poznanski (2015, p.212-215) a economia confucionista assume que a natureza lhes fornece recursos adequados, até mesmo inesgotáveis, para sobrevivência do homem. Tudo o que eles precisam para sobreviver é trabalhar duro o suficiente. Visto que o trabalho é uma escolha moral, os confucionistas consideram a “ética do trabalho” o principal fator na criação de riqueza nacional. Dentro do tipo de ética confucionista, espera-se que as pessoas trabalhem não para si mesmas, mas para o bem dos outros. Esta suposição coloca a economia confucionista na categoria chamada economia moral. A razão pela qual o trabalho é feito coletivamente é que a “unidade de trabalho” básica em qualquer sociedade é a família, sendo o trabalho realizado quer para o bem da família quer para o mercado. Diz-se que a família é o eixo inquestionável da vida econômica, pois é na família que se localiza o impulso mais forte para o trabalho. Com esta ênfase na família, a “economia moral” confucionista também pode ser categorizada como um tipo de economia familiar. Tanta moralidade e ética na economia é algo autóctone da China, não aparecendo em nenhuma literatura de EPI clássica ocidental.

McCormick (1999, p.336) relata que tanto para os taoístas quanto para os liberais ocidentais se seguirmos uma política de *laissez-faire*, mesmo o comportamento egoísta por parte dos indivíduos resultará em prosperidade para a sociedade. Smith também argumenta que quando o sistema mercantilista de preferências e restrições é removido, “o sistema óbvio e simples de liberdade natural se estabelece por si próprio” (ibid., 687, *apud* MCCORNICK, 1999, p.336). É um sistema natural, e tudo o que se tem de fazer para obter os seus benefícios é não agir, deixar o sistema surgir espontaneamente. O paralelo com o taoísmo é óbvio. Existe uma ordem natural benevolente e espontânea que só pode funcionar se o governante praticar a quietude.

Se compreendermos estes autores, ainda que estejam localizados em contextos distintos, McCornick (1999, p.337) esclarece que claramente nem Smith nem Lao Tzu ficariam surpreendidos com o fracasso total das economias centralmente planejadas neste ou em qualquer outro século. A “presunção fatal” do socialismo seria a crença errônea de que o produto da ordem econômica espontânea pode ser melhorado pela aplicação da razão humana. A semelhança com a visão taoísta é considerável. Tal como os taoístas, Hayek está convencido de que a razão humana não pode sequer começar a compreender a natureza do todo. Nossa compreensão é bastante limitada, enquanto a complexidade da criação é infinita. Conseqüentemente, as tentativas de substituir a ordem espontânea pelo desígnio humano podem levar a consequências terríveis e não intencionais. Rejeitando a eficácia da razão humana na concepção e controle da civilização humana, tanto Hayek como os taoístas veem o *laissez-faire* como a única opção tolerável.

Uma queixa comum feita os taoístas do ponto de vista econômico é que eles não apoiam o progresso econômico material (Hu, 1988, 208-11, apud McCormick 1999, p.337). Por exemplo, segundo McCormick (1999, p.338), os taoístas defendem a redução dos desejos materiais para encontrar contentamento, porque a felicidade não pode ser encontrada na riqueza material. O fato dos taoístas não pensarem que a riqueza traz contentamento não altera o fato de que se oponham a uma política que impeça as pessoas de perseguirem o que desejam.

Chiu e Yeh (1999) são autores chineses que relatam que existe a possibilidade de o famoso conceito de mão invisível de Adam Smith estar relacionado ao conceito de Tao nos escritos econômicos do grande historiador chinês taoísta Sima Qian (145-87 aC). Ele afirma que a exposição do Tao de Sima supera a exposição da mão invisível de Smith ao explicar a função alocativa do mecanismo de preços. Ele também apresenta indícios de que é possível que Smith tenha uma dívida intelectual para com Sima através da agência do economista francês Turgot e de dois visitantes chineses durante a famosa visita de Smith a Paris em 1766.

Primeiro, Chiu e Yeh (1999) destacam diferença entre a política contemporânea dos dois pensadores e os ambientes sociais e econômicos distintos. Smith viveu nos primeiros estágios da revolução industrial, o que lhe permitiu

apreciar tanto a divisão do trabalho quanto o mecanismo alocativo do mercado. Sima, por outro lado, simplesmente experimentou a prosperidade comercial da recuperação de uma longa guerra, o que limitou enormemente a compreensão de Sima sobre o mercado. Em segundo lugar, embora tanto Smith como Sima fossem os acadêmicos mais bem informados do seu tempo, a importância da escrita econômica e dos estudos econômicos nas suas obras difere numa ordem de grandeza.

De acordo com Chiu e Yeh (1999, p.79-84), Sima vê que as flutuações de preços, como outras atividades humanas, são tão naturais quanto a água fluindo morro abaixo. Todas suas obras estão repletas da admiração de Sima pela capacidade do indivíduo de identificar pontos de inflexão nos preços para obter lucros. Aparentemente, ele compreende, tal como muitos outros estudiosos chineses centenas de anos antes dele, que as flutuações de preços são causadas pelo excesso de oferta e procura. Mas as literaturas de sua época oferecem pouca descrição do mecanismo de preços como um processo de ajustamento do mercado. Os escritos clássicos chineses muitas vezes levam a interpretações variadas devido ao uso abertamente econômico das palavras. Esta preocupação deve ser levada em conta na compreensão da obra de Sima, por sua vez Smith é mais claro em sua escrita.

Poznanski (2015, p.212-215) afirma ainda que o sistema compatível com a visão de mundo confucionista pode ser entendido como um afastamento mais extremo do capitalismo. Mesmo os poucos pressupostos acima mencionados em que se baseia a economia confucionista parecem sugerir que a categorização do sistema chinês como socialista pode ser mais apropriada. O confucionismo e o socialismo parecem partilhar a mesma forte perspectiva ética e um foco na necessidade de cooperação. Além disso, ambos parecem tratar o trabalho como a principal fonte de riqueza. Dada a natureza antiga do confucionismo, aceitar tal definição levaria a concluir que a doutrina confucionista poderia ser uma das primeiras formas de socialismo. No entanto, Poznanski (2015, p.212-215) argumenta que faz muito mais sentido distanciar o confucionismo das classificações ocidentais. Uma vez que o sistema econômico chinês assenta na “economia confucionista”, e não no termo amplamente utilizado no Ocidente, sistema socialista, faz mais sentido chamá-lo de sistema confucionista.

Segundo Poznanski (2015, p.212-215), o argumento de que a moralidade e a família são fundamentais para a condução da vida econômica também é defendido por algumas escolas ocidentais. Uma delas está ligada ao liberalismo da escola austríaca, também chamada de economia evolucionista. Geralmente é associado aos dois austríacos, Hayek e Schumpeter, oferecendo interpretações modificadas do capitalismo. Tal como os economistas liberais, acreditam que o capitalismo é o sistema mais eficiente de todos. Assim, os sistemas estão sujeitos a uma escolha moral entre confiar predominantemente nos esforços econômicos de alguém, em vez de dependerem em grande parte do apoio do Estado (com o “socialismo” definido por ele de forma muito ampla como qualquer sistema que depende fortemente do Estado; e o “socialismo” de estilo soviético sistema de economia de comando é apenas um exemplo).

Independentemente de quem esteja certo neste amplo discurso, segundo Poznanski (2015, p.216-218), permanece uma questão importante: como é que o Estado da China poderia voltar-se para o confucionismo e usá-lo como modelo para as reformas modernizantes de 1978? Não é verdade que as forças radicais desencadeadas em 1911 e depois em 1949 foram abertamente hostis e apelaram à sua erradicação? O retorno ao confucionismo foi possível, uma vez que esta erradicação nunca aconteceu. A tentativa de 1911 foi rapidamente abortada e assim a ofensiva marxista foi lançada em 1949. Embora a ofensiva tenha diminuído, o marxismo na China modificou-se ao trazer “características chinesas”, “principalmente algumas inferências seletivas do confucionismo” (KATZENSTEIN, 2012, *apud* POZNANSKI, 2015, p.216).

Ironicamente, segundo Poznanski (2015, p.216-218), em vez de se dissolver, sob as pressões provenientes dos círculos oficiais, o confucionismo modernizou enormemente o seu conteúdo e aumentou o seu apelo político. Os fatos são que o crescimento surpreendente da China pode estar ligado a vários fios confucionistas da sua abordagem reformista. Com certeza, há uma prova de que valeu a pena para a China tornar as famílias e os seus clãs novamente a espinha dorsal da economia.

Segundo Naughton (1996, *apud* POZNANSKI, 2015, p.216-218), o chamado “milagre chinês” começou com a transferência, em 1978, do controle da

terra (mas não da propriedade legal) dos coletivos estatais para explorações agrícolas familiares. O boom foi ampliado quando os camponeses aproveitaram as regulamentações flexíveis e começaram a investir os lucros na indústria local. Ao longo de todo o período, a economia foi ajudada pelo fato de o setor familiar, como recomendado pela escola confuciana, ter empurrado a taxa de poupança da China para o nível mais elevado a nível mundial.

Segundo o famoso acadêmico confucionista chinês Chen (1911, p.16-17), Confúcio desenvolveu sua abordagem para a economia política que está organizada em Três Estágios de desenvolvimento do Estado vinculados ao avanço histórico da sociedade em direção à um mundo civilizado. No primeiro deles, o Estágio de Desordem, a civilização primitiva acaba de surgir do caos, e a mente social ainda é muito rude. Existe uma distinção nítida entre o próprio país e todos os outros países civilizados. Assim, é dada mais atenção às condições internas do que externas e, com exceção das grandes potências, os pequenos países são negligenciados.

Chen (1911, p.16-17) relata que no segundo, o Estágio de Avanço da Paz, há uma distinção apenas entre todos os países civilizados e os bárbaros. O limite da civilização é mais amplo e a amizade das nações é mais próxima; pelo direito igual, mesmo os países pequenos podem ter os seus representantes. No terceiro, o Estágio de Paz Extrema, não há distinção alguma. Os bárbaros tornam-se países civilizados e obtiveram o mesmo título no círculo diplomático. Quer as nações sejam remotas ou próximas, pequenas ou grandes, o mundo inteiro é uma unidade e o caráter da humanidade está no plano mais elevado. Chen (1911, p.17) relata que visto disso surge o princípio confuciano das Três Etapas, ilustrado pelas relações internacionais. É simplesmente a teoria do progresso ou evolução, que difere-se por exemplo da noção de desenvolvimento de Gunder Frank (1976), que no sistema capitalista ocorrida por termos de troca desiguais, impedindo que alcancemos o estágio no qual todas as nações são avançadas.

Para compreender a relação entre economia e política, Chen (1911, p.73-76) toma o Sistema de Yao, o primeiro livro do Cãnone da História, escrito por Confúcio para representar o seu programa político. De acordo com isso, todo o governo está dividido em nove departamentos, dos quais nenhum é para serviço pessoal ao imperador, mostrando o princípio da democracia, e nenhum para a

preparação da guerra, indicando o princípio da paz. Mas quatro dos nove departamentos são encarregados de funções econômicas do Estado. Logo, o sistema confucionista não se assemelha ao modelo neoliberal de estado mínimo.

Sendo assim, deduz-se que para o sistema confucionista todo o governo é, em grande parte, uma ferramenta para o desenvolvimento econômico, o que indica um perfil nacionalista autóctone chinês, diferente da abordagem listiana ocidental, por exemplo. Diferentemente da vertente neoclássica, segundo Chen (1911, p.73-76) na verdade, se não houvesse economia, não haveria política: o governo existe principalmente por razões econômicas. Confúcio não fala de uma sociedade militar, mas industrial. O objetivo do confucionismo seria governar o Estado de maneira a equalizar/civilizar o mundo inteiro, de maneira a administrar a riqueza e empregar os melhores homens, garantindo a eficiência dos trabalhos agrícolas, promovendo o comércio por meio de transporte econômico e duradouro. Em suma, “além da economia, não existe política, e a verdadeira política é a economia” (CHEN, 1911, p.76).

Chen (1911, p.76-82) relata que para os confucianos embora as forças econômicas formem a base da organização política, a organização política, por sua vez, promove o desenvolvimento econômico. Seu principal aprendiz Mencius acreditava que sem os grandes princípios do governo e das suas diversas atividades, a riqueza não seria suficiente. Portanto, as necessidades econômicas são as causas da existência do governo, e um bom governo é também a causa da vida econômica bem-sucedida. A julgar por este raciocínio, o desenvolvimento econômico baseia-se no desenvolvimento jurídico. Quando o desenvolvimento jurídico chega à fase de punições e penalidades justas, as pessoas podem envolver-se pacificamente em diferentes ocupações e a produção de riqueza pode ser suficiente. Este é o tipo de governo patriarcal, que se difere da tradição ocidental em EPI. Mas, mesmo no governo democrático dos tempos modernos, o desenvolvimento econômico ainda se baseia na justiça legal. Se não houvesse uma boa lei, não poderia haver grandes indústrias.

Conclui-se dos fundamentos confucianos que um bom governo é necessário para o desenvolvimento econômico e a política abre o caminho para a economia. Uma vez que a política abre o caminho para a economia, segundo Chen (1911, p.76-

82) devemos estudar os ensinamentos políticos de Confúcio, a fim de compreender o contexto dos seus princípios económicos. Segundo Confúcio (apud CHEN, 1911, p.76-82), a forma externa de governo é monárquica, mas o seu princípio fundamental é democrático. No governo ideal de Confúcio o poder soberano está nas mãos do povo. A razão pela qual Confúcio é por vezes a favor do imperialismo ou da monarquia absoluta é porque, por enquanto, ele quer acabar com o feudalismo; mas a sua ideia fundamental é a democracia – nesse sentido, Confúcio politicamente se assemelha ao pensamento moderno europeu.

Ao ler os taoístas ou Smith, McCornick (1999, p.338-339) acredita que não se deve confundir os seus argumentos morais sobre o comportamento individual adequado com as suas recomendações políticas. Ambos defendem padrões de conduta pessoal que muitas vezes estão em desacordo com o materialismo associado ao desenvolvimento económico. No entanto, as fraquezas da humanidade também fazem parte da ordem natural. Dada a sua crença profundamente arraigada no poder e na bondade dessa ordem, segue-se que tanto Smith como os taoístas acreditam que as pessoas devem ter a liberdade de encontrar o caminho por si próprias. O melhor que o governante pode fazer é ser virtuoso e esperar liderar pelo exemplo.

O fato de a doutrina do *laissez-faire* ter sido descoberta tanto na China como no Ocidente não prova, evidentemente, a sua validade. Afinal, a tirania também se desenvolveu em ambos os lugares. No entanto, para McCornick (1999, p.338-339) é significativo que a ideia do *laissez-faire* tenha sido desenvolvida de forma independente também na China, numa cultura, numa época e num lugar tão diferentes. Uma razão pela qual isto é significativo é porque aqueles interessados numa defesa teórica do *laissez-faire* podem agora recorrer a outra tradição filosófica bastante poderosa. Acrescentar os argumentos de Lao Tzu e Chuang Tzu aos de pessoas como Smith e Hayek seria proveitoso à ciência liberal.

O taoísmo existe há mais de dois milênios e não é uma filosofia que possa ser facilmente descartada. Segundo McCornick (1999, p.338-339) oferece uma interpretação e explicação independentes da afirmação de Smith e Hayek de que a razão humana é demasiado limitada para compreender, e muito menos dirigir, o curso da existência humana. Além disso, de acordo com McCornick (1999, p.338-

339) não se pode argumentar que o taoísmo foi criado para justificar ou defender a ordem capitalista, ou que esteja “contaminado” pelo materialismo ocidental. É uma tradição que é inequivocamente diferente do liberalismo clássico, mas no assunto muito importante da propriedade de uma política de *laissez-faire*, há total acordo.

No entanto, McCornick (1999, p.338-339) relata que poder-se-ia especular que o sucesso surpreendente da liberalização econômica na República Popular da China poderia, em parte, ser explicado pelo fato de a ideia de mercados livres estar enraizada na cultura. Assim, embora o *laissez-faire* tenha estado frequentemente ausente da prática chinesa, não é de todo estranho à cultura chinesa. Segundo McCornick (1999, p.339) as recentes reformas do mercado livre na China podem, portanto, ser interpretadas não tanto como uma importação de uma ideologia estrangeira, mas como uma reavivamento de um conceito nacional autóctone.

Ainda que McCornick (1999) indique um forte caráter taoísta e liberal no modelo chinês, Poznanski (2015, p. 248-249) destaca que a China contemporânea tem uma economia nacionalista que pode ser derivada da antiga filosofia confucionista. Dadas as origens, esta economia antiga deveria ser chamada de “economia confucionista”. O incrível sucesso da China hoje para o autor não é mais um triunfo do liberalismo ocidental. Ainda assim, não há dúvida de que o recente crescimento econômico fantástico é o resultado de quase 40 anos de expansão das forças de mercado.

No entanto, Poznanski (2015, p.248-249) este fato por si só não prova que a China aderiu plenamente à economia liberal que dá primazia aos “mercados livres”. As reformas basearam-se não no pensamento clássico, mas na sua própria economia confucionista. Mas, por mais poderosa que seja, a “economia confucionista” não é reconhecida como uma escola formal tanto pelos economistas ocidentais como pelos chineses. Enquanto a economia chinesa não for levada a uma fase formal, as razões subjacentes ao crescimento excepcional da recente economia da China não serão totalmente compreendidas.

Os fatos em questão são que a economia confucionista é diametralmente diferente da economia clássica. Discutindo pressupostos consecutivos por trás da economia chinesa, Poznanski (2015, p.248-249) explorou a questão de como a economia recente da China poderia ter sido analisada pela sua abordagem

confucionista, a impressão é que a economia confucionista instila atitudes em relação à vida econômica que podem ser mais conducentes à riqueza global do que a alternativa clássica. Enquanto a economia liberal afirma que os indivíduos são movidos pelas exigências da sua vida quotidiana, a posição confucionista é que o objetivo real é a continuidade da linhagem familiar.

Quanto ao consumo, Chen (1911, p.76-82) relata que Confúcio prescreveu padrões diferentes para classes diferentes – mais ou menos como numa lei suntuária. Não há dúvida de que isto travou, até certo ponto, o desenvolvimento econômico. Mas a ideia fundamental das regulamentações suntuárias de Confúcio não era tanto social como econômica. Ele temia que a produção de riqueza não fosse suficiente para todos se todos ampliassem as suas necessidades sem restrições. Ele criou a lei dos rendimentos decrescentes, e a sua ideia foi justificada pelo fato de que nos tempos antigos a produção era numa escala muito limitada. Novamente, sob o governo monárquico do tipo antigo, uma lei suntuária era necessária para a preservação das classes sociais. O modelo capitalista ocidental, seja liberal ou nacionalista, permitiu, por sua vez, crescimento econômico sem restrições ao consumo.

Além disso, Chen (1911, p. 76-82) relata como o sistema confuciano permitia que qualquer pessoa ascendesse às classes mais altas, de maneira que poderiam consumir mais à medida que a sua posição social aumentasse. Portanto, as regulamentações suntuárias não impedem realmente o desenvolvimento econômico, desde que o indivíduo seja capaz de se elevar. Na história chinesa, as regulamentações suntuárias tiveram pouco ou nenhum efeito, e as pessoas ricas podiam consumir qualquer coisa, exceto algumas coisas relacionadas com distinções oficiais.

Entre os principais temas da economia política, segundo Poznanski (2015, p.248-249) confucionistas rejeitam as ideias liberais de “escassez” de recursos naturais e a ideia relacionada de uma “luta pela sobrevivência” aparentemente severa, se não claramente implacável. Sob as condições de tal escassez compreendida, a melhor estratégia para a busca de “gratificação instantânea” é os indivíduos desviarem recursos “escassos” uns dos outros e, se necessário, até mesmo por meio da guerra. Em contraste, sob o estado universal de “abundância”

de recursos assumido pela economia confucionista, para garantir o seu objetivo de continuidade da vida, os indivíduos precisam apenas de trabalhar a um nível adequado.

Segundo Poznanski (2015, p. 248-249) esta suposição alternativa de excesso de recursos naturais pode dar uma vantagem à economia chinesa. Não orienta os indivíduos para a expropriação forçada de recursos que, por si só, não criam riqueza. Em vez disso, viver com tal suposição incentiva o trabalho árduo que multiplica a riqueza para as pessoas satisfazerem as suas necessidades. Com a ênfase confucionista na continuidade da família como objetivo econômico primário, surge o argumento crucial de que não os indivíduos solitários, tal como definidos na economia clássica, mas as famílias adequadamente estruturadas representam a fonte primária de riqueza.

Poznanski (2015) relata que esta afirmação confucionista eleva, evidentemente, a importância econômica percebida da família como uma “unidade de trabalho”, o que pode ser benéfico para a economia. Há evidências de que a produção familiar apresenta muitas vantagens sobre uma ação individual. As vantagens familiares incluem “custos de transação” mais baixos para mão-de-obra adquirida internamente e o impacto na redução de custos das economias de escala. E a família produz a maior parte de um ativo econômico crítico, ou seja, o chamado capital humano, incluindo competências profissionais e educação moral.

Chen (1911, p.82) destaca a dificuldade das dinastias chinesas em adotar tal modelo que é ao mesmo tempo liberal e nacionalista. Desde a consolidação dos estados feudais chineses, a China está sob um único governo imperial. Portanto, desde a dinastia Han, o governo chinês adotou a doutrina de Lao Tsii, a política de *laissez-faire* chinesa. Depois da dinastia Yiian a administração piorou porque o tamanho das províncias era muito grande. Chen (1911, p.82) relata que infelizmente, o governo fez uma má combinação. A sua interferência estatal não foi eficiente no desenvolvimento dos interesses econômicos do povo em geral, e a sua política de *laissez-faire* não foi suficiente para permitir que os grandes produtores desenvolvessem os seus próprios interesses individuais. Sendo assim, o império chinês apresentou uma realidade de economia política dual, que não consistiu completamente do nacionalismo confuciano.

4.2. O Pensamento nacionalista chinês Suniano

Esta seção busca entender de que maneira o desenvolvimento chinês, com fortes traços nacionalistas, difere-se da tradição ocidental, como a abordagem clássica de List e Hamilton. A Revolução Chinesa se inspira tanto em filósofos clássicos como revolucionários pós-Guerra do Ópio.

Helleiner (2020) destaca a emergência de novas formas de nacionalismo econômico, que divergem da abordagem tradicional listiana, podendo ser entendidas como um mix das vertentes ocidentais e sofrem influências de filosofias autóctones. Sob a liderança de Xi Jinping, o governo chinês intensificou a retórica nacionalista para defender a estratégia de desenvolvimento liderada pelo Estado, que tem perseguido desde o final da década de 1970 sob a forma de um modelo socialista de mercado *sui generis*. Estas formas de nacionalismo econômico mais “neomercantilistas” – em oposição às “neoliberais” – geraram confrontos crescentes entre os dois estados dominantes na economia mundial contemporânea, com grandes repercussões para o resto do mundo.

Helleiner (2020) diverge da vertente que associa o nacionalismo econômico neomercantilista às ideias do pensador alemão Friedrich List. Na verdade, as ideias de List são muito menos úteis para interpretar o conteúdo neomercantilista do modelo recente de desenvolvimentismo chinês do que as ideias distintas de um pensador histórico chinês que recebe muito pouca atenção nos escritos contemporâneos sobre o nacionalismo econômico: Sun Yat-sen.

Helleiner (2020, p. 2) destaca como esta negligência relativamente a este pensador decorre de dois pontos cegos conceituais mais profundos. Em primeiro lugar, embora os acadêmicos tenham efetivamente destacado diversas formas de nacionalismo econômico para além do tipo neomercantilista “convencional”, não dedicaram atenção suficiente à diversidade dentro da própria forma neomercantilista. Em segundo lugar, no caso de Sun, a negligência do seu pensamento também reflete a natureza mais ampla centrada no Ocidente da história intelectual da EPI.

Helleiner (2020, p.2-4) destaca como a estratégia de desenvolvimento liderada pelo Estado da China pós-1978 é geralmente entendida como uma estratégia “Listiana” ou “neo-Listiana”. Ainda que certamente seja verdade que esta

estratégia teve como objetivo o desenvolvimento Listiano para alcançar a riqueza e o poder das principais potências econômicas, também é importante notar que o próprio List não achava que a China deveria prosseguir este tipo de política. List apelou a todos os países asiáticos para adotarem políticas de comércio livre que lhes permitiriam exportar recursos e fornecer “mercados ilimitados aos fabricantes europeus”.

Segundo Helleiner (2020, p.3-4) existem ainda outros contrastes acentuados entre o modelo de desenvolvimento da China pós-1978 e a estratégia de industrialização recomendada por List. Por exemplo, os decisores políticos chineses combinaram o objetivo de aumentar a riqueza e o poder do seu país com um forte compromisso retórico com os valores socialistas internos que não tinham lugar na análise de List. Desde o final da década de 1970, os decisores políticos chineses também foram muito além do conselho de List na sua utilização do protecionismo comercial e dos controles sobre o capital estrangeiro para servir objetivos neomercantilistas.

Além disso, Helleiner (2020, p.3-4) destaca como as autoridades chinesas apoiaram políticas econômicas internas muito mais ativistas para promover o rápido desenvolvimento econômico do que List alguma vez o fez, tais como planos econômicos nacionais plurianuais abrangentes e a utilização extensiva de empresas estatais. Nesse sentido, pode-se entender que o modelo chinês seria um resultado de um misto das propostas marxistas, nacionalistas e liberais, porém com um forte caráter autóctone, por meio da hermenêutica do revolucionário Sun Yat-Sen.

Em vez de estudarem List, Helleiner (2020, p.6-8) sugere que os acadêmicos deveriam dedicar mais atenção às ideias de Sun Yat-sen, o famoso líder e pensador chinês do início do século XX, que cresceu a partir de uma origem camponesa modesta para se tornar o primeiro presidente provisório do país após a Revolução de 1911. Vários especialistas notaram que Deng Xiaoping, o principal arquiteto da adoção das políticas neomercantilistas pela China após 1978, apoiou muito as ideias de Sun na sua juventude e que as reformas econômicas de Deng estavam associadas à crescente atenção chinesa ao pensamento de Sun. Mais recentemente, o presidente chinês Xi Jinping também elogiou o pensamento de Sun, referindo-se diretamente

aos seus objetivos econômicos para o país e argumentando que o Partido Comunista Chinês tem sido fiel defensor da sua visão.

Ao invés de encontrar o nome de List mencionado nos escritos de Sun sobre economia política, Helleiner (2020, p.7-8) destaca como as ideias de Sun sobre economia política foram fortemente influenciadas pelos primeiros pioneiros do nacionalismo econômico chinês que estavam associados ao movimento de “auto fortalecimento” que surgiu após a segunda Guerra do Ópio. O mais importante deles foi Zheng Guanying, que começou na década de 1870 a exortar a modernização econômica e a industrialização lideradas pelo Estado como um meio de aumentar a riqueza e o poder da China no contexto do que ele chamou de um novo tipo de “guerra comercial” contra o Ocidente.

Nesse sentido, esses primeiros nacionalistas econômicos chineses para Helleiner (2020, p. 7-8) não podem ser entendidos como derivados do pensamento listiano, mas sim de tradições intelectuais autóctones mais profundas “estatais” e “legalistas” na história chinesa que partilhavam algumas semelhanças com o pensamento mercantilista europeu dos séculos XVII e XVIII. Também é importante reconhecer quão diferentes eram as ideias de Sun das de List. Para começar, tal como Zheng e outros nacionalistas econômicos chineses anteriores, Sun estava muito mais otimista sobre as perspectivas de modernização econômica e industrialização liderada pelo Estado na China do que a avaliação eurocêntrica de List. Desde o início da sua carreira política, em meados da década de 1890, Sun expressou uma forte crença na capacidade da China de alcançar rapidamente a “riqueza e o poder das nações europeias” se o seu governo adoptasse o tipo certo de políticas ativista, ao invés de seguir as orientações listianas.

Segundo Godley (1987, p.109-111) os “Três Princípios Populares de Sun Yatsen” - nacionalismo, democracia e subsistência do povo – são conceitos chave do seu modelo para o progresso da China. Nunca houve desacordo sobre o nacionalismo, porém a democracia de partido único tem sido um problema de ambos os lados, mas por essa mesma razão não tem estado normalmente aberta ao debate. Apenas a doutrina ambígua apresentada como “meio de subsistência do povo” (*minsheng zhuyi*) alimenta a discussão contínua. Durante algum, Sun pareceu disposto a equiparar as suas propostas socioeconômicas ao “comunismo” e ao

marxismo clássico. A sua rejeição da inevitabilidade do conflito de classes e a sua consciência de algumas das dificuldades que originaram a Nova Política Econômica de Lenin provavelmente levaram-no a recuar em direção ao “socialismo”, mantendo-se próximo à vertente ocidental marxista.

Godley (1987, p.109-111) relata como o chamado “sunismo” foi definido como uma vertente de “capitalismo de Estado”, um termo que foi, ironicamente, aceite por escritores comunistas e nacionalistas até à década de 1960. Durante a Guerra Sino-Japonesa e os conflitos civis, o *Guomindang* tendeu a minimizar a noção de “terra para quem cultiva”; e, em vez disso, a economia foi colocada numa base militarizada, dando grande poder ao Estado com base no conceito de “guerra total”. Eventualmente, com o fim da guerra civil, o *Guomindang* passou a frente assim o sunismo ao Partido Comunista Chinês, logo partidários de esquerda fizeram mais para popularizar as dimensões igualitárias mais radicais das políticas económicas da Sun do que o partido que ele fundou.

Godley (2020, p.109-111) relata como ao longo da história chinesa o pensamento suniano passa a ter um carácter mais nacionalista e menos liberal ou marxista. Sob a influência da história económica, Chiang Kaishek tentou justificar a intervenção estatal pesada exigida pelas condições de guerra com noções quase mercantilistas, mas confundidas com o grandioso plano de Sun Yatsen para a criação de uma infraestrutura económica moderna. Como consequência, as estratégias do capitalismo liberal foram postas de lado, juntamente com o objetivo do comunismo, numa interpretação que sublinhava os valores morais tradicionais, permitindo assim a rejeição tanto do marxismo como do sistema capitalista *laissez-faire*.

De acordo com Godley (2022, p.109-111), embora o pensamento de Chiang Kaishek, líder do *Guomintang*, fosse de esperar uma denúncia de Marx, e o ataque virulento ao imperialismo ocidental fosse compreensível (embora embaraçoso para os aliados americanos), a ênfase no protecionismo e na economia local leva a China em direção a uma forma de nacionalismo económico. À medida que a situação se desenrolava na república insular de Taiwan, os escritores do *Guomintang* começaram a sublinhar como o sunismo combinava as melhores características do capitalismo e do socialismo.

Na perspectiva de Sun (1928, p. 53, *apud* Helleiner, 2020, p.7), a promoção do desenvolvimento econômico da China foi crucialmente importante para pôr fim à crescente “dominação econômica” estrangeira do seu país, que tinha começado com as Guerras do Ópio. Tal como os decisores políticos chineses contemporâneos, Sun também foi além de List ao combinar o seu desejo de aumentar a riqueza e o poder chineses no mundo com um compromisso com valores de estilo socialista a nível interno. Baseando-se no pensamento clássico milenar chinês, ele expressou isto como um compromisso com a promoção da “subsistência do povo”, um conceito que ligou às ideias de “socialismo” e “comunismo”.

Segundo Helleiner (2020, p.7-8), Sun via a industrialização como a chave para acabar com a “condição miserável entre o proletariado chinês” e insistiu que o Estado chinês tinha de garantir que este processo ocorresse de uma forma que evitasse os tipos de desigualdade interna e tensões de classe que ele tinha testemunhado em primeira mão na Europa na década de 1890. Sun também apelou ao Estado para desempenhar um papel muito mais ativo na promoção da modernização econômica e da industrialização do que List tinha. Além de endossar a proteção tarifária para dar às “indústrias nativas uma oportunidade de desenvolvimento”, Sun delineou planos de desenvolvimento extremamente ambiciosos para o governo chinês.

De acordo com Helleiner (2020, p. 7-8), Sun instou as autoridades chinesas a apoiarem empresas estatais que pudessem ajudar a promover um enorme número de projetos de desenvolvimento em todo o país, promovendo a indústria moderna, a melhoria agrícola, o desenvolvimento de recursos, infraestruturas e urbanização. Segundo Helleiner (2020, p.7-8) Sun também se afastou de List ao atribuir ao Estado um papel fundamental na gestão do capital estrangeiro. Tal como a liderança chinesa desde 1978, ele argumentou veementemente que as ambições de desenvolvimento da China não poderiam ser realizadas sem apoio financeiro externo. Mas ele também estava bem ciente da natureza controversa dos empréstimos e investimentos estrangeiros na China durante o seu tempo. Segundo Helleiner (2020, p. 8), para garantir que o capital estrangeiro satisfaça as necessidades da China, ele insistiu que o próprio Estado chinês gerisse cuidadosamente os empréstimos estrangeiros.

Finalmente, Sun combinou o seu nacionalismo econômico com a ideia de que a China precisaria de “assumir uma grande responsabilidade para com o mundo à medida que subisse no poder” (Sun 1928, p. 147, *apud* Helleiner, 2020, p.8). Ele vinculou esta noção às concepções confucionistas tradicionais da China como uma potência tributária benevolente na região do Leste Asiático (HELLEINER, 2020, p.8).

Helleiner (2020, p.8) destaca que em seu discurso principal em 2016, Xi Jinping citou diretamente a passagem de Sun sobre a necessidade de a China assumir uma grande responsabilidade para com o mundo à medida que prosperava e citou o seu apoio ao desenvolvimento internacional como exemplo. Nesse sentido, o nacionalismo autóctone suniano difere de List, que propunha que após a Alemanha ascendessem como potência manufatureira global instalasse uma ordem liberal, ao propor uma participação global benigna e desenvolvimentista da China.

Sendo assim, segundo Helleiner (2020, p.8) há muitas razões pelas quais o desenvolvimentismo chinês pós-1978 seria mais bem descrito como uma ideologia “suniana”, com um caráter nacionalista *sui generis* chinês, do que como uma ideologia listiana. Difere-se da ideologia pós-revolução, porém, na importância da “democracia” como um dos seus três “princípios do povo” fundamentais (ao lado do “meio de subsistência do povo” e do “nacionalismo”). Outro aspecto suniano que vem sendo resgatado no mundo contemporâneo é a vantagem de encorajar uma maior atenção à história do pensamento chinês e da economia política autóctone e desafiar a noção de que o desenvolvimentismo chinês só pode ser descrito através de um quadro de referência intelectual ocidental.

4.3. O Modelo internacional sinocêntrico clássico de *tingxia* e uma proposta para nova ordem pós westfaliana

Além da contribuição chinesa para o pensamento da economia política internacional, segundo Chang (2011) o filósofo chinês Zhao busca contribuir para uma visão chinesa de ordem global baseada no antigo sistema de *tianxia*, que em seu sentido amplo também implicava uma ordem mundial na qual o rei da China governou *jiuzhou* (China) diretamente e subjugou *sihai* (países vizinhos) indiretamente. Zhao argumenta que a globalização criou o globo como um ambiente

no qual povos de diferentes estados formam coletivamente a humanidade, porém de acordo com as atuais teorias políticas e de RI, o mundo não é uma entidade política que requer teorização séria.

De acordo com as teorias de RI clássicas, o mundo tem sido constantemente entendido como um espaço no qual os atores estatais perseguem seus interesses e, portanto, entram em conflito uns com os outros. Isso se deve ao pensamento tradicional que concebe o Estado como entidade primária na política mundial. Como nenhuma outra entidade tem maior significado teórico do que o estado, o mundo só pode se tornar um espaço passivo que serve apenas como campo para interações entre estados.

No entanto, na reflexão do filósofo Zhao descrita por Chang (2011) a globalização criou questões que devem ser tratadas em um nível teórico superior ao nível do estado, portanto, surge uma lacuna entre as demandas da realidade e a inadequação teórica. Em relação a essa falha nas filosofias políticas atuais, Zhao insiste que devemos construir uma filosofia do mundo que o trate como a entidade primária e última em nossa estrutura teórica. Ele afirma que tal conceito de mundo está ausente na filosofia política ocidental, mas há um conceito promissor que tem o potencial de ser elaborado em um, a saber, o conceito de *tianxia*.

Chang (2011) argumenta que, na filosofia política chinesa, *tianxia* é um conceito com conteúdo positivo, que tem maior significado teórico do que o estado. Sendo *tianxia* um sistema com ausência de externalidade, tal conceito é, portanto, uma alternativa adequada ao pensamento centrado no estado da filosofia política atual ao teorizar o mundo como uma entidade positiva, sendo necessária uma instituição mundial (um órgão governamental com autoridade superior à soberania do estado). Tal proposta de ordem global seria uma alternativa as normas ocidentais hegemônicas de auto-determinação dos povos e soberania, além da ideia de hegemonia ocidental.

De acordo com Chang (2011, p.33-34) a afirmação de que, na história chinesa pré-moderna, *tianxia* se referia a um mundo, uma civilização universal, enquanto *guo* se referia a um sistema político que envolvia interesses políticos limitados, é profundamente enganosa. Seria mais correto dizer que *tianxia*, no seu sentido estrito, denota de fato uma comunidade política limitada com os seus

próprios interesses políticos. Embora esta comunidade política seja diferente do sistema internacional composto por Estados-nação modernos, ainda é um domínio político e não um mundo ilimitado de civilização.

Chang (2011, p.33-34) destaca ainda que *Tianxia* durante o período Zhou Ocidental implicava a ideia de legitimidade política. *Tianxia* era de fato inclusiva no sentido de que minimizava a individualidade de cada uma das políticas feudais, tratando-as como constituintes de uma totalidade e, portanto, incorporando-as numa nova grande unidade. Mas esta conceptualização pressupunha na realidade uma aliança política com fronteiras marcadas pelo poder e pelo interesse. Portanto, *Tianxia* incluía apenas certas pessoas ou sistemas políticos, excluindo outras.

De acordo com Chang (2011, p.33-34), nos textos da época, *tianxia*, em seu sentido estrito, referia-se a um espaço geográfico imaginário chamado *jiuzhou* - conceito este que minimizou a independência política de cada sistema político no período dos Reinos Combatentes (muitos desses sistemas políticos reivindicaram-se como reinos e, portanto, teoricamente sujeitos a nenhuma autoridade superior no mundo) e os transformou em condados locais de um grande reino. Neste sentido, o conceito estrito de *tianxia* implicava um projeto para uma nova ordem política internacional. Chang (2011, p.34) relata que considerando que esta nova ordem incorporou todos os sistemas políticos em um novo e grande sistema político, *tianxia* era um conceito inclusivo.

Segundo Chang (2011, p.34-37) a expressão mais concreta desta ordem mundial foi descrita pelo renomado estudioso Gu Xiegang como sistema *jifu* (Gu 2005: 1-19, *apud* Chang, 2011, p.34). De acordo com este sistema, os países vizinhos da China foram incluídos numa ordem mundial na qual a China estava no centro e os demais países estavam subordinados à China. Houve vários tipos de declarações sobre as regras designadas para manter o status de inferioridade e subordinação dos países. Alguns ditaram que o estatuto dos governantes não devia ser superior ao dos escalões mais baixos da aristocracia chinesa, por maiores ou poderosas que fossem as políticas dos governantes. Outros listaram as obrigações dos países para com o governante da China, que consistiam principalmente na forma de oferecer homenagens ou prestar homenagens ao chefe da China.

É importante notar que, de acordo com Chang (2011, p.34-37), com esta ordem mundial histórica, a China não governa realmente os países da região, sendo a relação deles simplesmente a do governo superior com os subordinados, mas não a de um governante com o seu povo. A ideia é que os governos possam escolher livremente se querem participar nesta ordem mundial, uma vez que o governante da China não pode forçá-los a fazer parte dela. Mas se decidirem participar, terão de aceitar o seu estatuto de inferiores e subordinados.

Segundo Chang (2011, p.34-37), na sua forma mais antiga, o conceito de *tianxia* envolvia legitimidade política que justificava a liderança entre entidades políticas (rivais). Do período da Primavera e do Outono ao período dos Reinos Combatentes, *tianxia* no seu sentido estrito foi um conceito com conotações inclusivas e confinadas. No seu sentido lato, *tianxia* implicava uma ordem mundial que ainda era de natureza confinada, tolerante, discriminativa e ambígua. Em grande parte inconsciente destas características da *tianxia*, Zhao (2009: 10, *apud* Chang, 2011) interpreta *tianxia* no seu sentido literal e utiliza-a como base para a construção de uma ordem mundial utópica que se caracteriza pela “exclusão de nada e de ninguém” ou pela “inclusão de todos os povos e todas as terras”.

Wang (2017, p.2) argumenta que na medida que a China ascendeu entre as potências globais, entrou em confronto mais direto com o sistema internacional de origem Westfaliana, enraizado na “nação, soberania e igualdade dos Estados”. Desde que aderiu à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, a China conquistou uma posição firme nas instituições mundiais e exerceu uma influência crescente. Todos os sinais apontam para que a China esteja em posição de reivindicar a liderança global e remodelar a ordem econômica nos termos de seu modelo histórico *tianxia*.

De acordo com Wang (2017, p.2), a ascensão chinesa não pode ser compreendida sem traçar as suas raízes na história antiga. A sua campanha One Belt One Road remonta às antigas rotas comerciais através de terras euroasiáticas, e o seu Banco Asiático de Desenvolvimento de Infraestruturas recorda as redes de comércio marítimo pré-coloniais. Os líderes e escritores chineses gostam de encobrir a imagem da China com o manto consagrado pelos seus cinco mil anos de

história. Cristalizada na doutrina da *tianxia*, a sua ambição permaneceu submersa, mas tem vindo a levantar-se nas últimas décadas.

Wang (2017, p.2) promove uma análise do *tianxia* e especialmente dos seus componentes modernos – cosmopolitismo, confucionismo, internacionalismo socialista e transnacionalismo – que oferece uma noção de como a China se baseia no seu passado para promover uma visão de mundo diferente. Questionando o sistema mundial atual, Zhao Tingyang invoca a ideia de *tianxia* em oposição ao moderno Estado-nação e à teoria política ocidental. A sua história da gênese de *Tianxia* centra-se no surgimento de uma visão que se afastou da política centrada no Estado.

O *tianxia tixi* (o sistema de tudo sob o Céu) de Zhao Tingyang (CHANG, 2011, p.34-37) é uma proposta filosófica política que visa apresentar uma nova teorização da política mundial. Chang (2011, p.35-37) explica como Zhao sublinha repetidamente que esta proposta é uma construção utópica, e a sua validade assenta na sua persuasão lógica e não na viabilidade da sua prática. Zhao argumenta que a globalização criou o globo como um domínio no qual povos de diferentes estados formam coletivamente a humanidade, tendo os seus destinos ligados pela globalização.

Ainda assim, para Chang (2011, p.35-37), de acordo com as teorias políticas atuais (em particular as teorias das relações internacionais), o globo ou o mundo não é uma entidade política que exija uma teorização séria. No entanto, a globalização criou questões que têm de ser tratadas a um nível teórico superior ao nível estatal, daí que surge uma lacuna entre as exigências da realidade e a inadequação teórica - situação na qual o estudo do bem-sucedido *tianxia* tem a agregar num sistema mundial pós moderno.

Chang (2011, p.35-37) descreve que Zhao insiste que devemos construir uma filosofia do mundo que o trate como a entidade primária e última no quadro teórico. Ele afirma que tal conceito de mundo está ausente na filosofia política ocidental, mas o conceito promissor *tianxia* tem o potencial de elaborar uma filosofia contemporânea nesse sentido. Ele argumenta que, na filosofia política chinesa, *tianxia* é um conceito com conteúdo positivo, que tem maior significado teórico do que o estado. A sua característica mais saliente é a sua inclusão total e,

portanto, a ausência de externalidade. Em contraste com isto, o conceito de Estado (Estado-nação em particular) tem um caráter fortemente excludente e pressupõe a necessidade de externalidade (um espaço interestatal ou internacional que não tem conteúdo positivo). O conceito de *tianxia* é, portanto, uma alternativa adequada ao pensamento centrado no Estado da filosofia política atual na teorização do mundo como uma entidade positiva.

De acordo com Chang (2011, p.36-37) Zhao argumenta ainda que, para tornar o mundo uma entidade significativa na política mundial, é necessária uma instituição mundial (um órgão governamental com uma autoridade superior à soberania do Estado). A base da criação e manutenção desta instituição mundial é o *mingxing* (coração das pessoas). Com as pessoas apoiando a instituição mundial, o mundo se tornaria uma comunidade semelhante a uma família, na qual o interesse de cada indivíduo é maximizado pela benevolência mútua obrigatória, que é a característica essencial das relações familiares.

Além disso, Chang (2011, p.36-37) o mundo também tem de ser uma entidade política sem qualquer adesão a qualquer valor específico (religioso ou ideológico). Zhao admite que *tianxia* é um ideal utópico, mas afirma que tem um significado normativo na orientação dos caminhos futuros da política mundial. A China tornou-se um ator significativo na política global e capaz de liderar a reforma do sistema internacional. Para estar de acordo com a sua importância na economia mundial, afirma Zhao, a China tem de desempenhar um papel igualmente importante na elaboração de propostas relativas à ordem mundial.

Por fim, o esforço pela academia chinesa de EPI em revisitar seus clássicos vêm tendo maior relevância e enriquecendo o debate da disciplina. Segundo Wang (2017, p.3) com base na igualdade formal das nações, o direito internacional moderno ocidental construiu um mundo propenso ao conflito, à anarquia e à ilegalidade. A soberania do Estado foi uma ferramenta utilizada pelas nações fortes para forjar um equilíbrio de poder à custa dos fracos. Baseando-se no clássico confucionista Anais da Primavera e Outono, Liao Ping considerou a *tianxia* um corretivo para as relações interestatais assoladas pela crise. Ele descobriu que os clássicos confucionistas propunham um modelo de governança composto por uma

combinação de dominação e autoridade por parte da China, que poderia trabalhar em conjunto para impor uma ordem sobre estados menores.

Sendo assim, percebe-se que uma possível transição hegemônica e ascensão da China como líder global abre caminhos para o avanço dos temas mais diversos da EPI, podendo entender inclusive de maneira pós colonial o desenvolvimento, o mercado, o Estado nação e a ordem global, que possam ser entendidas de maneira esclarecedora pelo viés de regiões do mundo diferentes do ocidente, em especial a China, que com seu sucesso econômico e civilização milenar tem muito a contribuir para a academia de Economia Política Internacional nos mais diversos temas.

5. Conclusão

A disciplina de Economia Política Internacional surge de um debate clássico acadêmico entre autores ocidentais. Suas três vertentes compõem abordagens que predominam nos artigos e na literatura da área. De certa maneira, isto é verdade também ao analisarmos os fenômenos da EPI na China, como a relação entre Estado e mercado, o debate sobre livre comércio, sobre a divisão do trabalho e desenvolvimento.

Em geral, pode-se entender tanto o modelo chinês contemporâneo quanto o pensamento econômico chinês por um viés da tradição do pensamento ocidental. Ainda assim, percebe-se diversos pontos de contato com filosofias autóctones chinesas, como confucionismo e taoísmo.

É recorrente entender o socialismo de mercado com características chinesas como um modelo nacionalista, algo como um capitalismo de estado. Ainda que seja verdade a preponderância de empresas públicas e protecionismo, o que indica que distanciar-se-ia de um *laissez-faire*, a análise da literatura no capítulo 4 indicam que o nacionalismo chinês, com caráter confuciano, difere-se do ocidental, ao introduzir o código de ética no mercado, meritocracia e responsabilidade do Estado com o bem-estar.

As reformas modernizantes, ao introduzirem a lógica do mercado na China, são criticadas pelos marxistas chineses, ainda que o modelo chinês se difira do Consenso de Washington. Dispondo a China de um liberalismo autóctone milenar, o Taoísmo, pode-se entender o liberalismo chinês como hermenêutica mais próxima da tradição científica chinesa do que o pensamento ricardiano, por exemplo. Por fim, o tal capitalismo de estado, com traços marxistas e liberalismo ténue parte da hermenêutica própria tradicional chinesa, sendo um *modelo sui generis*.

A pesquisa buscou extrair da literatura clássica da disciplina de Economia Política Internacional os conceitos e argumentos chave que buscam explicar temas como Estado, Mercado e Desenvolvimento, visando construir paralelo com a produção acadêmica dos principais autores da área na China. Na minha análise, o modelo chinês possui um misto de liberalismo, nacionalismo e marxismo, e vem cada vez mais sendo influenciado por filosofias autóctones como o confucionismo e o taoísmo, que vem deixando sua marca na política chinesa e na academia da China.

Gilpin (2002) descreve as vertentes econômicas clássicas ocidentais e seu debate quanto ao significado da liberdade ou não do mercado para o crescimento econômico, para a distribuição de riquezas, na organização da sociedade nacional e internacional e nos temas relacionados à guerra e paz - três visões ideológicas que diferem sobre as relações entre sociedade, estado e mercado.

Por mais que se possa encaixar autores chineses de EPI nas vertentes ocidentais, podemos também entender que o diálogo entre liberais chineses e liberais ocidentais, por exemplo, promete enriquecer bastante o debate da disciplina e até mesmo diferenciar-se do pensamento clássico ocidental. A experiência chinesa de reforma modernizante de mercado permitiu a ascensão econômica do país, mas com um forte caráter confucionista, como na ênfase da indústria e agricultura de propriedade dos clãs.

O processo de liberalização e privatização pode ser entendido no contexto global do neoliberalismo, o que em geral não ocorre porque os autores entendem que a forte intervenção estatal indica que a China é um capitalismo de Estado. O modelo liberal chinês seria, então, diluído perante o predomínio de caráter nacionalista e marxista. Ainda assim, percebe-se que o *laissez-faire* chinês tem um legado histórico muito anterior a Smith, que advém do taoísmo.

Ainda que se insira progressivamente na lógica de mercado, a China mantém um forte caráter estatista que a permite transacionar para uma produção altamente intensiva em trabalho cada vez mais para a indústria intensiva em capital, indo na mão das orientações do Consenso de Washington, com forte relevância das empresas estatais, o que indica que o modelo chinês se assemelha ao modelo listiano. Ainda assim, Godley (1987) relata que o pensamento econômico chinês se aproxima mais do pensamento de Sun Yat Sen do que de List, num misto de nacionalismo e marxismo, além do forte caráter confucionista observável em sua hierarquização, mérito e código de ética de mercado própria.

Godley (2020, p.109-111) relata como ao longo da história chinesa o pensamento suniano evoluiu para um caráter mais nacionalista e menos liberal ou marxista. Percebe-se uma denúncia a Marx, se destaca também a importância dos esforços da China em expulsar o imperialismo ocidental que a subjugou,

valorizava-se a ênfase no protecionismo e na economia local, o que direcionou a China em direção a uma forma de nacionalismo econômico.

Por sua vez, desde a Revolução Chinesa, o marxismo é fortemente presente na academia e política chinesa. Após o início das reformas de Deng Xiao Ping, a lógica de mercado foi inserida na China continental, modelo conhecido como socialismo de mercado com características chinesas. Autores chineses marxistas são amplamente críticos das reformas, que introduziram a desigualdade dentro da China. Mesmo assim, o modelo chinês é descrito como influenciado pelo marxismo, ainda que tenham descontinuado o planejamento centralizado.

O principal debate que exponho é entre as duas principais vertentes clássicas da China e seus paralelos no ocidente. O Confucionismo, ainda que seja considerado próximo ao nacionalismo clássico, possui um caráter *sui generis*, ao introduzir a ideia de harmonia social gerada pela hierarquia, meritocracia e a noção de mercado sob um código de ética – o que o difere do neoliberalismo de Walrás, que propõe um mercado altamente livre. Seu conceito de obrigação estatal com bem-estar populacional também se assemelha ao *Welfare State* nos países centrais do pós-guerra.

Wang (2017) relata como nas últimas décadas, um renascimento do confucionismo tem procurado promover a nova imagem da China – a sua cultura milenar, a sua identidade e o seu papel no cenário mundial. O avivamento envolve o governo, as instituições, a cultura popular, a mídia e as comunidades locais. O objetivo intelectual deste novo confucionismo, no entanto, é olhar para os recursos do passado para avançar uma nova visão do mundo para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Isso indica forte esforço para contribuir com a modernização da disciplina a partir de novos paradigmas, diferentes do *mainstream* ocidental.

O Taoísmo por sua vez é visto como um *laissez-faire* autóctone chinês milenar, que defenda a harmonia do mercado. O pensamento suniano se afasta do *laissez faire* e se aproxima do capitalismo de Estado com elementos marxistas, propondo a industrialização e a infraestrutura chinesa. Por fim, autores chineses fazem uma crítica ao modelo clássico de sociedade de Estados soberanos, comparando-o ao modelo sinocêntrico *tingxia*.

Por fim, concluo que o pensamento de economia política chinês, levando em conta suas influências autóctones, apresenta um misto das três abordagens clássicas ocidentais (liberalismo, marxismo e nacionalismo), sendo entendido geralmente como um capitalismo de estado com traços socialistas. O que o torna único é que tais nacionalismos e liberalismos chineses bebem de sua literatura autóctone, que precede os clássicos ocidentais, como o nacionalismo confuciano e o *laissez faire* taoísta. Acadêmicos de EPI chineses até propõem uma reforma no sistema de estados soberanos, sob a ótica clássica chinesa de *tingxia*. Tais considerações são relevantes no contexto dos esforços por uma globalização da disciplina.

Conclui-se que o contexto chinês de revolução, abertura, reformas de mercado, modernização e desenvolvimento é um caso *sui generis*, capaz de contribuir para o estudo do desenvolvimento, demonstrando os efeitos da introdução cautelosa da lógica do mercado em uma transição para economia capitalista, mas sem se inserir na lógica do Consenso de Washington e com forte papel das empresas estatais na acumulação de capital e transição para uma economia monopolista e avançada. Na contramão do neoliberalismo, pode transformar as vantagens comparativas por meio de seu modelo próprio, que se assemelha muito ao nacionalismo, mas com influências próprias.

Sendo assim, a China é o principal caso no qual uma economia industrializada sob as bases de um país abundante em trabalho transaciona rapidamente para uma indústria intensiva em capital. Não é mais possível ignorar que a contribuição autóctone da ciência milenar chinesa teve muito a contribuir com o desenvolvimento e com a academia de EPI.

6. Referências bibliográficas

BRACARENSE, N. Chinese International Political Economy: Confucianism and the Unfolding of the Chinese Dream. SciencesPo, **Encontro da ANPEC**, 2022, disponível em <https://www.anpec.org.br/encontro/2022/submissao/files_I/i2-cc30002858ddb3439ced57760bda47e.pdf>. Acesso em novembro de 2023.

CHANG, C. Tianxia System on a Snail's Horn. **Inter-Asia Cultural Studies**, Volume 12, Number 1, 2011.

CHANG, H. J. Chutando a Escada: **A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHANG, J. L. Y. History of Chinese economic thought: overview and recent works. **History of Political Economy**, V. 19, N. 3, p. 481-502, 1987.

CHEN, H. C. **The Economic Principles of Confucius and his School**. New York: Columbia University, 1911.

CHIU, Y.; YEH, R. S. Adam Smith Versus Sima Qian: Comment on the Tao of Markets. **Pacific Economic Review**, Volume 4, N 1, 1999.

FAIRBANK, J. K., GOLDMAN, M. **China: A New Story**. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

FARES, Tomaz Fesano. **Power Struggle and Capitalist Transnationalisation of China's Soybean Downstream Complex**. Londres, 2022, 298p., Monografia (Phd em Estudos de Desenvolvimento) – Departamento de Estudos de Desenvolvimento, Universidade de Londres.

GILPIN, R. **A Economia Política das Relações Internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

GODLEY, M. R. Socialism with Chinese Characteristics: Sun Yatsen and the International Development of China. **The Australian Journal of Chinese Affairs**. N 18, p. 109-125, 1987.

GUNDER FRANK, A. That the Extent of Internal Market Is Limited by International Division of Labour and Relations of Production. **Economic and Political Weekly**, Vol. 11, No. 5/7, P.171-190, 1976.

HAMILTON, A. **Relatório Sobre as Manufaturas**. Rio de Janeiro: Movimento de Solidariedade Ibero-Americana, 1995.

HELLEINER, Eric. Globalising the classical foundations of IPE thought. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 37, no 3, p. 975-1010, 2015.

_____. The Diversity of Economic Nationalism, **New Political Economy**, 2020.

HONG, S., TIEYING, H. Arguing for Rapid Economic Growth, **Chinese Economic Studies**, V 232, P 34-54, 1990.

HUANG, Y. Rethinking the Beijing Consensus. **Asia Policy**, n 11, p.1-26, Janeiro 2011.

HUNG, H. F. **Clash of Empires: From “Chimerica” to the “New Cold War”**. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

_____. **The China Boom: Why China Will Not Rule the World**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2018.

HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, M. **História do Pensamento Econômico: Uma Perspectiva Crítica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013

KEYNES, John M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

LENIN, V. I. **O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo**. Campinas: UNICAMP, 2011.

LI, M. The Future of the Chinese Economy: Four Perspectives. **Journal of Contemporary Asia**, 2019.

LIST, G. F. **Sistema Nacional de Economia Política**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983.

LO, D.; GAO, L.; LIN, Y. State Ownership and Innovations: Lessons from the Mixed-Ownership Reforms of China’s Listed Companies. **Structural Change and Economic Dynamics**, 2021.

LO, D.; LI, G. China's economic growth, 1978-2007: structural institutional changes and efficiency attributes. **Journal of Post Keynesian Economics**, Londres, v. 34, n.1, p.59-84, 2014.

LO, D.; ZHANG, Y. Making Sense of China’s Economic Transformation. **Review of Radical Political Economy**, V 3, N 1, p.33-55, 2011.

MARX, K. On the Question of Free Trade. **MECW**, Bruxelas, v.9, p.450, 2012.

MCCORMICK, The Tao of Laissez-Faire. **Eastern Economic Journal**, Vol. 25, No. 3, 1999, p. 331-341.

MORAMARCO, F. **Hamilton And The Historians: The Economic Program In Retrospect**. Midcontinent American Journal, Vol. 8, No. 1, 1967, p. 34-43

- POZNANSKI, K. Z. Confucian Economics: The World at Work. **World Review of Political Economy**, Vol. 6, No. 2, 2015, p. 208-251.
- RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- SCHMIDT, K. H. Friedrich List's **Striving for Economic integration and Development**. In: BACKHAUS, J. G. Handbook of the History of Economic Thought: Insights On The Founders of Modern Economic. Nova Iorque: Springer, 2012.
- SHULIAN, Z. 1989. "The Speed of Industrial Development and the Reform of the Economic System," **Chinese Economy, Taylor & Francis Journals**, vol. 23, N. 2), p. 55-70, Janeiro de 1989.
- SMITH, A. **A Riqueza das Nações: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983.
- SUNG, Y. W.; CHAN, M. H. China's Economic Reforms: The Debates in China. **The University of Chicago Press**, No. 17, p. 29-51, Janeiro de 1987.
- VO, L. H. Critical review of Yasheng Huang's "Rethinking the Beijing Consensus", **Journal of Finance & Economic Research**, v 1, n 1, p.17-24, 2016.
- WALLERSTEIN, I. M. **World-systems Analysis: An Introduction**. Durham: Universidade de Duke, 2004.
- WALRAS, Léon. **Compêndios dos Elementos de Economia Política Pura**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.
- WANG, B. **Chinese Visions of World Order: Tianxia, Culture and World Politics**. Durham: Duke University Press, 2017.
- WANG, C., PETERS, M. A. Contemporary Chinese Marxism: disciplines, teaching platforms and status quo of basic academic research. **Educational Philosophy and Theory**, 2021.